

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MORADORES DE RUA - POBREZA E TRABALHO: INTERROGAÇÕES SOBRE
A EXCEÇÃO E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Joana da Silva Barros

Orientadora

Profa. Dra. Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

São Paulo, agosto de 2004

Sumário

Resumo/Resumen	I
Agradecimentos	III
Capítulo 1 - A pobreza e o esquecimento	
· A busca dos invisibilizados e ocultos nas entranhas da cidade	1
• Uma narrativa da modernidade brasileira	9
A montagem do campo de pesquisa	13
Capítulo 2 – Moradores de rua: seus nomes e suas histórias	
Pequena nota sobre os termos utilizados	16
De <i>mendigos</i> a <i>população de rua</i> : a constituição da rede de atendimento	17
Os moradores de rua e as contagens: os números e as histórias da rua	28
Capítulo 3 - Os programas de atendimento à população de rua	
Gestão municipal 1989-1992: a experiência das casas de convivência	43
Gestão municipal 2001-2004 e o Programa Acolher	49
Um caminho na rua	57
O Programa Acolher em processo: o tortuoso caminho para <i>sair da rua</i>	59
Um passeio pela rua com os olhos da Rede Rua de Comunicação	63
Capítulo 4 – Duas experiências no espelho da autonomia: o Programa de Coleta Seletiva Solidária e o assentamento de reforma agrária D. Tomás Balduino	
Pequena nota sobre a linha <i>autonomia</i> do Programa Acolher	72
Da rua para o trabalho: a história de uma cooperativa de catadores de papel	73
Coleta seletiva e as cooperativas	81
Programa de Coleta Seletiva Solidária e a política municipal de resíduos sólidos	85
Assentamento D. Tomás Balduino — o MST e os homens de rua	92
Considerações Finais	103
Referências Bibliográficas	106

BARROS, Joana da Silva. Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. São Paulo, 2004, 117p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Resumo

Este trabalho analisa a experiência da vida na rua, a constituição da rede de atendimento, em suas diferentes formas (estatais ou não), aos moradores de rua.

A primeira questão tratada diz respeito à constituição da população de rua como uma questão propriamente sociológica, o que abre a possibilidade de debate sobre a maneira como foi lida a pobreza na história e na experiência pública brasileiras, em nosso passado recente.

A constituição da rede de atendimento à população de rua e sua importância na estruturação de uma política pública de atendimento, no começo dos anos 1990, bem como as mudanças do perfil e orientação de atendimento, no começo dos anos 2000, são analisadas neste trabalho, procurando entender através destes dois momentos diversos as transformações recentes no cenário político brasileiro. Pretende-se, assim, discutir as figurações dos moradores de rua nestes programas e o que significa a articulação entre políticas públicas de atendimento emergencial e ações da sociedade civil organizada; tanto sob a ótica dos “atendidos” no programa municipal, bem como para o cenário no qual se reconfiguram as políticas públicas brasileiras.

Entende-se nesta dissertação que a população de rua coloca em questão a modernização brasileira como uma *exceção permanente*, cobrando um exame atento das próprias categorias sociológicas através das quais pensamos a experiência política no Brasil.

Palavras chaves: população de rua, moradores de rua, pobreza, políticas públicas.

BARROS, Joana da Silva. Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. São Paulo, 2004, 117p. Disertación de Maestría. Departamento de Sociología de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo.

Resumen

Este trabajo analiza la experiencia de la vida en la calle, la constitución de la red de atención, en sus diferentes formas (estatales o no), a los habitantes de las calles.

La primera cuestión trata de la constitución de la población de las calles como una cuestión propiamente sociológica, lo que abre la posibilidad de debate sobre la manera como se ha leído la pobreza en la historia y en la experiencia pública brasileñas, en nuestro pasado reciente.

La constitución de la red de atención a la población de las calles y su importancia en la estructuración de una política pública de atención, en los comienzos de los años 1990, así como los cambios del perfil y orientación de atención, en los comienzos de los años 2000, se analizan en este trabajo, buscando comprender, a través de estos dos momentos diversos las transformaciones recientes en el escenario político brasileño. Así, se pretende discutir las figuraciones de los habitantes de las calles en estos programas y qué significa la articulación entre políticas públicas de atención emergencial y las acciones de la sociedad civil organizada; tanto bajo la mirada de los “atendidos” en el programa municipal como para el escenario en el cual se reconfiguran las políticas públicas brasileñas.

Se entiende en esta disertación que la población de las calles pone en cuestión la modernización brasileña como una *excepción permanente*, que exige un examen atento de las propias categorías sociológicas a través de las cuales pensamos la experiencia política en Brasil.

Palabras-clave: población de las calles, habitantes de las calles, pobreza, políticas públicas.

Agradecimentos

Especialmente agradeço a Alemão, Avelinõ, Eduardo, Marli, Valdir, Margarida, JB, Osmarildo, Paulo e Vó Severina que foram entrevistados para esta pesquisa e me contaram suas vidas e suas experiências, e também a Milton, João, d. Maria Sílvia, Silvia, Gisleine, Roberto (em memória), Pedro Otávio, Lauro, Amarcos, Rita, Edson, Cristina, Marco Antônio, Elaine pelas conversas e pequenas entrevistas sem gravação. Estas pessoas me possibilitaram entrar num mundo da rua e me mostraram os lugares onde se esconde (e resiste) a humanidade em meio a tanta desigualdade e violência. Foram comigo de uma generosidade ímpar. Sou profundamente grata a cada um deles, mais do que consigo dizer.

Irmã Lourdes, Alderón, Laurinda, Amélia, Maria do Carmo, Valter Varanda, Irmã Regina, Mabel, René e Roni me receberam nos equipamentos nos quais trabalham, me mostraram suas rotinas, me apresentaram os projetos, disponibilizaram documentos e, sobretudo, contaram sua experiência de trabalho junto à população de rua. Inês Bertão, Gisele, Gilberto e Ana Cotic, trabalhando na administração municipal, disponibilizaram documentos importantes para a compreensão da atuação estatal junto à população de rua. Agradeço-lhes pela atenção e paciência.

Maria Antonieta que leu minha qualificação e me chamou a atenção para o outro lado da “barbárie”, obrigada. Cleisa Rosa, pesquisadora e militante comprometida com a rua, me recebeu no Centro de Estudos da População de Rua onde era coordenadora, abriu sem reservas seus arquivos (inclusive os pessoais) e contribuiu para a consolidação desta pesquisa.

Com Maria Célia, minha orientadora, tenho uma dívida impagável que se mistura a uma grande admiração. Experimentei com ela a possibilidade de uma orientação pautada pelo diálogo, pela liberdade e pelo respeito por minhas escolhas teóricas mas sem concessões ao pensamento. Sua genial capacidade de entrevistar (que tive o prazer de ver em ato) somente se equipara ao seu rigor e brilho intelectual.

A Cibele um agradecimento especial pela imensa generosidade e atenção com que acompanhou desde o começo esta pesquisa, meu trabalho e minha formação acadêmica. Sempre atenta a tudo ao seu redor e sempre pensando criticamente o mundo, Cibele tem uma admirável capacidade de nos fazer andar por caminhos insuspeitos do pensamento. Suas observações e dicas de leitura foram decisivas para este trabalho. Igualmente admirável é sua amabilidade no convívio pessoal.

Com meus amigos Caio, Joana, Ana, Raquel, João Augusto, Márcio e Cláudio

compartilhei a experiência (difícil) do mestrado entrelaçada as outras dimensões da vida. Nem lembro mais quantas vezes eles me ouviram falar da rua e dos textos que li... Tê-los por perto foi fundamental, eles trouxeram alegria e leveza à minha vida por detrás deste texto. Márcio foi, além de corretor e tradutor, um interlocutor deste trabalho; seu conhecimento literário e seu rigor foram importantes balizas para as minhas aventuras pela literatura. Raquel me presenteou com a gravação da leitura de trechos do Grande Sertão: estes trechos ecoam nesta dissertação.

O começo do campo desta dissertação coincidiu com a campanha eleitoral de 2002, na qual me aproximei do que hoje é meu coletivo político. A transição entre estes dois mundos – a rua e a militância orgânica - tão diferentes entre si foi uma experiência preciosa (e um pouco enlouquecedora, confesso). A generosidade com a qual *meus* camaradas se dedicam a luta pela transformação deste país restitui a dignidade da política e afirma a esperança na ação humana diante de tanta desumanidade causada pelo capitalismo. Um agradecimento especial a Miguel, Luiz, Jaime, Laura, Luis Cláudio, Fernando e Soninha que se tornaram meus amigos, e a Ivan, por sua atuação e sua história. A Genildo, pelo exemplo de atuação.

Ray e Verô me ensinaram o gosto pela leitura e por olhar o mundo, me ensinaram que “o mundo existe”, e mais me deram a oportunidade de ter uma formação intelectual e acadêmica. Rita e Julia compartilharam desde cedo este mundo que existia para além dos nossos desejos de crianças, e fizeram dele um lugar feliz para viver.

Gabriel me fez desenhos de presente, enquanto eu “ainda” ou “já” trabalhava “no escritório do computador”. Eles ficarão guardados na minha memória e nas *outras* páginas desta dissertação.

Edson, meu companheiro e meu amor, leu desde o projeto até a última página deste trabalho; discutiu sem condescendência minhas impressões e meus escritos; ouviu meu espanto e compartilhou *minhas* histórias. A certeza de sua presença na minha vida me possibilitou ir, ver e experimentar livremente um mundo que não conhecia. Travessia do *seu chico*, é maravilhosa sua companhia para andar pela imensidão do sertão. Para você, o melhor de mim.

“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.”

Esta dissertação contou com o auxílio de uma bolsa de estudos da CAPES que financiou os dois primeiros anos da pesquisa.

Capítulo 1 - A pobreza e o esquecimento

A busca dos invisibilizados e ocultos nas entranhas da cidade

“O sertão está em toda parte... o sertão é do tamanho do mundo.”

(Riobaldo em *Grande Sertão : Veredas*, de João Guimarães Rosa)

Andar pelas ruínas da cidade em busca dos moradores de rua e de “suas” entidades produz uma sensação de estranhamento pelo próprio ato de andar por onde nunca antes estivera e pelo descobrimento de um mundo que não percebemos muito no dia a dia, vestígios de uma rede de sociabilidade que se esconde nas entranhas da cidade, quase como seu avesso. Andar por estas ruínas é entrar nos lugares onde vivem os moradores de rua, seus lugares de comer, as associações, as casas de convivência, suas cooperativas, lugares cheios de lixo e entulho por todos os lados, barulhentos, escondidos por entre a cidade e da cidade. Vemos os moradores de rua pelas ruas dormindo ou sentados, espalhados pelos espaços coletivos da cidade, mas estranhamente é como se aqueles que vemos deitados pelos jardins, fazendo comida nas calçadas, dormindo debaixo do Minhocão e das marquises do Centro Velho, fizessem parte de uma imensa miragem, de uma imagem fantástica e fantasmagórica de uma cidade que se desmancha.

Treinar o olhar para perceber onde estão os lugares de acolhimento é como treinar o olhar para ler uma cidade pelo seu avesso, através daquilo e daqueles que estão fora do que consideramos “cidade”, na sua dimensão civilizatória, pública e política. Desta forma é como se perscrutássemos as entranhas da cidade e de seu duplo, a política, para achar o que está escondido por trás dela e ao mesmo tempo é estruturante neste esconder-se/revelar-se. Descobrimos então nesta cidade oculta uma verdadeira rede de atendimento, com uma geografia e uma lógica de funcionamento próprias. Achamos em meio a estes escombros uma cidade invisibilizada¹ para os que estão fora dela e, dentro dela, homens e mulheres igualmente invisíveis e silenciosos caminhando por esta rede de acolhimentos, normas e valores, regras e acordos entretecidos nestas ruínas.

Chegar pela primeira vez a estes lugares é como a chegada do bando de Riobaldo à

¹ A noção de invisibilidade na acepção política é tomada de Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo*, São Paulo: Cia das Letras, 1989.

vila dos leprosos². É descobrir um mundo que estava ali mas não nos dizia respeito. É tentar ouvir aquilo que parece um grito surdo e meio abafado pelas maneiras hierárquicas e autoritárias com as quais a sociedade brasileira se relaciona com os “outros” da cidade. De alguma forma, entrar nestes lugares é chegar às franjas da humanidade, da destituição de sentido desta noção e da noção de igualdade através das quais podemos pensar, problematizar e questionar a experiência política no Brasil. Enfim, tentar enxergar o movimento da sociedade de elaboração de sua vida pública através destes novos “excluídos”.

Nesta busca reside a tentativa de enfrentar as explicações sociológicas que apartam trabalho e pobreza, política e violência, procurando explicitar, a partir da experiência brasileira das classes oprimidas, qual o lugar desta experiência misturada, fruto do encontro destes “dois lados da vida” (Eduardo³). Este questionamento surge à medida que as explicações sobre a pobreza e/ou sobre a questão social brasileira parecem apontar para um deslocamento entre os pólos de análise *cidade* e *política*. Ocorre que as categorias sociológicas que usamos até então para decifrar o “enigma” brasileiro não explicam esta situação de liminaridade em curso nos anos 1990. As formas sociais atuais se tornaram opacas e as categorias sociológicas que, de alguma maneira, explicavam e davam sentido às transformações, aos movimentos concretos da sociedade brasileira e à nossa experiência política perderam potência e não conseguem mais dar sentido ao movimento do real. É, por assim dizer, um problema teórico que diz respeito ao entendimento dos processos sociais em curso mas não só, parece projetar-se sobre as explicações da formação social brasileira e cobrar-lhes as conseqüências de uma leitura que teve como fundamento a apartação entre trabalho e pobreza como princípio de organização da cena teórica.

Já que as categorias parecem não mais explicar o real, é preciso contar, descrever o que vemos, e procurar nas tensões deste “mundo misturado”⁴ novas categorias, novos vínculos explicativos que ajudem a decifrar o real e estas formas sociais opacas.

Willi Bolle, no artigo *Grande Sertão: Cidades*, analisando a construção da fala em Guimarães Rosa, mostra como a linguagem no sertão rosiano “deixa de ser um instrumento de comunicação, para recuperar sua função mais arcaica: de nomear coisas” (pg. 89-90). O

² Riobaldo e Diadorim chegam às veredas mortas depois de se perderem sob o comando de Zé Bebelo que encarnaria, para algumas leituras como as de Heloísa Starling e Wille Bolle, o projeto de modernização brasileiro. Marco aqui o sentido de uma alteridade radical, na qual não se relacionam mais os termos, o outro é absolutizado e obscurecido uma vez que não mais participa de uma relação, é a pura diferença inscrita no corpo, não simbolizada, não mediada pela fala, pela linguagem, pela tentativa de contagem diferente das partes na política.

³ Eduardo foi entrevistado para a pesquisa. Sua trajetória será objeto de discussão mais à frente.

⁴ A expressão está em Guimarães Rosa e foi utilizada por Davi Arrigucci Jr como título de um ensaio.

autor aponta para o fato de que naquele sertão (ou *nosso* sertão?) os personagens perderam a capacidade de nomear o mundo e as experiências que vivenciam. Nas palavras de Riobaldo, recuperadas por Bolle: “Viemos por esses lugares que o nome não se soubesse”.

Assim, a construção de uma fala tão particular como aquela que Guimarães Rosa estabelece para seus personagens procura mais do que contar uma história: é a própria nomeação deste mundo. Em outras palavras, ao narrar pela boca de Riobaldo a história alegórica da modernidade brasileira⁵, Rosa expõe a nossa própria impossibilidade de dizer o mundo, de dar sentido às coisas que vemos e vivemos, de comunicar com conhecidas palavras e, diríamos nós, com conhecidas categorias sociológicas, os sentidos da relação entre política e violência no Brasil. Para comunicar este mundo em *travessia*, as veredas pelas quais se constrói a modernização brasileira, este mundo em constante mutação no qual viveu Riobaldo (será que não vivemos nós?), Rosa precisa construir para seus personagens a possibilidade de nomear, construindo novas palavras para que estes possam narrar e dizer o mundo.

Construir novas palavras e dizer o mundo. Importa sublinhar que todo processo de nomeação é o estabelecimento de novas relações entre as partes que compõem aquilo que se quer designar, é imputar sentidos, é significar e trazer ao mundo público novos sentidos que desestabilizam a cena anterior.

Assim, é de fundamental importância a operação que Rancière aponta no deslocamento operado pelo marxismo ao referir-se à parte dos oprimidos sob o nome de *lumpemproletariado*. Lumpemproletariado, diz o autor num texto sobre o legado de Althusser, “é em primeiro lugar um nome fantasmagórico, um nome de teatro, a encenação teatral de todos os fracassos da palavra erudita, o nome genérico do não-sentido, do desligamento, da *não*-relação. Esse nome de teatro fixa a não-relação e a nega ao lhe dar corpo no sistema das relações sociais” (1995: 183, grifo no original). Desta maneira,

⁵ A leitura da obra de Guimarães, especialmente o romance *Grande Sertão: Veredas*, como uma alegoria foi desenvolvida por Willi Bolle no artigo *Grande Sertão: Cidades*, publicado na Revista USP, São Paulo (24): 80-93, dez/fev 93/94. Partindo da noção benjaminiana de alegoria como imagem montada pelo historiador para estudar uma época ou espaços diferentes do seu, que sirva para iluminar aspectos do seu próprio tempo, Bolle procura na obra de Rosa aproximações com esta historiografia alegórica e nos diz: “Benjamin redescobriu a ambigüidade e com isso o potencial dialético da alegoria. Se alegoria é fragmento, caducidade, ruína - ela é também a forma adequada para falar da falta de liberdade, da imperfeição e da degradação, tornando-se com isso órgão de uma história inconclusa, uma ~~outra~~ história, uma história possível, aberta a transformações.” (pg.83 - grifos meus), mais à frente, “As Veredas’ [referindo-se ao título do romance] são as frestas abertas pelo escritor [Guimarães Rosa], para interromper o discurso que martela a visão idealizada do país.” (pg. 84). Também Antonio Candido chama atenção para a potência da obra de Guimarães Rosa no sentido de descortinar o mundo através do Sertão. “A experiência documentária de Guimarães Rosa, a observação da vida sertaneja, a paixão pela coisa e pelo nome da coisa, a capacidade de entrar na psicologia do rústico, (...) mostrando que o pitoresco é acessório e que na verdade o Sertão é o Mundo”, “O homem dos avessos” in *Tese e Antítese*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

aqueles que não tinham forma de aparecimento público, “homens que nem a palavra nem o tempo ligam num sujeito da história” (1995: 183), foram “exorcizados” do quadro referencial que se montava em torno da vida da nascente classe operária e da superação do capitalismo. Este movimento apontado pelo autor interessa menos por uma crítica ao marxismo, e mais por trazer à tona a discussão sobre os sujeitos históricos no sentido amplo (que seria impossível esgotar nas páginas desta dissertação). Por outro lado, também ilumina e questiona a produção sociológica sobre a modernização brasileira e sobre seus sujeitos.

A nomeação de uma determinada experiência das classes oprimidas no Brasil como *pobreza* e seu apartamento do mundo da política deve ser problematizada à luz deste questionamento. É esta problematização que nos levará a recompor os vínculos entre os termos postos no debate: política, violência e pobreza.

Aqui encontramos a primeira pista para a investigação do “mistério” da modernização brasileira. Enfrentar este silenciamento da sociedade brasileira e da produção sociológica sobre o mundo da rua significará enfrentar a própria relação entre a pobreza invisibilizada na nossa experiência concreta e na produção teórica, procurar os nexos entre esta experiência e a produção da modernidade brasileira.

A vereda trilhada para a composição do mundo da rua como um problema rigorosamente sociológico diz respeito ao enfrentamento da barbárie nascida do coração da civilização, a nossa sempre presente pobreza que não cessa, mas que pouco é trazida à luz da discussão acadêmica. A pouca produção sociológica⁶ sobre o tema da rua reflete a imobilidade das figurações dos moradores de rua como um “inverso confuso” (Peschanski, 1993: 61), em oposição ao mundo do trabalho, uma vez que foram privados de sua própria arqueologia e de sua própria história pela “manipulação da temporalidade” (pg. 61). Uma crítica da narrativa brasileira sobre a pobreza e sobre nossa modernização/modernidade deve perguntar se esta figuração pelo avesso, sujeito em negativo, como sombra da civilização, não reflete a “forma simultaneamente discriminador(a) e hierarquizante” da sociedade brasileira. Talvez aí resida o maior enigma: o silenciamento desta exceção no centro da modernidade.

Zygmunt Bauman perguntou-se sobre a produção sociológica atinente ao Holocausto e, mais precisamente, perguntou-se sobre o silenciamento operado pelo mundo moderno

⁶ A produção sobre a população de rua na USP é pequena e mais restrita ainda na FFLCH. Nos últimos cinco anos, no Instituto de Psicologia há um aumento de produção sobre a mendicância e a rua. Também na Faculdade de Saúde Pública, alguns trabalhos podem ser encontrados. A maior parte da produção acadêmica sobre a população de rua concentra-se na Faculdade de Serviço Social da PUC de São Paulo.

pós-guerra sobre a “encarnação do mal absoluto” que parece ter sido o nazismo. Com suas perguntas e respostas, abriu-nos uma janela⁷ para que pudéssemos reexaminar a experiência do Holocausto e questionar o que esta contém de “informação crucial sobre a sociedade da qual somos membros” (p16). Suas pesquisas nos conduzem para um enfrentamento do “Holocausto como teste da modernidade”⁸ e para um questionamento dos sentidos do processo civilizador posto em marcha pela modernidade que pretensamente varreu da experiência humana a violência, e do Holocausto como o fracasso daquela experiência. A força de seu argumento reside no fato de que o Holocausto só poderia ter acontecido naquele momento e naquela condição, ou seja, que “a civilização moderna não foi a condição *suficiente* do Holocausto; foi, no entanto, com toda certeza, sua condição *necessária*.” (pg. 32, grifos no original). O espanto de seu texto reside justamente na constatação de que a racionalidade da vida moderna engendrou por dentro de si a possibilidade do extermínio da vida de um grupo populacional e, mais, tornou “invisível a própria humanidade das vítimas” (pg. 46).

Outra vereda aberta nesta travessia começa n’*A crítica à razão dualista*. No texto citado, Francisco de Oliveira articula na sua explicação sobre o Brasil o arcaico e o moderno, demonstrando como estes dois termos pensados de maneira dual e dicotômica, determinam-se mutuamente e mais, como o moderno não só não prescinde das formas arcaicas de produção, como faz dele seu próprio motor, engendrando o moderno. Ali, avisando de antemão tratar-se de minhas extrapolações e não do autor do texto, podemos ver algumas pistas também de como esta experiência de trabalho e pobreza se processa articuladamente mesmo para os trabalhadores que ocupam postos no mercado formal. A instauração do salário mínimo como medida de pagamento da força de trabalho reforça esta perspectiva, no sentido de que o salário mínimo foi interpretado pela legislação trabalhista “rigorosamente como ‘salário de subsistência’, isto é, de reprodução” (2003: 37). A crítica à produção cepalina, matizada mais à frente n’*O Ornitórrinco*, fundava-se na elucidação das articulações entre “agricultura de subsistência, financiamento da acumulação industrial e barateamento da força de trabalho nas cidades” (2003: 130), que

⁷ A imagem do Holocausto como uma janela é do próprio Bauman, na introdução de seu livro *Modernidade e Holocausto*: “As provas reunidas pelos historiadores eram esmagadoras em volume e conteúdo. E suas análises, profundas e irrefutáveis. Mostravam de forma razoavelmente indubitável que o Holocausto era uma janela, mais que um quadro na parede. Olhando por essa janela, pode-se ter um raro vislumbre de coisas de outro modo invisíveis. E as coisas que se pode ver são da máxima importância não apenas para os que perpetraram o crime, para suas vítimas e testemunhas, mas para todos aqueles que estão vivos hoje e que esperam estar vivos amanhã. Não achei nada agradável o que vi dessa janela. Quanto mais deprimente a vista, porém, tanto mais convencido fiquei de que recusar-se a olhar seria temerário para quem o fizesse.” (p.10)

⁸ Este é o primeiro intertítulo do Capítulo 1 – A sociologia depois do Holocausto.

constituíam o processo de expansão capitalista brasileiro, articulando arcaico e moderno como par não excludente.

Se é possível indicar a presença da pobreza nesta discussão como marca do subdesenvolvimento, como marca do atraso e do passado arcaico, é preciso dizer que sua presença nesta explicação da sociedade brasileira guardava a expectativa de superação do nosso passado arcaico pelo desenvolvimento e pela modernização da economia. Entretanto, esta perspectiva de superação ancorada na expectativa de uma aliança entre a burguesia nacional e as camadas trabalhadoras, não se confirmou. A marca da sombra do nosso passado seguiu a estruturar o funcionamento da economia e da sociedade e —ainda seguindo as pistas de Chico de Oliveira— constitui-se como a *exceção permanente*.

De que se trata quando falamos em *exceção permanente*? A primeira coisa que salta aos olhos é a aparente contradição dos termos postos lado a lado por Oliveira. Uma exceção que por suposto não deveria ser a regra mas que se torna algo não suplantado, sempre presente, é constitutiva, permanente. A nossa pobreza que deveria ser superada pela modernização serve, então, de apoio para seu desenvolvimento e sua aceleração.

Terceira vereda aberta: a discussão sobre a exceção e, por conseguinte, sobre a violência. Aqui cabe alertar sobre o primeiro cuidado: onde ancorar esta discussão. Sem dúvida dois autores fundamentais neste processo são Carl Schmitt e Walter Benjamin. Tão importantes quanto opostas, suas posições e suas concepções da política nos ajudam a pôr em perspectiva a discussão sobre a pobreza no Brasil a partir da rua.

A discussão sobre o estado de exceção remete-se ao artigo 48 da Constituição de Weimar, que justamente define e regulamenta os instrumentos de intervenção militar e suspensão dos direitos civis e políticos na nascente democracia alemã. No centro deste debate estão os limites da democracia liberal⁹.

Importa sobremaneira localizar o solo onde Schmitt funda sua discussão: “a crítica à República de Weimar —sua fragilidade, instabilidade e sobretudo sua ingovernabilidade” (Dymetman, 2002: 124). A partir da crítica ao liberalismo e às instituições parlamentares, supondo que estas inviabilizam o debate político público, Schmitt concentra-se na figura do presidente que surge na sua argumentação como a “única instituição autenticamente democrática” (Dymetman, 2002: 127), capaz de proteger a nação da cisão e do inimigo interno. A exceção é neste sentido o instrumento de manutenção desta “identidade

⁹Annie Dymetman em *Uma arquitetura da indiferença: a República de Weimar* (São Paulo, Ed Perspectiva, 2002) recupera o debate na Alemanha em torno da promulgação da Constituição de Weimar e do artigo 48, que justamente trata do estado de exceção, mostrando como este instrumento “transformou-se, de fator de facilitação da democracia em instrumento de legitimação da barbárie e da ascensão legal de Hitler ao poder, em 1933.” (pg. 93).

democrática”. Deste modo, o presidente —figuração do soberano— deve concentrar poderes de maneira a resguardar a nação de tal possibilidade.

Em C. Schmitt duas questões se articulam na definição de sua concepção de política: soberania e estado de exceção. Se o ordenamento jurídico funda-se na normalidade e na homogeneidade das situações, então para a criação deste ordenamento jurídico é preciso primeiro “estabelecer a ordem”. “É preciso criar uma situação normal, o soberano é aquele que decide de modo definitivo se este estado de normalidade reina de fato” (Schmitt). O estado de exceção é entendido nesta perspectiva como estabelecimento de um limiar entre o que está dentro e o que está fora, entre a norma e o caos. É o mecanismo de estabelecimento do ordenamento jurídico que possibilita delimitar o dentro e o fora, e a definição deste limiar é atribuição do soberano, daquele que pode decidir na exceção. Assim, a relação de exceção é “a estrutura político-jurídica originária” (Agamben, 2002).

Desta articulação entre soberania e exceção, o direito surge como produto da vontade do soberano, base do decisionismo monista. É neste ponto de tensão que reside a função primeira do governante soberano, aquele que nas palavras de Schmitt “decide na exceção”: instaurar a ordenação jurídica primordial assentada na sua decisão sobre a exceção e, ao mesmo tempo, garantir o não rompimento da ordem jurídica sobre a qual se funda a homogeneidade da nação. A política funda-se para Schmitt na relação amigo *versus* inimigo¹⁰; o detentor da possibilidade de distinguir entre os dois pólos é o Estado, cujo “*locus* institucional é o presidente” (Dymetman, 2002: 131), o soberano. Nesta perspectiva, a política resume-se ao enfrentamento entre amigo-inimigo, e neste enfrentamento o inimigo deve ser exterminado fisicamente, como na guerra. A violência aqui ganha contornos de brutalidade e aparece como violência física, coerção e subordinação.

Se em Schmitt, a exceção é o ponto sob o qual se assenta a repressão e a dominação; em Benjamin, ocorre o inverso: a verdadeira exceção comportará uma dimensão libertária e revolucionária, distinguindo-se nas suas reflexões a exceção em que vivemos, conhecida fundamentalmente pelos oprimidos, da verdadeira exceção, o poder revolucionário. “A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar o verdadeiro estado de exceção, com isso, nossa posição mais forte ficará contra o fascismo.” (Benjamin, 1994: 226).

¹⁰ Annie Dymetman recupera a distinção entre *hostes*, inimigo público, e *inimicus*, inimigo privado, que está na base da argumentação de Schmitt. É o inimigo público (*hostes*) que na acepção schmittiana de política deve ser eliminado (Dymetman, 2002: 131 e seg).

No texto *Crítica da Violência – Crítica do Poder*¹¹, Benjamin examina as relações entre violência e direito, apontando que a crítica da violência deverá ser a “apresentação de suas relações com o direito e a justiça” (Benjamin, 1986: 160). A violência está na origem do direito; funda, reproduz e mantém este corpo jurídico, incluindo aí o Estado. Desta maneira, a crítica à violência/poder é um movimento duplo, dirige-se a sua instauração e a sua conservação.

Annie Dymetman (2002) mostra como nos textos benjaminianos articula-se a discussão sobre a exceção, a violência e a origem do direito e as temporalidades da história. Dymetman nos levará por dentro do *Drama Barroco Alemão*, da leitura do drama barroco do século XVII feita por Benjamin e do transporte deste seu “objeto” para a “dimensão da liberdade alegórica” a partir da qual é possível ler o “universo barroco como uma alegoria do estado total qualitativo de Schmitt, no qual a missão do príncipe é implantar um reino estável” (Dymetman, 2002: 143). A exceção, assim, é entendida por Benjamin como o mecanismo capaz de estabilizar e estabelecer a normalidade no lugar das incertezas da história aberta.

Se a “exceção em que vivemos”, o estado de exceção de Schmitt, garante o estabelecimento de um tempo homogêneo, “a petrificação da história por meio da moderna soberania” (Dymetman, 2002: 146), justamente porque tem como horizonte aplacar as possíveis rebeliões e transformações sociais que abalam a estabilidade da ordem social, é necessário então —pensemos nos termos de Benjamin—, romper este tempo cíclico e repetitivo, “homogêneo e vazio”, selado pelo direito e pela exceção. Desta perspectiva, entrelaçam-se as dimensões da verdadeira exceção, a violência pura e o entendimento da história como um “tempo saturado de ‘agoras’” (Benjamin).

Considerando a greve geral revolucionária e o debate de sua época¹² sobre sua capacidade política de transformação social, Benjamin demonstra como a greve evidencia o papel da violência na constituição do direito como dominação, justamente ao analisar e descortinar os sentidos velados das reações causadas à instauração da greve (direito constitucional) pelos operários. “A greve, no entanto, mostra que a violência*¹³ é capaz disso, que ela tem condições de instituir relações jurídicas e de modificá-las, por mais que

¹¹ Na tradução para o português do texto de Walter Benjamin “Zur Kritik der Gewalt” (Crítica da Violência – Crítica do Poder) feita por Wille Bolle aparece a primeira questão: *Gewalt* no original alemão comporta dois sentidos: poder e violência.

¹² É preciso dizer que a produção de Benjamin sobre este tema da violência e do estado de exceção está localizada entre a crítica à República de Weimar e à Segunda internacional e o debate intenso interno à esquerda sintetizado pela contraposição *reforma ou revolução*.

¹³ Na tradução do texto de Benjamin aqui utilizada, W. Bolle marca com um asterisco quando o sentido de *Gewalt* é prioritariamente violência ou poder mas não exclui a possibilidade da outra acepção.

o sentimento de justiça possa se achar ofendido com isso.” (Benjamin, 1986: 164).

Debruçando-se sobre a discussão do direito de greve e dos seus sentidos, a violência dos oprimidos aparece contrapondo-se ao direito e à legalidade da exceção. Violência dirigida ao rompimento da opressão vivenciada e pela instauração de uma nova era, violência pura nos termos de Benjamin, assume um conteúdo diverso daquele criticado. A discussão proposta por Benjamin impõe a necessidade de reconsiderarmos o estatuto da violência para a política na medida em que procede a um exame profundo dos mecanismos de dominação que nascem da instauração do direito e do poder.

“Se a existência do poder, enquanto poder puro e imediato, é garantida, também além do direito, fica provada a possibilidade do poder revolucionário, termo pelo qual deve ser designada a mais alta manifestação do poder puro, por parte do homem.” (Benjamin, 1986: 175). É esta violência pura, raiz e motor do verdadeiro estado de exceção, que será capaz, através da luta da “própria classe combatente e oprimida”, de instaurar uma nova era, uma possibilidade aberta de supressão da opressão do capital. Libertação que se dirige à “imagem dos antepassados escravizados”, como interrupção de uma história homogênea e cíclica, história da barbárie, “o dom de despertar as centelhas da esperança”.

Aqui reencontramos Guimarães Rosa, o Sertão, o “Brasil arcaico” que emerge da sua narrativa e de seus personagens. Se as categorias sociológicas que empregamos não são mais suficientes para entender a experiência misturada deste Brasil-Sertão que parece ser o *locus* de nossa experiência, talvez se imponha a necessidade de perguntar sobre este cenário de indeterminação (Oliveira, 2002) e, neste mesmo momento, ouvir a experiência brasileira por outras vozes.

Uma narrativa da modernidade brasileira

“Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta da barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.”

(Walter Benjamin, Sobre o conceito da história - tese 7)

A opção de organização desta dissertação está diretamente relacionada com o tema e com o conjunto de questões que a motivaram e que se agregaram a ela no longo do período de sua construção. No centro das preocupações deste trabalho está a nomeação e a narração

da vida e das experiências no mundo da rua e do mundo da rua.

Se narrar é a possibilidade de conferir sentido ao que se vive e ao que se vê, é preciso então antes clarear as dificuldades desta narração, as dificuldades de conferir sentidos a uma experiência que está no limite do pensamento¹⁴ e da vida.

Grande é a dificuldade destes homens e mulheres *de rua* de contar, narrar suas experiências, um misto de vergonha e esquecimento, sempre muito carregado pelo estigma, como uma marca estampada no corpo, de ser ou ter sido “da rua”. Parte da dificuldade em fazer as entrevistas pode ser imputada à pouca “intimidade” com a entrevistadora, uma reserva compreensível em relatar dramas pessoais e escarafunchar as lembranças das ruas a cada pergunta da pesquisadora que está a sua frente, com olhos e ouvidos ávidos por alguma pista que mostre como *este mundo* se organiza e que nos dê indícios das veredas através das quais podemos, partindo do mundo da rua, ler a sociedade brasileira. Pode-se supor ainda que parte da dificuldade destes homens e mulheres de rua em contar suas histórias também podem significar deficiências próprias da entrevistadora de instigar e “arrancar” falas mais eloquentes de cada um deles.

Considerando a pertinência de cada uma das razões acima, uma outra possibilidade explicativa deste *silêncio*, que pode ser identificado em algumas entrevistas, delinea-se e assume um lugar privilegiado neste rol de dúvidas: o mundo da rua, saturado de uma experiência da invisibilidade e da inumanidade, está no registro daquilo que não pode ser narrado, compartilhado com outros, um mundo marcado pelo silêncio e pela violência. É preciso considerar que o registro da fala, da narrativa, supõe um mundo comum entre aqueles que falam e aqueles que ouvem. Talvez as dificuldades das entrevistas refiram-se àquilo que podemos chamar de apartação de classes com Francisco de Oliveira ou como o reverso da política, a exclusão em sentido forte, nos termos de Rancière.

É preciso também ler estes silêncios como um elemento estruturante e não excludente do discurso. A opção por estabelecer os contatos com os moradores de rua através das entidades nos coloca num lugar no mínimo desconfortável, diante das relações que atravessam estas entidades e o “público atendido”. Se por um lado os técnicos “abrem portas”, facilitando e dando espaço para conversar e estar presente em alguns momentos do trabalho, o que nos possibilita um contato mais rápido com esta população, por outro é inescapável a diferença entre os que atendem dos que são atendidos nestes serviços. Soma-se a isto a situação de indefinição do pesquisador —nem um técnico e também nem um deles, além de uma possível identidade vislumbrada entre entrevistador e instituição.

¹⁴ Devo a Cibele Rizek esta observação.

Alguns dos entrevistados falam mais abertamente, outros menos. O que cada um conta e a maneira como contam suas histórias articulando suas memórias parece ser o fio condutor que dá forma e plausibilidade a sua vida. Alguns outros, contrariamente, marcam de maneira contundente justamente aquilo que os desconcertou ou os fez perder a razão de sua vida, é um ponto cego, um fato ou uma sucessão deles que rompeu, em algum momento, o fio que estrutura sua trajetória e que os ligava ao mundo. Retomam algumas passagens de sua vida como a nos dizer (a se dizer) que houve um motivo para o que sucedeu consigo, movimento que procura restituir o mínimo de causalidade aos infortúnios da vida e que faz com que este estado de aparente destituição de sentido possa tornar-se menos aleatório.

Em muitos relatos que discutiremos ao longo dos capítulos desta dissertação não há um tempo organizado que estabeleça continuidade e causalidade entre os fatos que são narrados pelos moradores de rua. O contar de cada um destes homens e mulheres, em graus variados, expõe a fragmentação de sua vida, de suas vivências. Esta forma de lembrar e contar sua trajetória interdita a possibilidade de historicizar sua própria vida e de inseri-la em uma história coletiva, de compartilhá-la com outros. São fatos e mais fatos, ditos de maneira desconexa entre si, sem passado nem futuro, um eterno presente. Suas memórias são pouco ou quase nada referenciadas a um mundo comum, furtando-lhes a possibilidade de inserir sua vida num fluxo de histórias comuns que digam respeito ao mundo social, à vida e à história coletivas, ao mundo dos homens (Arendt). Sua memória parece não constituir suporte temporal e nem espacial que lhes permita colocar em perspectiva aqueles fatos vividos que relatam (e outros que silenciam) e estabelecer um lugar a partir de onde possam narrar suas vidas e dar sentido, plausibilidade, a tantas perdas e dores.

Partindo de Benjamin podemos restituir o vínculo entre narrativa e trabalho. A possibilidade de narração e a própria noção de experiência estão calcadas na prerrogativa de compartilhamento de um mundo comum. Para este autor, a narração e a possibilidade de transmissão de uma experiência supõe uma comunidade entre trabalho, seus ritmos e a palavra, comunidade esta que uma vez rompida pelo ritmo do trabalho industrial impossibilita a “sedimentação progressiva de diversas experiências e uma palavra unificadora” (Gagnebin, 1994). Vê-se aí menos uma nostalgia de um tempo de ouro do trabalho artesanal e mais a afirmação de uma analogia entre narrativa e trabalho não-alienado e suas respectivas dimensões humanizadoras. “Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e a sua matéria —a vida humana— não seria ela própria uma relação artesanal” (Benjamin, 1994: 221), portanto, uma relação de trabalho. A narrativa, a

transmissão da experiência, é tomada por Benjamin como uma das formas de humanização, de estar entre homens, para usar uma expressão de Arendt, de seu compartilhamento da vida com os outros e mais, a incorporação das “coisas narradas à experiência de seus ouvintes”, inserindo-se mutuamente, ouvinte e narrador, no fluxo da humanidade. Este movimento de ser traspassado e traspassar o outro refere-se ao movimento mesmo que nos fala Marx sobre a constituição dos próprios homens. Nossa constituição como indivíduos depende da relação concreta com o outro, uma relação de alteridade que comporta uma perda de si, uma exterioridade (cf Henry Lefebvre, em *Metafilosofia*). Podemos então supor que o trabalho artesanal do qual nos fala Benjamin conecta-se, desta perspectiva, com a noção de trabalho não-alienado de Marx, que tem lugar na relação com os outros: “A relação dos homens consigo mesmo só é real, objetiva, através de sua relação com os homens” (Marx, 1993: 167). Deste modo, a reivindicação benjaminiana de um trabalho das corporações, anterior histórica e analiticamente ao trabalho industrial, alienado, como aquele depositário da possibilidade de engendrar a experiência narrativa, conecta-se com a reivindicação de um trabalho humanizador, que passa necessariamente pela relação com o outro, que guarda em si as virtualidades de um trabalho criativo e através do qual é possível efetivar a humanidade dos homens, inserindo-nos através da narrativa ou do trabalho no mundo dos homens, realizando nossa humanidade.

Sob a luz deste encontro entre narração, trabalho e humanidade podemos então recolocar nossa questão inicial e perguntar qual a dimensão do trabalho para a efetivação da humanidade dos homens na política. Como conferem sentido as suas vidas e como integram um mundo minimamente plausível no qual possam viver, habitar? É tudo perda neste mundo?

Na tentativa de avançar um pouco mais, seria possível questionar se este esgarçamento no seio do mundo dos homens, na sua própria constituição, que separa e aparta aqueles que não têm voz do *círculo luminoso* da palavra e da política, não seria ele mesmo constitutivo da própria política. Se há uma possibilidade de verdade nisto, é preciso interrogar-se então, sobre a relação entre violência e política, não mais numa perspectiva de exclusão mútua mas de determinação recíproca. Talvez seja este o coração que pulsa na experiência narrada no *Grande Sertão* e no meu encantamento com ele.

A montagem do campo de pesquisa

A literatura específica sobre os moradores de rua nos aponta uma dificuldade inicial de acesso às pessoas nesta situação por múltiplos fatores: de doenças mentais, alcoolismo, formação de guetos para sua defesa, passando por errância e nomadismo, culminando com a morte ou desaparecimento de parte deles. A intenção inicial do projeto não era estudar aqueles que sempre figuraram no imaginário do senso comum como vagabundos, andarilhos, loucos, mendigos. Minha atenção volta-se para aqueles que a literatura mais recente classifica como *população de rua*¹⁵, de modo que a partir de seu entendimento possamos iluminar as questões inicialmente propostas no projeto e, sobretudo, que pudesse fazer dialogar criticamente o mundo da rua e da cidade.

Um dos caminhos possíveis a ser tomado para a montagem do campo era a abordagem direta, nos pontos de dormida ou de almoço, uma abordagem aleatória de pessoas que estivessem nas ruas. Esta forma de abordagem me levaria, entretanto, a uma determinada maneira de olhar e selecionar quem entrevistar e, portanto, de compreender a questão. Estaria presa a uma versão preconcebida (e até mesmo estereotipada) dos moradores de rua como aqueles “feios, sujos e malvados” que vagam pelas ruas da cidade, ocupando com suas atividades privadas os espaços urbanos de uso coletivo como praças, jardins, calçadas. Esta abordagem ainda privilegiaria aqueles que visivelmente estão nas ruas, ocultando ou invisibilizando ainda mais os outros que não se parecem com os que, habitualmente, costuma-se chamar de mendigos¹⁶ ou que simplesmente não vemos nos lugares onde circulamos.

Além disto, a decisão de construir a rede de pesquisa através das entidades que trabalham de diversas formas com esta população justifica-se pelos motivos relacionados às questões do projeto de pesquisa inicial. Primeiro, a própria relação entre entidades e população assistida é de vital importância para esta pesquisa. As formas pelas quais esta população constrói os espaços que possibilitarão a reconfiguração de sua vida, a maneira como se constrói a rede de sociabilidade e as novas mediações sociais estão diretamente relacionadas com a forma de atendimento e os serviços prestados por estas entidades e, sobretudo, relacionam-se com as práticas de construção destas novas referências sociais nos locais de atendimento.

A constituição de uma questão em torno dos antigos mendigos como *população de rua* passa também pela configuração desta rede de relações, que pressupõem entidades

¹⁵ O capítulo 2 desta dissertação trata da caracterização desta população de rua e de sua nomeação.

envolvidas, atendimentos, relações institucionais que se configuram e se reconfiguram ao longo do tempo; enfim, pressupõem que a questão *população de rua* não nasce sozinha e sim da relação entre estas pessoas que vivem nas ruas e os outros que não vivem.

Os técnicos das entidades que trabalham diretamente com a população de rua funcionam também como uma mediação necessária no estabelecimento de um vínculo de confiança entre os entrevistados e a pesquisadora. Há resistência de parte dos possíveis entrevistados em conversar, em ser entrevistados, em falar sobre sua vida. A existência de um técnico apresentando-me aos grupos foi de fundamental importância para que tivesse acesso aos espaços de convivência destes homens e mulheres e assim, poder conversar e ouvir suas histórias. Além disto, os técnicos e agentes sociais são depositários de uma determinada memória da articulação em torno da defesa dos direitos da população de rua, o que nos abre uma frente ampla de questionamento sobre o grau de autonomia desta população em relação as suas lutas e a configuração de si como sujeitos de sua história. Também nos aponta a necessidade de historicizar a questão e marcar o nascimento ou a conversão da mendicância nesta “nova” forma de pobreza, que foi classificada como população de rua.

A definição das entidades a serem visitadas procurou cobrir um espectro diverso de atendimentos prestados à população de rua, segundo os serviços oferecidos e a existência ou não de uma atenção especial às atividades produtivas desenvolvidas junto aos usuários. Na montagem inicial do campo também levei em conta o tipo de financiamento que estas entidades recebem e a relação que mantêm com o poder público. Os programas municipais de acolhimento e as propostas de atendimento e reinserção social (ou inclusão social, como são denominados pelo poder público municipal) da população de rua também figuram como parte importante deste trabalho. As entidades que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua ou com menores infratores não estão presentes neste trabalho por constituírem uma questão específica e fora do alcance das discussões propostas aqui; enfoquei somente a população de rua adulta.

O conjunto de experiências analisadas foi construído a partir de visitas e entrevistas às seguintes entidades: Coorpel —cooperativa de catadores de materiais recicláveis que tem acompanhamento do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos assim como o Recanto do Novo Dia —casa de convivência que oferece banho, lavagem de roupas e lanche à população de rua (esta casa foi fechada ao longo da pesquisa); a Rede Rua —uma entidade de comunicação popular que, desde 1991, edita o jornal “*O Trecheiro - Notícias*

¹⁶ A diferença de percepção e de nomeação entre os mendigos e população de rua será tratada mais à frente.

do Povo da Rua” e documenta a vida do povo de rua e outros segmentos marginalizados; a Associação Minha Rua, Minha Casa —associação que presta atendimento à população de rua dispondo de diversas atividades para o corpo de associados e atendimentos de banho, lanche e convivência para a população de rua em geral, constituída por iniciativa da OAF (Organização Auxílio Fraternal) e do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais); a própria OAF, entidade ligada à Igreja Católica que, desde 1978, desenvolve exclusivamente trabalhos com população de rua; o Assentamento D. Tomás Balduino —assentamento de reforma agrária ligado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), recém estabelecido em Franco da Rocha, cujos trabalhos iniciais de “frente de massa” foram desenvolvidos com a população de rua e, posteriormente, culminaram no assentamento de 180 famílias; e a experiência de moradias provisórias gerida pela AEB (Associação Evangélica Beneficente). Além destas entidades, entrevistei técnicos da Secretaria de Assistência Social (SAS) da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), especialmente responsáveis pelos programas voltados ao acolhimento e ao encaminhamento para soluções de emprego para a população de rua.

Vamos então seguir pelas veredas aqui abertas, atentos aos dizeres de Riobaldo: “O sertão: esses seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa, ainda encontra.”

Capítulo 2 - Moradores de rua: seus nomes e suas histórias

Pequena nota sobre os termos utilizados

Os nomes que designam os hoje dez mil homens e mulheres que vivem nas ruas e nos albergues de São Paulo são muitos e se diferenciam uns dos outros conforme a orientação dos agentes sociais que lidam diariamente com este contingente populacional. Não somente em São Paulo vemos essa multiplicidade de termos a designar uma das faces da pobreza brasileira. Como veremos no capítulo que se inicia, o termo mendigo foi praticamente banido do linguajar e da produção que se firmou nos anos 1980 e 1990 sobre a população de rua.

As entidades ligadas à Igreja, notadamente a Igreja Católica, designam a população de rua como *povo de rua* numa clara referência à expressão *povo de Deus*. Em recente publicação (Bastos et al, 2003), a Pastoral do Povo da Rua de Belo Horizonte, que mantém um trabalho junto à população de rua reconhecido nacionalmente, apresenta didaticamente as distinções entre diversos segmentos do *povo de rua*: trecheiros, moradores de rua, moradores de viadutos, catadores de materiais recicláveis e portadores de sofrimento mental, apontando a sua “unidade e diversidade”.

O termo *população de rua* foi consagrado pela publicação *População de Rua — quem é, como vive, como é vista*, coordenada por Maria Antonieta Vieira e Cleisa Rosa, elaborada a partir da pesquisa da Sebes sobre os moradores de rua e albergados, em 1992. No livro as autoras desenvolvem a distinção entre *estar, ficar e ser da rua*, indicando uma gradual inserção das pessoas que vivem e sobrevivem no universo concreto e simbólico da rua. Os conteúdos deste trabalho serão analisados no decorrer deste capítulo.

Para fins desta dissertação utilizarei população de rua e moradores de rua de maneira análoga, ainda que possa de alguma forma apagar as distinções entre estes termos. Os outros termos serão utilizados à medida que seja necessário explicitar algum aspecto da discussão ou sublinhar seus conteúdos característicos.

Por fim, é necessário dizer que parte da literatura sobre o tema e da produção acadêmica mais recente, bem como a fala e os textos dos técnicos e agentes sociais que trabalham diretamente com a população de rua, utilizam o termo *população em situação de rua*. Poderia, nesta dissertação, utilizar esta expressão politicamente correta para designar este contingente populacional, como a querer indicar que um dia não mais estarão ou não

serão *de rua*. Mas algo parece falso nesta tentativa.

De mendigos a população de rua : a constituição das redes de atendimento

O trabalho da OAF (Organização Auxílio Fraternal) data da década de 1950, do século XX e está na raiz do que hoje pode ser tomado como paradigma do trabalho de orientação progressista e comunitário¹ junto à população de rua em São Paulo e mesmo em outras cidades, como Belo Horizonte². Estes anos passados estão guardados na memória de Regina³, uma das missionárias que hoje coordena a entidade, como um período no qual a cidade era muito diferente e as proporções da pobreza urbana comparativamente reduzidas, um tempo de experiências muito duras. o compartilhar a vida com os mais pobres nas ruas.

A OAF é uma organização não-governamental que tem inspiração no trabalho missionário da Igreja Católica, mas não possui vínculo jurídico com ela. A fundação da OAF é resultado da vontade de dar maior alcance ao trabalho de atenção aos pobres, desenvolvido por um grupo de pessoas que se referenciavam na ação cristã, na atuação do padre Ignácio e no trabalho desenvolvido por ele na região do Tatuapé. Fundamentavam o trabalho do grupo os princípios de amor e respeito, o combate ao pecado da omissão social, a doação de dinheiro e a oração para ação⁴. Concomitante à formação da OAF, é a publicação do decreto de fundação do grupo das Oblatas, um grupo de religiosas que participaram deste trabalho com o padre Ignácio e hoje participam ativamente da OAF e do trabalho junto à população de rua.

No seu início, a OAF dedicava sua atenção aos “abandonados” da cidade, o trabalho tinha como público-alvo preferencial os mendigos (hoje chamados população de rua) e as

¹ Outras entidades como o Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia e o Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados são também representantes desta atuação, que se reivindica não assistencialista, junto aos moradores de rua. Falarei destas duas entidades ao longo do trabalho, e no capítulo seguinte farei uma descrição pormenorizada de sua atuação.

² O trabalho desenvolvido em Belo Horizonte é hoje uma importante referência para os estudos sobre população de rua e para os programas de atendimento, notadamente o trabalho junto aos catadores de papel e materiais recicláveis. A OAF e a Pastoral da Rua têm importante papel neste processo. A dissertação de mestrado de Maria Vany de Oliveira (2001) recupera a constituição da Asmare (cooperativa formada por moradores de rua e carrinheiros) e sua articulação com a política de coleta de lixo na cidade.

³ Irmã Regina Maria Manoel é membro da Fraternidade das Oblatas e trabalha na OAF onde, além de coordenar o trabalho da entidade, acompanha a articulação dos catadores de papel em São Paulo e no Brasil. As falas aqui reproduzidas são de entrevista concedida à pesquisadora em 9 de abril de 2003.

⁴ Toda a história de fundação da OAF e do seu desenvolvimento e, sobretudo, a vocação do trabalho com os pobres e carentes, está descrito em *Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria!*, escrito por Nenuca (oblata e participante da OAF). Para fins deste trabalho somente serão comentados os pontos principais desta trajetória.

prostitutas que viviam no centro de São Paulo⁵. Com o crescimento e o desenvolvimento da entidade, outros segmentos foram abarcados no seu espectro de atendimento: meninos e meninas de rua, adolescentes, mulheres, egressos da prisão e pessoas que tentavam o suicídio, enfim, os abandonados, na definição da irmã Regina. As rondas noturnas pela cidade aconteceram desde o início deste trabalho, nas quais o grupo conversava com aqueles que encontrava, ouvindo seus problemas e procurando maneiras de ajudar a resolvê-los. O trabalho propriamente dito era feito pelas religiosas, por missionários e por voluntários, à época chamados de colaboradores.

A atuação missionária da OAF sempre se pautou por uma atenção especial ao ato de ouvir e compartilhar experiências com os abandonados, na tentativa de estabelecer com estes relações pessoais e uma convivência próxima. A atuação da rua e a ronda noturna tinham a retaguarda de vários serviços de atendimento mantidos pela entidade: eram albergues, oficinas de trabalho, pensões e casas de acolhimento. Nestes espaços, “os assistidos da OAF” participavam de atividades formativas e de lazer, recebiam acompanhamento psicológico e de assistência social, tinham um lugar para fazer sua higiene pessoal, um lugar para conviver e dormir; com isto esperava-se que pudessem retomar suas vidas. À época, o trabalho era custeado por subvenções estatais e contribuições dos associados⁶ e de pessoas de “uma classe de poder aquisitivo bom e com uma consciência, mesmo que fosse religiosa, pela questão do outro” (Regina, OAF).

Embora estivesse em seu horizonte a reinserção produtiva dos homens e mulheres que viviam nas ruas e eram atendidos pela OAF, a entidade não contava com nenhum projeto específico de encaminhamento para empregos ou nada que se parecesse com as atuais iniciativas e projetos de geração de trabalho e renda. Regina nos fala sobre o trabalho da OAF nesta época e do público ao qual se destina, revelando as formas de sobrevivência que abarcavam a rua como espaço transitório, uma passagem em épocas de desemprego, um espaço de *viração*. Uma experiência que mistura pobreza e trabalho, que revela as formas de sobrevivência popular compartilhadas e articuladas com a política econômica vigente, e nos dá notícias da rede de sociabilidade própria que dava suporte à instabilidade da vida daqueles *assistidos*:

⁵ A OAF estabeleceu sede também em Recife e Salvador, em 1959, e continua o trabalho nestas cidades até hoje. O trabalho em Salvador volta-se para crianças e mães sem recursos, em Recife focaliza-se no cais, zona de prostituição e com meninos de rua.

⁶ No princípio do trabalho, os contribuintes se comprometiam também a desenvolver ações como voluntários da OAF (prática que foi aos poucos diminuindo), uma vez que o “dinheiro não poderia ser aceito para limpar a consciência de ninguém, porque as exigências do Evangelho são maiores do que uma esmola impessoal e descomprometida (...)” in Nenuca, 1985, pg. 35.

Neste período, nem se encaminhava [para postos de trabalho]. As pessoas tinham sua mobilidade e eles têm toda uma rede de informação, “tal lugar obra tá abrindo, tá abrindo um alojamento em tal lugar, vai começar”, eles tinham não só na cidade, como no Estado e até no Brasil. Havia uma rotatividade. Inclusive, uma das políticas de governo dos anos 60, era a rotatividade, da mobilização... não, da mobilidade. Tanto que você deve ter estudado que o grande albergue que tinha era o Cetrem e ele fazia grandes investimentos de mandar ônibus e ônibus pra todos os lugares do Brasil. Então, um pouco era sistema de peão, no sentido mesmo de rodar, de ficar rodando. E aqui na OAF acabava ficando um grupo que já era que não estava mais dentro deste sistema, entende. Então, aí ele vivia num esquema ou de trabalhos providos pela própria entidade, desses do tipo que se faz em cadeia ou até com pessoas com problemas até mentais, do tipo de ficar prestando um serviço que não é mecânico no sentido de mecanizado, mas mecânico no sentido de que é só aquela atividade. Então, tinham muitas oficinas deste tipo. E também a questão da moradia que, de qualquer jeito, ele conseguia ter um rendimento, fosse pela construção civil, fosse pela questão mais destes tipos de trabalho, e isto ele podia ir para uma pensão. Então, tinha uma rede de pensões. (Regina, OAF)

A fala de Regina também nos revela uma certa impossibilidade de alguns setores continuarem neste trânsito entre a rua e a cidade, e nos mostra que, talvez a partir deste momento, a trajetória de vida destes homens (e poucas mulheres) que viviam na rua já começava a revelar algo que hoje se cristalizou: a rua como um *outro* mundo, com regras e formas de vida próprias, uma menor permeabilidade em relação ao mundo da “não-rua”, a transformação de um espaço transitório em espaço de permanência.

Entre 1975 e 1978 a OAF passa por um processo interno de avaliação do seu trabalho, de sua trajetória e também de sua perspectiva de atuação futura. No centro deste processo estava o questionamento de sua atuação, que não tomasse os “assistidos” como objetos de sua prática, nem da caridade nem do peso da consciência dos missionários, “mas de fato que as pessoas pudessem encontrar um caminho pessoal” (Regina, OAF). O processo de reelaboração do trabalho culminou com o fechamento dos albergues, pensões e casas que foram repassados para outras entidades, no ano de 1978. O trabalho agora voltava-se somente para aqueles com os quais nem mesmo a igreja trabalhava.

Ninguém trabalhava com a população de rua, nem em termos missionários e nem em termos sociais. Era o migrante, na perspectiva da migração, mas este resto [a população de rua], porque é uma sobra mesmo, não era nem vista... (Regina)

Entretanto, esta volta para as ruas do Centro da cidade estava impregnada de uma nova orientação. Animada pelos rumores da igreja progressista, do trabalho das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), da igreja voltada para os pobres, mergulhada na realidade de mobilização e organização social, a volta para o *povo de rua*, nesta época chamados de marginalizados, fazia-se através de um trabalho que procurava reuni-los em

grupos e organizá-los em comunidades. Neste processo de aproximação com o *povo de rua* a Carta de Puebla seria uma baliza e referência constante. Assim, o caráter assistencialista que os próprios missionários identificavam no trabalho da OAF deveria ser matizado, reconduzido na verdade, em direção a uma prática de orientação comunitária e mais autônoma. Este traço do trabalho da OAF, que será objeto de análise mais à frente, perdurará durante as décadas seguintes e terá enorme impacto sobre o programa estatal de atendimento à população de rua no final da década de 1980, inaugurada na gestão municipal de Luiza Erundina (PT, 1989-1992).

Desta nova orientação do atendimento com um corte comunitário é que surgem os trabalhos com os grupos de moradores de rua embaixo dos viadutos: a sopa com os restos da feira no Glicério, que depois viraria, em parceria com o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), o projeto da Associação Minha Rua Minha Casa; a discussão e a posterior montagem da cooperativa de reciclagem, a Coopamare, com um grupo de catadores de papelão; a Oficina Marcenaria e a Casa de Oração⁷, esta inclusive a primeira das novas “casas” abertas depois da remodelação da OAF.

É concomitante a este processo de remodelação do trabalho de atendimento da OAF a tentativa de estabelecer uma nova maneira de figurar e nomear os então mendigos. Tentativa esta que é um movimento não só da OAF mas que se perceberá em uma parte significativa de entidades e agentes/ativistas sociais dedicados à questão, sobretudo aqueles cuja ação tinha uma orientação progressista. Esta tentativa de uma nova enunciação dos *mendigos* e suas histórias de vidas revela a possibilidade de recomposição de autonomia para as vidas destes homens e mulheres de rua, não como projeção anterior à História, mas como uma possibilidade aberta na própria história, resultado de uma construção da e com a população de rua.

É de 1972 a primeira notícia de jornal que relaciona claramente desemprego, indigência e vida na rua; mas mesmo já anunciada no começo da década de 1970, esta articulação/explicação terá força discursiva somente durante a década de 1980. Esta associação entre rua e trabalho será o mote articulador do discurso em torno dos moradores de rua e da problematização da pobreza durante as décadas de 80 e 90, do século XX, efetuado sobretudo pelo trabalho das entidades assistenciais de orientação progressista. É

⁷ A instalação da Casa de Oração atendia a uma orientação neste processo de remodelação e intensificação do trabalho evangelizador, não catequista, da OAF. Este espaço ecumênico funcionava como lugar de encontro para o povo de rua. Hoje, a Casa de Oração é uma importante referência no trabalho de rua em São Paulo, com sede na Luz, abrigando, além de outras atividades, as reuniões do Fórum das entidades que trabalham com a população em situação de rua e o Fórum da população em situação de rua.

neste momento também que mudará a maneira de nomear os antigos mendigos e *desassistidos* de toda sorte que viviam nas ruas de São Paulo. A expressão usada pela Igreja *povo de rua* aparece pela primeira vez num jornal produzido pela OAF em 1980⁸.

A nova nomenclatura *população de rua*, que se consagrará nos anos 1990, expressa a intenção de promover um deslocamento na caracterização e no estigma sob o qual viviam os então mendigos da cidade, os marginalizados, os assistidos, os abandonados. Nesta disputa pelo nome que designa os moradores de rua o que está em questão é o próprio aparecimento público de um setor da população e também de uma questão relativa à sociedade brasileira: a pobreza contraposta ao trabalho, agora formulados ou articulados discursivamente, não como pares antagônicos, mas como faces de uma mesma experiência.

É desta experiência dúplice que trabalho e pobreza emergem como faces da mesma moeda, revelando a profunda desigualdade vivida pelas camadas oprimidas no Brasil. É desta experiência bifronte que Avelino⁹ trata quando relata sua história de vida e sua trajetória de emprego:

Há 20 anos que eu trabalho na reciclagem. Antes eu trabalhei como servente de pedreiro, como ajudante de sapateiro, como jardineiro (...) aqui em São Paulo mesmo. (...) Porque isso são serviços que você tem temporário. Então, quando não tem, você fica na rua. Até arranjar o trabalho na reciclagem, né, que é mais compensador que trabalhar deste jeito. Mesmo aí nos ferro-velhos é mais compensador do que trabalhar assim, do que estes trabalhos em firma, de peão. Os famosos *gatos*, que eles falam. (...) Quando você pegava um trabalho – eles falam – gato, né, tinha alojamento, estas coisas. Eles davam alojamento e aí você ficava no alojamento até... trabalhando. (...) Aí, quando terminava o serviço, não tinha lugar para ir, você tinha que ir pra rua. Ou ia pro albergue. Mas albergue também... não tinha futuro. No meu tempo, não, era muito ruim. (...) Era tudo carteira assinada. (...) Não [dava problema de morar na rua pras pessoas pegarem] porque às vezes você fazia triagem pelo próprio albergue. O albergue era ali no Cambuci, tipo CETREM. Você ia pra lá e de lá mesmo você fazia triagem, encaminhava você pro serviço. Mas não dava, não. (Avelino)

Se estas duas experiências do trabalho e da pobreza são vividas lado a lado por uma parte da população brasileira¹⁰, será a partir deste ponto de tensão que se organizará uma

⁸ Cleisa Maffei Rosa em sua dissertação de mestrado faz um cuidadoso levantamento de notícias e documentos referentes à população de rua, entre os anos de 1970 e 1998, buscando identificar as maneiras pelas quais estes são nomeados na imprensa. Seu trabalho apresentado à PUC em 1999 é uma importante referência para os estudos sobre população de rua. A compilação das notícias está disponível em um banco de dados digital lançado pela autora. Ver Cleisa M. Rosa, *Vidas de rua, destinos de muitos*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) PUC-SP, São Paulo, 1999; ou *Vidas de rua, destinos de muitos*. Pesquisa em jornais e revistas sobre temas relativos a população de rua na cidade de São Paulo: 1970-1998. São Paulo: IEE/PUC-SP, 1999 (CD-Rom).

⁹ Avelino tem 41 anos, é catador cooperativado da Cooprel, nasceu em Registro e veio para São Paulo, em 1978, ainda adolescente e foi morar na rua, onde permaneceu por algum tempo; hoje mora em uma pensão. Os trechos utilizados nesta dissertação são da entrevista concedida a mim em 18 de julho de 2002.

¹⁰ Importante lembrar que mesmo setores organizados dos trabalhadores estabeleceram ao longo do tempo

nova nomeação para os antigos mendigos. Esta reivindicação por uma nova maneira de nomear e figurar a pobreza extrema, originária dos grupos de atendimento a este segmento da população, diz respeito às novas práticas de trabalho comunitário que começam a ganhar força e espaço na cena paulistana, que a um só tempo articula a recuperação da auto-estima dos moradores de rua, a dimensão produtiva de suas vidas e uma possibilidade de vida com suporte na constituição de uma comunidade.

Dito de outra maneira, o atendimento prestado pela OAF e por outras tantas entidades organiza-se em torno de um ponto comum, a vocação religiosa, e se pauta pela defesa da vida, por uma postura de fraternidade e atenção para com os mais pobres, uma inclinação para dirimir as dores dos irmãos, o compromisso e a compaixão para com os sofredores. Entretanto, ao discurso religioso das entidades foram acoplados elementos que estruturaram um campo de significações em torno dos homens de rua, extrapolando o sentido cristão originário e abarcando em suas lutas dimensões propriamente sociais¹¹ deste trabalho. Ou seja, as práticas e os discursos destes agentes sociais, remetidos à vocação religiosa para o trabalho com os pobres, foram matizados ao longo do tempo, ganharam contornos outros e, em alguma medida, resignificaram sua própria atuação, sobretudo ao longo dos anos 1990, sob forte influência do atendimento estruturado pela administração de Luiza Erundina. Este não é um ponto desprezível nesta trajetória e nesta tentativa de publicizar as questões relativas à miséria, sobretudo em função da forte presença de setores da Igreja nos processos de organização popular no Brasil¹². É importante apontar para o fato de que esta maneira de articular e organizar o trabalho com a população de rua, reivindicando *direitos da rua*¹³, assenta-se numa noção de direito social entendido na chave dos direitos naturais, e tem no seu centro organizador a

formas de proteção contra a instabilidade econômica e os períodos de desemprego. Se é possível ler nas caixas de pensão, um traço associativo e de solidariedade de classe, é necessário ver também que estes mecanismos funcionavam como anteparo para as situações de penúria. Pobreza e trabalho, neste sentido, misturam-se como faces da mesma experiência.

¹¹ Não uso o termo *político* por este ser um aspecto bastante controverso e porque este é o cerne desta investigação. Neste momento acentuo o caráter social deste trabalho e suas decorrências para a política, nos sentidos da discussão de Hannah Arendt, especialmente em *A Condição Humana*.

¹² É preciso considerar o caráter progressista que o trabalho de orientação religiosa para/com os pobres representou neste país. Parte da história dos movimentos sociais e mesmo dos sindicatos não poderia ser entendida sem levarmos em conta o trabalho de organização que parte dos religiosos, sobretudo os da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação e suas células de organização, as CEB's, desenvolveram junto à população brasileira na cidade e no campo. É bem verdade que esta energia utópica presente nas intervenções dos religiosos, até a década de 80, parece ter sido consumida ao longo dos anos 1990. O recente surgimento de muitas igrejas de denominações pentecostais e de um forte movimento no interior da Igreja Católica conhecido como Renovação Carismática acentuam o caráter conservador das práticas atuais das entidades e grupos de pessoas que atuam como religiosos naquilo que genericamente podemos denominar questão social.

¹³ A reivindicação de direitos da população de rua desembocará na promulgação, pela Câmara Municipal de São Paulo, da Lei de Atenção à População de Rua, da qual trataremos mais adiante.

inviolabilidade da vida como princípio estruturante.

O discurso que articulava o trabalho das entidades e dos fóruns de discussão e organização sobre o tema da rua, e que se mantêm nos dias que correm, está permeado pela tentativa de recomposição de um horizonte de autonomia de atuação para esta população. As propostas de intervenção junto a este setor vulnerabilizado e marginalizado da população estão impregnadas pela defesa de ações que favoreçam e estimulem a recomposição de uma dimensão propriamente autônoma de manutenção da sua vida, pelo reingresso a uma atividade produtiva que gere renda e que neste processo recomponha a auto-estima destas pessoas. De fato, há um binômio que caracteriza a atuação das entidades: recuperar a auto-estima e a autonomia através do trabalho, cujo amálgama é a comunidade. Neste sentido, toda a articulação discursiva que se montou em torno dos moradores de rua procura recuperar e conformar uma identidade desta população pelo trabalho, uma relação identitária que parte da constatação de uma não significação e de um não pertencimento¹⁴, e tenta transpô-los, organizando os homens e mulheres de rua na reivindicação de uma possível “volta” ou reinclusão no mundo do trabalho e seus códigos.

Há o reconhecimento por parte das entidades que trabalham diretamente com esta população que a condição de vida dos homens e mulheres que estão na rua está intrinsecamente vinculada às questões estruturais do modo de produção capitalista e, mais especificamente, ao modo como a economia brasileira se insere nesse. De maneira mais ou menos precisa, a crise econômica brasileira no período após o “milagre”, na década de 1980, aparece como o momento no qual é possível perceber o vínculo analítico entre os ciclos da economia e a existência da população de rua. Há uma percepção generalizada entre os agentes sociais e técnicos atuantes na área e de parte significativa da literatura sobre o tema de que as mudanças no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e o enxugamento do parque produtivo do país nos últimos vinte anos são a causa imediata do aumento de pessoas vivendo em “situação de rua”. A equação é simples (não simplória): diminuição dos postos de trabalho, rotatividade intensa da inserção dos trabalhadores na produção (seja ela formal ou não) e baixa qualificação da mão-de-obra geram desemprego em massa e com isto o *sair para rua*. Esta explicação ganha roupagem mais acadêmica e elaborada entre os técnicos e estudiosos; entretanto, podemos vê-la surgir da experiência

¹⁴ Dois importantes trabalhos sobre população de rua e mendicância fazem a discussão da formulação de uma relação identitária diante do não-trabalho, trazendo à tona a conformação de uma relação que se institui pela negação, pelo avesso do trabalho. Ver especialmente o texto de Maria Neyára de Araújo (2000) e de Ana Cristina Arantes Nasser (1996).

concreta de pessoas como Alemão¹⁵, catador cooperativado, que relata sua trajetória e sua passagem pela rua:

Quando eu cheguei aqui em São Paulo, com 17 anos [por volta de 1989], meu cunhado já tinha arrumado um emprego pra mim direto. Ele era zelador do prédio. Só que ele arrumou pra mim um serviço. Só que eu vi que o serviço era muito pouquinho dinheiro, eu saí fora. (...) Só que eu saí, e falei 'vou entrar na catação de papel que dá mais dinheiro'. Aí eu peguei e entrei na catação de papel. (...) Depois entrei na catação de papel. Não conhecia muito São Paulo, não. Conversei com os carroceiros, eles falaram 'vai ali, ali não tem dono, você pode pegar'. Porque nestes tempos, tinha muito papel em São Paulo. Agora em São Paulo, é muito carroceiro, muito carroceiro e muito pessoal que tinha emprego antigamente e agora não tem mais e vive na rua, jogado, que esse pessoal que vive na rua é tudo trabalhador também. Estão jogados por causa de quê? Eles não têm mais emprego, não tem moradia. (...) É, aí eu fiquei quatro meses na rua até o dono do depósito arrumar um lugarzinho pra mim, aí eu fui pra lá. Mas trabalhava com a carroça dele. (...) Você nunca pode desfazer de pessoa que mora na rua. Se você puder ajudar, você ajuda: dá uma pouquinho de comida, algumas coisas pras pessoas. Não pode maltratar as pessoas de rua, você pode cair nesta situação, porque Deus está vendo. Eles estão na rua não é porque eles querem não, entendeu? É por causa de desemprego que está demais e moradia que não tem.

Estar na rua é uma consequência direta do desemprego e da desarticulação, real e simbólica que isto representa nas vidas dos trabalhadores, que se tornaram, neste processo de perdas, homens e mulheres de rua. Anexada a isto figura, como explicação estrutural para a existência deste grande contingente populacional nas ruas, a migração¹⁶, sobretudo nas falas dos técnicos que trabalham com o tema, em decorrência das dificuldades de absorção destes migrantes que chegam às cidades, à procura de emprego e de uma vida melhor. Ao lado destas explicações para o "aparecimento" da população de rua, vemos que os desviantes, já velhos conhecidos do mundo da mendicância, têm assento: os loucos, ex-presidiários, os que quebram o vínculo familiar por outros motivos (mortes inesperadas, separação, brigas, alcoolismo etc).

É importante notar que a década de 1980 não é apontada como o momento de surgimento de pessoas vivendo nas ruas. Mas parece ser este o momento a partir do qual os antigos vagabundos e mendigos começam a ser figurados de uma outra maneira,

¹⁵ Alemão é o apelido de Gilvan, catador cooperativado da Coorpel. Alemão trabalha na Coorpel desde sua fundação. Os trechos utilizados nesta dissertação são de entrevista concedida à pesquisadora em 18 de julho de 2002.

¹⁶ Parte das explicações e da caracterização da população de rua em outras cidades dentro e fora do Estado de São Paulo, feita por técnicos de órgãos estatais, aponta quase que invariavelmente para o atrelamento entre os processos migratórios e a existência local da população de rua. Em 1992, os nascidos no Estado de São Paulo eram 30% da população de rua, 14% somente na capital. Os dados são de um seminário realizado em São Paulo, para discussão sobre população de rua e política de atendimento e encontra-se sistematizado em ROSA, Cleisa Maffei. (org) *População de Rua - Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

principalmente por quem voltou suas atenções para o trabalho com eles e, em alguma medida, por eles próprios. Há, por assim dizer, uma reconfiguração das maneiras de organizar o discurso em torno desta parcela da população. Se os mendigos e vagabundos são estigmatizados e figuram no imaginário social como pessoas desvinculadas do mundo do trabalho, a construção desta nova figura, a população de rua, marca claramente a tentativa de iluminar a relação entre o aumento, e em certa medida, o aparecimento mesmo, destes “novos” personagens da cena urbana e os processos econômicos, políticos e sociais brasileiros.

Ao salientar o vínculo perdido com o trabalho mostram como eles devem, sim, ser considerados parte integrante do mundo do trabalho, ainda que pela negação desta possibilidade. Esta maneira de organizar o discurso em relação ao campo normativo que o trabalho estabelece tem a função não somente de afirmar uma relação de expulsão deste mundo, mas de iluminar um outro ponto: as falas em torno dos moradores de rua passam a organizar-se enfatizando a dimensão produtiva de suas vidas. Parte significativa dos moradores de rua desenvolve atividades que lhes gera pequenas somas de dinheiro, que vão de lavagem de roupa, guarda de carros, serviços gerais e de jardinagem, até eventuais trabalhos através dos *gatos* (atravessadores) ou mesmo de catação de papel e materiais recicláveis, estas últimas atividades de caráter mais permanente. Há um movimento de valorização e de afirmação desta dimensão como algo que caracterizaria a população moradora de rua e não somente a perda da referência do mercado de trabalho (formal ou não). Todo o trabalho que surgirá com os catadores de materiais recicláveis ou os carrinheiros, partirá deste ponto: organizar em uma cooperativa (que não deixa de ser uma comunidade) o trabalho e a produção dos quais parte dos moradores de rua vive, que se origina da pura necessidade.

A montagem de um novo campo de significações em torno da pobreza se desloca, na tentativa de abarcar o mundo do trabalho como seu ponto de referência. Pelo menos é esta a tentativa que podemos perceber na articulação que se verá nos anos subsequentes em torno da questão. As explicações e determinações estruturais procuravam inserir a população de rua no próprio movimento da sociedade, reencontrando uma dimensão política de sua vida. A percepção de que o *estar na rua* ou o *ser da rua* não diz respeito a uma escolha ou à falta de capacidade individual de cada um dos moradores de rua, recupera a “dimensão política da inserção dessa gente de rua na dinâmica da vida da cidade de um modo geral” (M.L. Montes in Rosa, 1992: 123).

O movimento simbólico desta reinserção dos homens de rua na vida comum aponta

para um esforço imenso de politização de todo um campo que, ao longo do século passado, foi colocado pela literatura “na sombra”, a pobreza em oposição ao “mundo iluminado” do trabalho e dos direitos sociais. Podemos mesmo pensar que o esforço das entidades que atendem a população de rua —através da organização dos dias de luta, das iniciativas de publicização da questão através de debates e atos, enfim, as diversas formas de conferir visibilidade a esta população, que estão em pauta durante estes últimos vinte anos pelos atores envolvidos com a questão—, é um esforço de tornar pertinente ao mundo público as questões que até então estavam relegadas ao obscuro mundo da necessidade, sem possibilidade de ser nomeadas com algo que diga respeito ao conjunto da sociedade.

Este passeio pela reorganização do trabalho da OAF ao longo destes 50 anos, contada muito rapidamente, permite-nos ver as maneiras pelas quais foram figurados os hoje chamamos moradores de rua, população de rua ou povo da rua. Os mendigos na década de 1950, estigmatizados como bêbados, loucos ou vagabundos; depois os marginalizados, na década de 1970 e 1980 e, finalmente, a população de rua, nos anos 1980 e 1990, dão notícias de um profundo empobrecimento da população brasileira. Contudo, importa aqui assinalar não só a transformação sócio-econômica pela qual o país passou, mas sim perceber que qualquer que seja a nomenclatura que estes miseráveis tiveram ao longo do tempo, algo lhes é comum: a percepção de pertencerem e, ao mesmo tempo, não pertencerem à sociedade.

Sai fora, parece uma nave espacial, né? Como se fosse uma nave que caiu, né? Eu tenho umas situações assim que sempre me impressionaram muito, que me marcaram profundamente, que eu recordo até hoje. Essa foi uma. A ponto da pessoa viver, não é que ele estava alcoolizado, é uma questão de percepção de tempo e espaço. Você não está mais conectado com a realidade, você começa a viver uma coisa totalmente à parte. E a gente sempre teve muita gana de que o povo de rua faz parte da sociedade. Este negócio de “ah, tá fora da sociedade”, não está fora da sociedade, não. A sociedade pode não reconhecer, mas não está fora, não. Então, a gente briga muito por esta questão. É parte da sociedade, quer ela queira, quer não. (Regina, OAF)

Esta longa digressão na qual procurei recompor os vínculos discursivos que se estabeleceram entre *trabalho, pobreza e população de rua* nos mostra mais do que o trabalho cotidiano das entidades e dos antigos mendigos, dá-nos notícias das maneiras de entendimento da questão da pobreza e especificamente da população de rua. Atravessa as falas de todos os entrevistados na pesquisa, sejam técnicos, agentes pastorais, educadores, catadores de papel e mesmo a população de rua, a tensão na definição da relação deste segmento com o conjunto da sociedade. *Resto, sobra, abandonados, excluídos, marginais* e tantos outros nomes e imagens tentam dar conta de uma relação que se efetiva pelo

negativo, pelo apartamento e pela impossibilidade de pertencimento como sujeito público.

Se a reivindicação do *status* de trabalhador para e por esta população de rua significou um deslocamento do campo de significações no qual estava inscrito, as práticas de atendimento reafirmam o seu contrário, demonstrando que esta operação discursiva precisaria não somente projetar-se sobre o mundo do trabalho, mas também questionar a própria separação que este institui, a divisão entre o trabalho e aquilo que não é seu reflexo direto. A perspectiva de reivindicação e de instauração de uma igualdade contingente¹⁷ (Rancière, 1992) comportaria, desta maneira, o questionamento do próprio sentido do que se entende por *trabalhadores*.

Movendo-se no campo da *exclusão social* estas práticas acabam por fechar-se no mundo da *exclusão* no sentido de Rancière, apresentando-se desta maneira como a “própria ausência de barreira representável. [A exclusão] É estritamente idêntica à lei consensual. O que é o consenso senão a pressuposição de inclusão de todas as partes e de seus problemas, que proíbe a subjetivação política de uma parcela dos sem-parcela, de uma contagem dos incontados?” (1996: 117).

A noção de exclusão em Rancière —é preciso que se diga que o autor a desenvolve num livro sobre a política, *O Desentendimento*— recoloca a questão do aparecimento público de um determinado grupo, ou dos *sem-parcela* na sua formulação. Entendendo a política como a reivindicação de reparação de um dano que institui uma nova ordem, recuperando e propondo o conflito ou o dissenso como centro da disputa pública, Rancière problematiza a exclusão atual mostrando como esta traz em si um componente “novo”: a impossibilidade de figuração do conflito e portanto, a impossibilidade de subjetivação do litígio e de simbolização da experiência social. Esta impossibilidade é a própria destruição da política, na medida em que o mundo público não pode prescindir de um código comum entre aqueles que ouvem, falam e existem politicamente. A não simbolização do conflito e do litígio não significa a sua inexistência, a sua superação ou seu ocultar-se, e sim sua intensa exposição e mais a exposição de sua radical diferença em relação ao mundo público e seus sujeitos. Dito de outra maneira, o mecanismo que opera a exclusão que Rancière aponta não é o de esconder as desigualdades sociais, é expô-las na sua diferença radical de tal maneira que a torna incapaz de simbolizar o litígio que carrega consigo.

¹⁷ “Para que a comunidade política seja mais do que um contrato entre quem troca bens ou serviços, é preciso que a igualdade que nela reina seja radicalmente diferente daquela segundo a qual as mercadorias trocam e os danos se reparam.” (p. 21) e mais à frente, “Essa igualdade [dos atenienses] é a igualdade de qualquer um com qualquer um, quer dizer, em última instância, a ausência da *arkhé*, a pura contingência de toda ordem social.” (p. 30) citado de Rancière, J. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

Neste sentido, é o avesso da política, uma vez que a articulação política de figuração de uma outra situação da palavra, que realmente instaure o questionamento sobre a divisão das parcelas pelos *sem-parcela*, esvai-se.

Os moradores de rua e as contagens: os números e as histórias da rua

“Quadrante que assim viemos, por esses lugares, que o nome não se soubesse. Até, até. A estrada de todos os cotovelos. Sertão, —se diz—, o senhor querendo procurar, nunca não encontra. De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem. Mas, aonde lê, era o sertão churro, o próprio, mesmo. Ia fazendo receios, perfazendo a indagação. (...) Faltava era o sossego em todo silêncio, faltava rastro de fala humana. Aquilo perturbava, me sombreava. Já depois, com andada de três dias, não se percebeu mais ninguém. Isso foi até onde o morro quebrou. Nós estávamos em fundos fundos.”

(Riobaldo contando a chegada à vila dos catrumanos, o Pubo - em *Grande Sertão : Veredas*)

Dizer hoje que moradores de rua são aqueles que vivem nas ruas, dali tiram sua sobrevivência e fazem dela seu espaço de abrigo e de sociabilidade pode parecer simples e fácil. Entretanto, esta facilidade encobre uma intensa disputa: mensurar e nomear quem são estes *miseráveis*, dar-lhes uma cara e uma existência real. Eles não existem para o IBGE, não aparecem nos censos populacionais, porque como já adianta o nome, moram “onde não mora ninguém”, moram na rua, não têm domicílio. Sua luta para fazer parte da contagem populacional do país lembra a luta do MDF (Movimento em Defesa dos Favelados) na década de 70 e 80 do século XX, que, igualmente não contados pelo censo oficial, reivindicavam a inclusão das favelas e ocupações na contagem censitária do IBGE.

A contagem de 1991¹⁸, que deu origem ao livro *População de Rua — Quem é, Como vive, Como é vista*, marca de maneira definitiva a maneira de compreender a população de rua e seus códigos. Foi ali que se estabeleceu definitivamente o termo população de rua para este contingente de três mil homens e mulheres que sobreviviam da rua na cidade de São Paulo. Esta pesquisa, feita pela então Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, em parceria com as entidades de atendimento, traça o perfil sócio-econômico, de trajetória urbana e caracteriza o modo de vida da/na rua. Neste trabalho, que se preocupava em

¹⁸ Esta contagem, feita pela equipe da Sebes, é uma referência indispensável em todos os estudos sobre população de rua. Embora não seja uma contagem censitária, traz uma caracterização do modo de vida da população de rua importantíssima. Referir-me-ei a esta pesquisa como a contagem ou pesquisa de 1991.

entender os códigos da rua para propor uma ação que rompesse com as formas violentas de intervenção junto a esta população, a rua é figurada como um outro mundo, mundo que mantém relação com o mundo da “não rua”, da cidade, mas ainda assim um outro mundo, o outro da cidade. Salta aos olhos o caráter de apartação entre a cidade e a rua que resulta da leitura desta pesquisa, mesmo que possamos identificar ali a tentativa generosa de acolher esta possibilidade de vida e que se possa perceber a proposição de sua superação por uma ação estatal. Toda a pesquisa está também imbuída de uma clara intenção em caracterizar a população de rua em relação ao mundo do trabalho e aos processos em curso na sociedade brasileira naquele momento de crise econômica.

Tanto este esforço do poder público, orientado por uma gestão de esquerda, quanto a mudança na orientação do atendimento estatal e não-estatal, que apontamos no item anterior, estão em diálogo com “os anos 1980” e a efervescência política que neste período se consumou, nas múltiplas formas de organização e luta populares, no aparecimento público de setores marginalizados, seja através do revigoramento das lutas sindicais ou de movimentos sociais setoriais. Podemos ver os ecos da valorização das formas populares de vida que se estenderam durante os anos 1980, nesta prática junto à população de rua, assim como no ideal de autonomia dos trabalhos de algumas entidades, das quais falamos anteriormente e nos contornos da caracterização da população de rua que emerge desta pesquisa.

Esta contagem da Sebes apontava 3.392 pessoas na rua; em 1994 já eram 4.549 e em 1996 somavam 5.334 pessoas vivendo na e da rua. O Primeiro Censo de População de Rua¹⁹, de fevereiro de 2001, elaborado pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa da USP), apontou 8.706 pessoas vivendo nas ruas de São Paulo; e hoje, de acordo com o recenseamento de 2003, também da Fipe, são 10.394 moradores de rua em São Paulo. Mesmo hoje, os dez mil parecem poucos se comparados à expectativa de cem mil homens de rua levantados por alguns setores à época da pesquisa da Sebes²⁰.

Por trás dos números dos censos e contagens de população de rua estão muitas histórias. São estes relatos, colhidos nas entrevistas e visitas a campo ao longo do período da pesquisa, que dão concretude a esta experiência misturada de pobreza e trabalho das classes oprimidas no Brasil. O texto que se segue é a tentativa de aproximar-me e

¹⁹ A Lei 12.316/97, chamada Lei de Atenção à População de Rua, designa como obrigação do poder público “publicar anualmente no Diário Oficial do Município o censo da população de rua” (art.7º), e artigo 8º. do Decreto 40.232/01 que o regulamenta dispõe sobre a periodicidade e tipo de contagem a ser feita pela PMSP.

²⁰ A referência a esta estimativa está no livro organizado pela Sebes (Viera et al 1992). É também possível identificar a disputa pelos números em torno da população de rua nos recortes de jornais (Rosa, 1999).

compreender as formas de entendimento da população de rua sobre sua própria situação e de sua relação com alguns temas, que nos permitirão vislumbrar como se vive e se constrói a experiência de igualdade e liberdade na sociedade brasileira, do ponto de vista daqueles que muitas vezes nem sequer foram contados.

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o *estado de exceção* em que vivemos é na verdade a regra geral.”

(Walter Benjamin, *Sobre o conceito da História*)

Na contagem de 1991²¹, as mulheres respondiam por 8% do total de usuários dos abrigos e casas de convivência e 33% da população presente nos albergues. No cômputo geral, os homens respondiam por 88% da população usuária dos serviços pesquisados. A contagem de 2001 identificou 8.706 pessoas na rua, das quais 1.281 são mulheres e 7.278 são homens, outros 147 não foram identificados. No ano de 2003, este percentual manteve-se quase inalterado: são 84% de homens nas ruas, 14% de mulheres e 2% continuam sem identificação. O curioso destes números, entretanto, não é a predominância da população masculina mas a distribuição de homens e mulheres pelos serviços de acolhimento da cidade. Nos albergues foi constatado, nos dois censos e na primeira pesquisa, um número maior de homens e menor de mulheres.

Este dado, quando aproximado da composição etária da população entrevistada, dá idéia do perfil de uso dos equipamentos de atendimento e da multiplicidade de questões envolvidas (Vieira et al, 1992). O fato de existir um número menor de mulheres vivendo nas ruas tem relação com o papel socialmente construído do homem como provedor, e com o fato de que os homens têm menor capacidade de, numa situação de rompimento com a família e/ou perda de emprego, abrigar-se na casa de parentes ou amigos. A pesquisa da Sebes, em 1991, revelou que a maior parte das mulheres que estão nas ruas apresentam problemas mentais e sofrem de dependência do álcool. As mulheres em albergues, por sua vez, estavam normalmente acompanhadas por filhos pequenos, o que indica que não necessariamente viviam na rua e sim que, em situações de dificuldade familiar ou econômica, não tendo onde abrigar-se, procuravam o serviço de albergues.

Entretanto, mesmo sujeitas a maior violência, as mulheres proporcionalmente

²¹ A caracterização da população de rua apresentada na contagem de 1991 abordou a população de rua nos que se abrigavam em albergues e que freqüentavam as casas de convivência. A contagem populacional contabilizou os indivíduos que dormiam nos albergues e também nas ruas.

continuam dormindo mais nas ruas do que os homens: são uma vez e meia mais mulheres nas ruas do que em albergues, enquanto só trinta por cento a mais de homens se abrigam nas ruas para dormir (Fipe, 2003 e 2000). Esta constatação numérica, longe de celebrar a fibra feminina, chama atenção pelo fato de que em todos os estudos sobre população de rua e nos relatos das mulheres que vivem nas ruas proliferam as múltiplas formas de violência vivenciadas. Traço marcante na trajetória das mulheres nas ruas é a procura por alguma proteção, seja através de associação a grupos mistos ou de uma situação de vida marital que lhes protejam de assédio e violência sexual.

São histórias como a de dona Margarida²², pontuada por perdas sucessivas e pela errância no “mundo”, uma vida que em muitos momentos é vida de *trecheiro*²³, quase nômade. Desde pequena sofreu violências em casa; sua condição feminina tirou-lhe a possibilidade de estudar, uma vez que segundo o código moral de sua mãe, a escola não era um lugar para as meninas:

A mamãe não deixava, não, só deixava os meninos homens estudar que ela falava que menina mulher era pra escrever bilhete pra namoradinho. É a ignorância, né, minha filha? O tempo... Eu ia na escola escondida dela. D. Jacira, a professora, me pegava de manhã cedo quando ela ia pro serviço, catar café, e ela me levava. E escola ensinava muito mal mas alguma coisinha eu sei. Ler, eu leio divinamente bem, mas escrever... (...) A caligrafia me falta. Minha mãe não deixava, né? (Margarida)

Esta mesma condição lhe expôs ao assédio de um homem, enfermeiro do hospital da cidade e amigo de sua família, e à experiência de sofrer um estupro e de parir duas filhas gêmeas, escondida pela própria mãe na casa de um parente, para não envergonhar a família. Com suas duas primeiras filhas, nascidas quando tinha doze anos, d. Margarida

²² D. Margarida foi convivente do Recanto do Novo Dia, casa de convivência mantida pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. As histórias dos usuários do Recanto, captadas somente pelos fragmentos, reproduzem habitualmente trajetórias que podemos ver na rua: perda de emprego, alcoolismo, desestruturas na família, passagens pelo crime, enfim, uma sorte de eventos que dão concretude à “desarticulação” que é tantas vezes apontada na literatura sobre a população de rua. Para além dos seus conteúdos, é emblemático que num equipamento que presta este tipo de atendimento pontual somente tenha conseguido flashes, pequenos fragmentos de histórias, que não tenha conseguido fazer as entrevistas marcadas. A única entrevista feita, justamente com dona Margarida, não foi marcada. Durante uma visita, perguntei: “a senhora conversaria comigo sobre sua vida?”, ela respondeu: “sim, agora?”. Subimos e conversamos por quase duas horas. Ela interrompeu gentilmente a entrevista, dizendo: “agora é hora do café, que a gente tem que ir para casa...”

²³ Os *trecheiros* são andarilhos ou migrantes que vivem de cidade em cidade, no rastro de trabalhos sazonais. Muitos destes *trecheiros* acabam tendo uma experiência próxima a da vida das ruas, dormem em albergues ou pensões e utilizam a rede de assistência social nos seus deslocamentos em busca de trabalho. Muitos autores apontam proximidades entre os *trecheiros* e os moradores de rua. Os *trecheiros* fazem uma diferenciação de si em relação aos moradores de rua, chamados pejorativamente por eles de *pardais*. Para os *trecheiros*, a sua diferença em relação aos *pardais* consiste em que eles são trabalhadores, enquanto os *pardais* são mendigos e não trabalham. “O pardal não faz nada, ele é um parasita, negócio dele é me dá, me dá.” (Nelson citado em Maria Antonieta Vieira (1998) *Expedição Trecheiros e Pardais - Relato de Viagem*, São Paulo, mimeo.)

não tem nenhum contato: uma morreu logo após o parto e a outra foi entregue para adoção. A esta primeira dupla perda, juntaram-se mais duas: a morte da filha e a suposta morte do filho. As duas mortes, uma real e outra fictícia, mostram bem como a perda de um vínculo familiar tem um grande impacto sobre os destinos de parte destas pessoas que estão na rua. Durante sua entrevista, dona Margarida conta estes vários momentos de ruptura, estruturando sua narrativa a partir delas. São estes momentos que estabelecem o fluxo narrativo de sua história, mas são eles mesmos que vão cortando, arrancando-lhe a possibilidade de conferir sentido e plausibilidade a sua experiência.

A morte fictícia do filho —cujo corpo não viu e com quem se reencontrou na rua, num dia de eleição, quando ambos trabalhavam como cabos eleitorais pagos, os *boqueiros*, em São Paulo—, é lembrada quase como um lamento: “Quando eu soube que mataram o Emerson, meu filho, aí eu comecei [a beber]. Pôxa, o único filho que eu tinha!”. O que dona Margarida parece contar-nos é sobre a perda de plausibilidade da vida, sua história de perdas sucessivas e saídas pelo mundo após cada perda, impossibilitou-a de conferir sentido para tudo isto. Restou o assombro:

Tem hora que eu perco até o sono pensando nesta confusão na minha vida desde que eu nasci, caramba! Olha que eu tenho uma cabeça muito boa porque era pra...[ter endoidado]. (...) Porque eu vejo menina nova na rua falando sozinha, viu? Vejo. Bonitas! *E a sra acha que resistiu este tempo todo porquê?* Olha, eu vim pra rua e acostumei na rua e na rua eu estou até hoje. Gostei da rua porque eu não mexo com ninguém, em brigas, nada. Graças a Deus nunca aconteceu *nada*. (Margarida)

O *nada* de dona Margarida na entrevista é seguido por uma seqüência de situações de violência sexual, doenças e acidentes na rua e a experiência de trabalho voltado diuturnamente para a sobrevivência estrita. O que parece fazer com que dona Margarida, e também outros muitos moradores de rua, percebam esta seqüência de fatos como algo natural é que este “nada” é suportado graças à constituição de uma rede de sociabilidade e de solidariedade na rua, uma rede de proteção e um modo de vida que tem início com o estranhamento do primeiro contato e que, ao longo do tempo, transforma-se em pertencimento a um grupo. A constituição de grupos na rua está diretamente relacionada à necessidade objetiva de proteção contra as violências sofridas, mas também tem relação com a constituição de laços de pertencimento que, através de “um sistema de trocas de bens materiais e de experiências afetivas” (Vieira et al, 1992: 59) e de um conjunto de regras, regulam as relações na rua ou naquele grupo especificamente. A bebida neste processo de socialização é fator fundamental, atuando como mediadora e também como anestésico. Fio da navalha: se o álcool revela a sucessão de perdas sofridas e funciona

como objeto de troca na rua e como fator de admissão nos grupos, por outro lado, o alcoolismo e a dependência química reafirmam socialmente a imagem estigmatizada dos moradores de rua como *caídos*, *indigentes* e *carentes* ou de *vadios* e *maloqueiros*.

A experiência de ser visto como *maloqueiro* e *vagabundo* Eduardo conhece bem. Como a sua são muitas as histórias de migração para São Paulo; vindos do interior ou de outros estados do Brasil, os homens de rua dão continuidade e concretude à *vida no trecho*, o *correr o mundo*. Alguns continuarão suas andanças. Outros ficarão em São Paulo, já se tornaram um pouco paulistas, ainda que nem todos os *verdadeiros* paulistanos os considerem assim. Dos entrevistados em 1991, 48% da população de rua era oriunda do sudeste do país, e quase 41% eram migrantes nordestinos.

Eduardo veio de Recife com 20 anos, sozinho, levou 23 dias na estrada até chegar em São Paulo e deixar para trás, em segurança, sua família. História de rompimento, vida acalentada pela esperança de uma volta que nunca chega. Deixou para trás anos de uma vida sem muita escola e muitos dias passados fora de casa, nos canais da “Veneza brasileira”, com mergulhos por debaixo dos submarinos atracados no cais do porto, de pequenos furtos e muitas corridas da polícia que perseguia os “moleques” pela ponte de ferro.

Sua vida foi contada na entrevista concedida²⁴ a partir da violência vivida na rua. Às histórias de crimes, envolvimento com drogas, maus-tratos da polícia, misturam-se a sua trajetória de deslocamento na cidade e às formas de sobrevivência por ele encontradas. Em São Paulo desde 1990, Eduardo morou na rua durante treze anos. Seu primeiro emprego foi no Brás, o velho ponto de chegada de migrantes na cidade, como descarregador. De lá para cá, viveu na rua, morou numa escola ocupada em Aricanduva, em São Mateus construiu uma casa mas a abandonou por causa de uma desilusão amorosa, morou numa ocupação no centro da cidade coordenado por um braço do movimento de moradia, de onde foi despejado e hoje mora numa quitinete comprada numa outra ocupação na Mooca.

Importante salientar que esta aproximação dos moradores de rua e ex-moradores de rua com movimentos sociais organizados, notadamente o de moradia, é um traço bem mais comum do que à primeira vista aparece. Em outros momentos desta pesquisa foi possível

²⁴ Eduardo foi um dos primeiros entrevistados no meu “campo”, falou abertamente sobre sua vida na rua, aparentemente sem encobrir ou desviar-se de alguma questão e sem meias palavras sobre sua experiência factual. No dia da entrevista, chegara de Recife, onde sua mãe estava hospitalizada vítima de um derrame. Eduardo é membro da Coorpel e foi lá que nos encontramos muitas outras vezes quando foi possível conversar sobre outros aspectos de sua vida na rua, o trabalho na cooperativa e outros assuntos. Uma pergunta sua —muitas vezes reiterada— sempre me vem à cabeça pelo estranhamento que contém e que me causa: *Você não tem medo de se envolver com maloqueiro, não?*

constatar que alguns dos moradores de rua ou albergados participaram de ocupações e organizações de movimentos reivindicatórios. É curioso também que parte dos movimentos aludidos nas conversas e entrevistas não sejam o “núcleo duro” da UMM (União de Movimentos de Moradia), maior entidade de representação do movimento de moradia na cidade de São Paulo. São grupamentos que fazem parte da UMM de forma lateral e que organizam um estrato da população pauperizada, moradores de cortiços, despejados de ocupações em periferias e loteamentos clandestinos, e que começaram a aparecer como força política no início nos anos 1990. Uma aproximação entre este movimento e os moradores de rua, que até pouco tempo atrás eram considerados lúmpem pelas direções destas organizações sociais e/ou políticas, aponta para uma mudança substantiva do perfil dos movimentos sociais urbanos na década de 90.

A trajetória urbana de Eduardo mistura os “dois lados da vida”, como ele mesmo diz, e aponta para uma situação de liminaridade. Experiência de fronteira entre uma vida na ordem e na desordem, marcada pelo arbítrio nas relações de trabalho e na relação com a sociedade e sua censura, da polícia e sua violência, e pela impossibilidade de previsão do futuro. As figurações da pobreza como desordem são experimentadas cotidianamente pelos moradores de rua, seja através da violência policial seja através das formas internalizadas de percepção de si:

Porque eu apanhava sempre mas da polícia. Quer dizer, por motivo justificado, eu aceitava. Agora quando não era, eu queria me vingar. *Você achava que a polícia tinha razão quando batia em você?* Não, se caso, eu dava motivo, eu até aceitava. Quer dizer, hoje em dia, eu até aceito. *Mas o que você chama de motivo pra polícia te bater?* Tipo, se acaso, for catado com droga em cima ou furto, se tiver testemunha e eu estiver errado, apanhar é normal. *Você acha normal a polícia bater nas pessoas?* Não, se caso você erra. Por exemplo, eu chego aqui, te levo este objeto. Porque não apanhar para ver se não aprende? Mas uma coisa que eu sempre falei para pessoas, pau não conserta ninguém. (...) Roubar, arriscar a pele não é tanto risco de morte, porque vagabundo não tem medo de morrer. (...) *E você achava que na época você era vagabundo? Se pra sociedade é, e porque não a gente não aceita? Mas você trabalhava na época.* Não, mas é que eu já vinha um pouquinho torto de lá, sabe. (...) Queira ou não, a sociedade não aceita [que seja um pouquinho torto]. Ou você vê constantemente aquela pessoa ali, vivendo honestamente, pra demonstrar talvez o que ele nunca foi ou nunca será amanhã ou depois. Não adianta. (Eduardo)

É esta situação de ambigüidade que podemos notar na percepção que Eduardo tem da rua e do seu trabalho de catador:

Eu não acredito muito nisto [contribuir pro INSS], não; que minha mãe está lá com derrame e tá lá num hospital no meio de uma tuia de gente tudo arrancado os pedaços, furado de bala. O quê é que eu vou... é melhor você não ter nada. (...) É que no seu nível, vocês acreditam muito no futuro. (...) Às vezes, olha... Eu brinco tanto no meio da rua que eu, sei lá, pra eu

morrer é um, dois. *Mas o trabalho não te dá uma garantia de que...* Não, se fosse só pelo trabalho eu acredito que eu até confiaria mais um pouco. Mas, em compensação, pelo que eu faço, não. (...) Não sei, eu carrego muito peso, eu corro demais, eu faço as coisas, mesmo no trabalho, coisas que não deve se fazer. Você faz hoje e depois quebra a cara. E talvez eu não tenha sorte nem de ficar aleijado.(...) Se uma cara me disser que vai me dar um tapa, enquanto ele não tocar está bom, mas se ele ao menos empurrar... então. Eu acho que é uma mágoa, um rancor que eu venho trazendo, que tá guardado. Acaso tiver que morrer, morre; senão, não. *Mas você não disse que a cooperativa aqui te salvou, te deu uma nova vida?* É uma nova vida. Mas, como se diz, é no lado profissional. Agora, tipo...sei lá... é muito triste... inclusive com esta vida que a gente leva [de carrinheiro] (...) Às vezes por causa de um saco deste aí, o outro mete a faca, qualquer um mete a faca no outro. *Continua sendo a selva.* A lei do mais forte. Pergunte pra qualquer carroceiro, que ele vai te falar isto. As ruas é a lei do mais forte. Quer dizer, isto aqui [a cooperativa] é o último recurso que eu encontrei. (...) Tem muitos que por causa de uma folha de papelão puxa uma faca. E tem outros que não aceita., que se ele puxar e não furar... (Eduardo)

O trabalho de catador —mas que poderia ser um outro nesta mesma situação de liminaridade— está (ou é?) neste caminho truncado (ou seria um labirinto sem o fio de Ariadne?), esta *coisa dentro da coisa* da qual fala Walnice Galvão, em *As formas do falso*²⁵, trabalho sobre o romance de Guimarães Rosa, *Grande Sertão : Veredas*. Eduardo conta sua vida e sua experiência de imprevisibilidade do trabalho na rua e também das suas vantagens, usando a imagem da rua como selva mas também referindo-se àquele trabalho como algo que lhe proporciona estar “do lado de cá”.

Eu adoro muito por estar aqui [trabalhando na cooperativa]. Também no dia que tiver que sair, de fome eu não vou morrer. E eu parto por outro lado, se caso me tomarem a carroça. Se me tomarem, pode uma vítima pra mim pode ser qualquer um lá fora. (...) A carroça é minha vida. (...) Falta de disposição eu não tenho, tanto pra trabalhar quanto pra aprontar, eu não tenho. A disposição é a mesma. Já tenho uma boa experiência dos dois lados. Esse que eu tô agora, está bom, né, está me servindo muito bem. Que antes quando eu vivia, eu não tinha nada, né. Tudo que eu pegava, eu... virava fumaça. Esse agora não, esse... O que eu quero construir eu consigo, tanto das amizades quanto das coisas materiais. Se você me tirar a carroça... (Eduardo)

²⁵ Walnice Galvão (1986) defende que o “princípio organizador” do célebre romance de Guimarães Rosa é a ambigüidade. “A coisa dentro da coisa, como batizei, é um padrão que comporta dois elementos de natureza diversa, sendo um o continente e outro o conteúdo” (p. 13), mostrando em histórias dispersas ao longo da narrativa de Riobaldo “como o contrário surge sempre de seu contrário” (p.118). A autora identifica a passagem do romance rosiano em que Riobaldo narra a história de Maria Mutema como sua “matriz estrutural”. Vale a pena o registro da passagem: “Temos, portanto, o mesmo crime e a mesma imagem, diversos apenas quanto ao nível de concreção ou de abstração. Chumbo ou palavra, entrando pelo ouvido e se aninhando no mais íntimo de um homem, seu cérebro ou sua mente, matam. É o pacto como garantia de certeza, o certo dentro do incerto, a certeza que mata e dana: morte real e morte abstrata. O pacto, como crime, é algo que atenta contra a natureza do existir, na sua fluidez, na sua permanente transformação. É a tentativa de ter certeza dentro da incerteza do viver.” (p. 129) A caveira do marido assassinado por Maria Mutema com chumbo pela orelha é a “imagem da *coisa dentro da coisa*”.

Trabalho que se constitui na selva como *possibilidade* (talvez como a esperança de Benjamin?), está na selva, é a própria selva, mas que pode *humanizar*, trazendo-lhe a possibilidade de viver fora das ruas. “O sertão está em toda parte...” Trabalho e rua: a humanidade e a desumanidade, uma gestando a outra, uma coisa dentro da outra.

Esta experiência de trabalho liminar poderia ser apontada como o alvo da disputa sobre a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo. Juntando-se a esta discussão, poderíamos abrir caminho para uma outra expectativa: o debate sobre a opressão do trabalho e da condição operária. Mas algo neste debate parece fora do lugar. Seguindo uma vereda aberta pela literatura recente²⁶ sobre população de rua, urge perguntar se é possível ler a reivindicação do trabalho “autônomo” dos catadores como recusa da condição operária. Ou seria recusa do arbítrio e de uma situação francamente identificada com a miséria? Como diz João, convivente do Recanto do Novo Dia, justificando sua recusa em trabalhar como gari de uma empresa de lixo: “O que dá pra fazer com 268 reais? Dá pra pagar aluguel?” De alguma forma, esta percepção ratifica o que Walter Varanda²⁷ e também parte da literatura identificam como resistência ao capitalismo e suas formas de exploração, uma recusa das normas de opressão da sociedade, sobretudo no que diz respeito ao trabalho como obrigação.

De alguma maneira, estas formulações abrem uma discussão sobre o caráter opressor do trabalho sob o modo de produção capitalista mas partem, no meu entender, de um equívoco. As pessoas que vivem na rua, que foram para a rua por falta de trabalho ou por um rompimento familiar qualquer, não estão nesta situação de miséria para contestar a opressão vivida na vida em geral e tampouco vivem na rua por uma opção de contestação e de subversão do capitalismo e suas formas heterônomas de trabalho. Na maior parte das vezes, os moradores de rua tornam-se moradores de rua por falta de opção. E desta maneira me parece um contra-senso esta afirmação, ainda que seja possível (e necessário) pensar o *viver na rua* também como uma opção imbuída de alguma positividade. A constituição de uma *vida na rua e da rua* pode sim ter uma dimensão positiva, afirmativa, como o estabelecimento de um modo de vida, ou seja, que traga, de alguma maneira, um sentido de

²⁶ Para acompanhar este debate na produção sobre população de rua ver Varanda (2003), Rosa (org) (1995), Nova Pesquisa (1998), Nicolau (2003), Vany de Oliveira (2001), Bursztyn (org) (2000).

²⁷ Walter Varanda é membro da OAF e coordenador da Associação Minha Rua, Minha Casa, um projeto de parceira com o PNBE, e também de iniciativas de moradia provisória para moradores de rua. A sede da Associação Minha Rua, Minha Casa localiza-se sob os viadutos do Glicério, com um ruído intenso e ininterrupto de trânsito pesado. Conversei com Walter Varanda, em 15/01/2003, no pátio da Associação o que, infelizmente, impediu a gravação. As citações e comentários são oriundas das anotações de campo da pesquisadora.

construção de uma cultura, mas é preciso assinalar que esta construção parte de uma falta, de um vazio, de uma destituição. E, portanto, precisa ser analisada nesta perspectiva para que possa abrir espaço para o questionamento da própria origem desta situação de iniquidade.

“A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero.”

(Riobaldo em *Grande Sertão : Veredas*)

É esta vivência do trabalho como perspectiva de humanização e como total opressão e desumanização, experiência de ambigüidade, apropriando-me da expressão de Walnice Galvão, que permite entender a fala de Avelino e de Alemão sobre seu trabalho e a construção que fazem do trabalho de carrinheiro na rua. Este trabalho abre uma possibilidade para Avelino (e outros catadores) integrar-se ao “mundo dos homens” (Arendt), através de sua participação em uma atividade que diz respeito a toda a sociedade —ainda que não haja o reconhecimento social e público disto. Avelino organiza seu discurso pelo trabalho e pelo significado do trabalho no exercício de sua fé. Do trabalho propriamente ele não gosta: trabalho duro, pesado, perpassado por estigmas; mas o que confere dignidade a este trabalho, o “não descer muito lá em baixo”, é o fato de estar inserido num fluxo social, é ser parte de um todo, de poder partilhar uma atividade que o religa a uma comunidade, a um mundo coletivo e comum. Seu trabalho faz parte de um fluxo de trabalhos e temporalidades e se insere na vida de muitas outras pessoas:

Fazia [o trabalho de coleta] mais como um trabalho que eu precisava ganhar dinheiro. Mas hoje vejo claro. Percebo tudo que é não só pra gente. Quanta gente do meu carrinho vive? Do papelão vai pra fábrica, vai pra indústria de montar caixa... Quanta gente não está trabalhando neste trabalho? Então, a gente vê tudo isto. E o significado da coleta, da reciclagem no meio ambiente, tudo isto a gente vê a importância que tem. (Avelino)

Sua luta pela sobrevivência ganhou um contorno, um novo sentido. Deixou de ser somente a presença imperiosa da necessidade e assumiu um papel estruturador da vida, afastado momentaneamente da sobrevivência.

Mas a dimensão da sobrevivência não se apaga e está sempre em luta com esta possível dimensão humanizadora. Por um lado, o trabalho vai ganhando ao longo do tempo um novo lugar na sua vida. Um lugar que pode ter sido cavado pela religião, mas que transforma aquele trabalho que “dava pra fazer uns troquinhos, que aquele troquinho dava pra comer, dava pra beber um café” (Avelino), começado porque “não tinha nada pra fazer, nós começamos a fazer isto”, transforma-se naquilo que reorganiza sua vida, no momento

que abre a possibilidade de relação de Avelino com os outros.

Este mesmo trabalho não consegue, entretanto, livrar-se dos estigmas e das marcas de exploração nele contidas. Um equilíbrio tenso: ao mesmo tempo alienação e exploração máxima e realização de uma possibilidade de encontro com o mundo de fora. Avelino fala sobre o trabalho de sacaria e de separação na Coorpel²⁸, e nos dá a dimensão do aviltamento nele contido —ao mesmo tempo, como *a coisa dentro da coisa*— e o que significa este trabalho:

Eu não sei trabalhar desta forma que eles fazem [com sacaria]. Eu acho, eu vejo assim: não é - como é que fala?- não é falando mal dos colegas nem nada, nem discriminando os colegas: pra mim é o fundo do ser humano pegar e ficar ali... fuçando o lixo. Porque é lixo muito ruim, vem com tanta mistura de coisa. Não sei, posso estar errado... é descer muito lá embaixo... (Avelino)

Contudo, Avelino também entende que este aviltamento não é somente uma característica ou responsabilidade daqueles que fazem aquele trabalho, mas sim de toda a sociedade e, desta forma, reinsere a vida dos catadores numa relação com o mundo:

Não mexo porque acho que é muito... entendeu? É descer muito... Eu acho que tem forma de você melhorar isto. A sociedade tem forma, é começar a conscientizar a sociedade de colocar o que é reciclável com o que é reciclável, papel que é de uso de banheiro com [banheiro], né, papel que é de higiene botar num canto separado. Eu vejo [que se] começar a conscientizar o pessoal., desta forma, pode ser que mude o trabalho da gente. Eu não consigo fazer este trabalho aí. (Avelino)

A fala de Avelino, contraposta à constatação de que muitas pessoas vivem deste trabalho de separação de sacaria e que isto tem significado a única possibilidade de sobrevivência de algumas delas, agudiza mais ainda a percepção de que este é um mundo inumano ou inumanizado, que aí o trabalho perdeu toda e qualquer dimensão de constituição dos homens, é pura alienação, é pura falta de alternativa, é a forma descarnada da barbarização da humanidade. Viver dos restos e, ainda assim, viver e escolher viver — qual o sentido disto?

Viver de restos e ainda assim viver nos coloca o problema da realidade do mundo e de sua plausibilidade para aqueles que vivem no limite da vida. Aqui podemos ver de

²⁸ O trabalho de sacaria consiste em catar sacos de lixo pela rua para procurar dentro deles material reciclável. Normalmente o resultado da sacaria é manipulado na sede na cooperativa pelos *separadores* que na maioria das vezes são mulheres. O trabalho de separação é feito sem proteção de luvas, máscaras ou avental. Muitos dos que trabalham na separação do lixo são moradores de rua que os catadores conhecem, que, precisando de trabalho “pra ganhar uns trocos”, começam a trabalhar ali. Encontrei pessoas que trabalhavam na sacaria da Coorpel em outros serviços de atendimento à população de rua, o que confirma a impressão inicial de constituição de uma rede de atendimento, solidariedade e sobrevivência na rua que parece passar também pelas cooperativas ou projetos de geração de renda.

maneira transparente e candente a face implausível que o mundo parece assumir para estes homens e mulheres. A defesa da vida, a pura sobrevivência, cumpre aqui o papel da religião, tal como nos expõe Peter Berger em *O Dossel Sagrado*. A religião mantém, por um lado, a realidade de um mundo socialmente construído, mas também “íntegra na ordem ampla (nómos) precisamente as situações marginais nas quais se julga a realidade da vida cotidiana” (Berger, 1971: 59 e seq)²⁹, legitimando assim estas situações marginais através de sua integração a uma ordem sagrada total, “estabelecendo sentido e integração para a desordem na ordem social”.

Esta ordem estabelecida pela religião ou pelo sagrado contrapõe-se não ao mundo profano mas sim ao caos. A morte, situação paradigmática de uma experiência marginal para Berger, e eu diria, o limite da vida que podemos reconhecer neste revirar o lixo, “revelam a precariedade inata de todos os mundos sociais”, no sentido de explicitar sua fragilidade e seu conteúdo propriamente inacabado, em construção. Podemos entender esta defesa encarniçada da vida pelos homens de rua como aquilo que dá alguma garantia de sua existência real, na falta ou no desaparecimento de construções sociais que estabeleçam outros vínculos entre eles e o mundo e, portanto, afirmem uma dimensão de realidade compartilhada da existência³⁰. A defesa da vida, *vida nua*³¹ como diria Agamben, configura-se como único horizonte que confere plausibilidade a suas trajetórias marginais. A defesa da vida integra estes homens que reviram o lixo em busca de sobrevivência numa ordem social qualquer, mas nega-lhes ao mesmo tempo a possibilidade de se tornarem mais do que homens no limite da vida.

Os dados das pesquisas sobre população de rua mostram que parte considerável desta tem trajetória de trabalho anterior a sua ida para a rua. Dos entrevistados nas pesquisas, 86% responderam que tinha trabalhado com carteira assinada alguma vez anteriormente, sendo 22,3% há menos de seis meses; 12,2% entre seis meses e um ano; 9% entre um e dois anos; 13,7 nos últimos dois a cinco anos; e 28,7 % dos entrevistados que viviam nas ruas tinham trabalhado há mais de cinco anos com carteira assinada. A pesquisa da Sebes

²⁹ Texto original em espanhol, os trechos utilizados foram traduzidos livremente por mim para o português.

³⁰ O trabalho do MST junto aos moradores de rua, albergados, faveiados e encortiçados na Grande São Paulo parece igualmente conferir plausibilidade à história de vida destes *inúteis do mundo*. Abordaremos a questão detalhadamente mais à frente, no capítulo 4.

³¹ Agamben, em *Homo Sacer*, parte da distinção entre *bios* e *zoé* na acepção grega de política e vida humana: a “vida nua” ou a “simples vida natural”, excluída no mundo clássico da *pólis*, não é o atributo por excelência da política. Passando por Foucault e sua teorização sobre *biopolítica* e por Arendt e sua discussão sobre o *homo laborans* e a política, Agamben acolhe a tese de reintrodução da *zoé* (ou vida nua) na *pólis* e interroga a modernidade a partir deste “evento decisivo”. Tomando a noção de exceção e de soberania em Schmitt, interroga o totalitarismo e a democracia e ilumina o “vínculo secreto” entre poder e

(Vieira et al, 1992) indicou que quase 80% dos moradores de rua entrevistados realizam alguma atividade remunerada, sendo que 54% desenvolvem estas atividades de maneira constante, 20,6% de forma ocasional e quase 5% o fazem raramente.

Estes dados ratificam a defesa de parte das entidades de atendimento à população de rua no sentido de considerar os moradores de rua como trabalhadores, ainda que presos dentro de uma ciranda de trabalhos não regulares, desqualificados e desregulamentados. As atividades de trabalho desenvolvidas são basicamente no setor de serviços, notadamente aquelas que requerem baixa qualificação: serviços domésticos e de ambulantes, para as mulheres, e serviços de limpeza, construção civil, catação de papel, carregadores, encartadores de jornal e guarda de carros, para os homens (Vieira et al, 1992: 82). Além de auferirem alguma renda pelo seu trabalho, apenas 5,7% dos entrevistados, em 1991, recebiam dinheiro de aposentadorias, pensão ou outros auxílios estatais. Nos atuais programas municipais ditos redistributivos, apenas um pequeno percentual da população de rua foi contemplada; parte da dificuldade em atingir esta população está em que estes programas normalmente são voltados para famílias e requerem algum compromisso que na maior parte das vezes não tem como ser contratado quando se vive na rua e sozinho.

O perfil da população de rua apresenta um predomínio de pessoas entre 25 e 55 anos, com pequena variação entre as contagens. Em 1991, moradores de rua usuários de albergues, casas de convivência e abrigos com idade entre 25 e 50 anos eram 71%; em 2000, foram contados quase 70% de pessoas entre 25 e 55 anos nos albergues, 55% nas ruas; em 2003, o censo apontou 73% dos albergados com idade entre 26 e 55 anos, contra 56% dormindo nas ruas; destaque-se que na rua foi contabilizado um grande percentual (20%) de pessoas sem idade identificada, nos dois censos.

Se ainda estivesse na rua, Alemão poderia ser um destes homens em idade produtiva que, não conseguindo um trabalho ou temporariamente desempregado, cata papel pelas ruas de São Paulo com seu carrinho. Ele começou nesta lida com vinte anos, quando vivia na rua: “Eu preferi entrar também [na catação de papel] quando ele [um amigo] falou pra mim que era normal; eu falei pra ele que ganhava pouquinho”. Foi para a rua depois de um desentendimento com seu irmão, que lhe acusava de não ajudar nas despesas de casa e de se ter demitido do trabalho de faxineiro em um prédio residencial, onde ganhava muito pouco. A passagem pela rua é apenas apontada na sua narrativa, quase silenciada, misto de vergonha e estigma:

A vida na rua era muito... é... cara querendo que você bebe cachaça, cara que quer que você roube, sabe. E você, se a pessoa tiver pensamento ela não vai por umas pessoas como essas. Ela tem de ir pela pessoa: 'não, eu não vou, eu não quero'. Nunca fumei droga. Meu vício é mais cigarro. E cachaça eu também não bebo, entendeu. Nem cerveja, de vez em quando eu tomo uma, mas nem é... Só que a vida é difícil na rua. Muitos companheiros sabem que a vida é muito difícil no meio da rua. (...) Muitas coisas que a gente sabe a gente se esquece das coisas... muitas coisas. Sabe que é muitas... A gente esquece...Quê mais que você quer saber? (Alemão)

A reconstrução da sua história pelo trabalho na cooperativa agrega uma nova dimensão à discussão: a reivindicação do status de trabalhador a partir de uma organização coletiva e do reconhecimento de pertencimento a um determinado grupo, os "companheiros de depósitos". A vida na rua, como consequência da perda do emprego e de uma desavença familiar, é aquilo que rompe uma determinada lógica e o trabalho de catador restabelece este vínculo com o mundo social, os companheiros, em alguma medida, são este vínculo.

Aqui não é só para você pegar 25 pessoas. Aqui tem que ser mais, 200, 300 pessoas. Nós queremos isso aqui dentro. E não ficar só a Coorpel. A gente quer abrir mais cooperativas em São Paulo para tirar nossos companheiros que estão nos depósitos espalhados, trazer para a cooperativa. (...) Porque se você é um catador de papelão, um catador, você é profissional, catador é uma profissão. Porque eu acho: não dizer assim, você está trabalhando numa cooperativa, então, você quer arrumar um serviço fora, então você tem que fazer o quê? Sair fora e arrumar seu serviço. Porque se você está aqui dentro tem que lutar por outros companheiros, e não, arrumara seu serviço fora e ficar aqui. Eu acho isso aí, que o grupo tem que decidir porque não tem condição. (Alemão)

O trabalho para Alemão tem um sentido que ultrapassa a sobrevivência e, portanto, o silenciamento sobre a passagem da rua deve ser entendido para além do estigma e da vergonha, ainda que possam ser claramente identificados não só na fala de Alemão. "O primeiro fundador da Coorpel", como ele mesmo diz, esforça-se para conferir dignidade às pessoas da rua expostas a maus-tratos e assim, revela sua percepção de uma impossibilidade de traçar claramente a linha de corte entre aqueles que estão nas ruas daqueles que poderão ir para as ruas:

Em São Paulo, você sabe que muitas pessoas maltratam os catadores. Catador é como o pessoal de rua. (...) Eu estava subindo o Viaduto do Chá e eu vi uma mulherzinha de idade, uma senhora que morava na rua e pediu um real pra mim pra comer. Ela tinha o quê, uns oitenta anos e pediu um real pra mim pra comer. Eu disse 'senhora, é pra comer ou pra tomar cachaça?'. Ela disse 'não meu filho, eu estou morrendo de fome, dava pra você me dar um real?'. Eu disse 'não, então a gente...'. Ali perto do Viaduto do Chá tem um barzinho, perto do Deic. Eu disse 'a senhora quer almoçar, então, vamos lá comigo, eu vou pagar um marmitex pra senhora' – eu tava com cinco reais – 'eu digo não posso dar um real pra senhora que a senhora vai tomar cachaça. Então vamos lá comigo que eu dou pra senhora o

almoço, o marmiteix'. Só que quando nós chegamos no bar, então o cara disse - ele não viu minha carroça, viu ela comigo - disse: 'tira esta maloqueira daqui'. O cara do bar falou. Eu disse 'não, chefe, eu acho que não é assim. Eu sou um carroceiro, entendeu, eu acho que o senhor também pode cair nesta situação de rua. O senhor também pode cair. O senhor é dono de bar, eu sei, mas o você também pode cair, que nem as pessoas estão caindo.' As pessoas estão caindo é por causa de desemprego, é porque não tem moradia, é porque tem problema na saúde dele. Eu disse 'está comigo'. Quando eu cheguei e falei 'chefe, eu estou pagando a comida, eu não tô pedindo, eu estou pagando a comida'. Ele disse 'não, meu filho, não precisa você pagar'. 'Não, é 3 reais a comida? Então, está aqui.' Você nunca pode desfazer de pessoa que mora na rua. Se você puder ajudar, você ajuda: dá uma pouquinho de comida, alguma coisa pras pessoas. Não pode maltratar as pessoas de rua, você pode cair nesta situação, porque Deus está vendo. Eles estão na rua não é porque eles querem não, entendeu? É por causa de desemprego que está demais e moradia que não tem. (Alemão)

Com esta passagem Alemão dá ares de presságio a uma situação de instabilidade vivida cotidianamente pelas classes oprimidas no Brasil e nos chama a atenção para o fato de que as trajetórias profissionais e pessoais talvez não sirvam mais como garantia de não ir para rua. Como as trajetórias não explicam mais o processo de *sair para rua*, é imperioso pensar e interrogar se algo não se rompeu, se não vislumbramos hoje um cenário de intensa imprevisibilidade, produto da maneira específica como se desenvolveu o modo de produção capitalista na periferia do mundo.

Assim, é preciso interrogar a montagem dos programas de atendimento à população de rua, seu papel e seus conteúdos para além da defesa da vida, como produto de reivindicação ancorada no direito natural e na comunidade, como antídoto para a exceção capitalista que, não só não conseguiu ser absorvida, mas que foi produzida por este mesmo modo de produção. Quem sabe assim possamos recompor os fios deste labirinto sem os fios de Ariadne, que ainda nos parece a rua e o *sertão* brasileiro.

Capítulo 3 - Os programas de atendimento à população de rua

Gestão municipal 1989-1992: a experiência das casas de convivência

O atendimento aos moradores de rua não é novidade na cidade de São Paulo. Entretanto podemos dizer que este atendimento sofre uma mudança de orientação substantiva a partir da gestão municipal de Luiza Erundina (PT, 1989-1992).

O quadro que se tinha anterior a essa época dava em certa medida continuidade à forma de atendimento das desigualdades sociais que remonta ao final do século XIX: uma rede de ações e entidades privadas com forte acento em práticas assistenciais e de caridade, articuladas pela ação estatal nos instrumentos de controle social. Na raiz desta maneira de atuar nas questões sociais está a filantropia, articulada à intimidação policial e às sanções judiciárias, já utilizadas desde o começo do século XX na construção de um projeto de modernidade que tinha como questão central o enfrentamento de uma sociedade que vivenciava “a desordem”. Desordem esta percebida através da “invasão” do espaço urbano pelos pobres egressos do campo com o fim da escravidão, provocando o rompimento de códigos de sociabilidade até então vigentes, explicitamente hierarquizados. Podemos desta forma ler as inúmeras reformas urbanas, campanhas sanitárias e de higienização não mais pelo seu corte supostamente isento e técnico, mas como ações estatais que, articuladamente, montavam um novo cenário de modernização no Brasil e, especificamente, em São Paulo¹.

Para além da tentativa de construção da modernidade regulada pelo contrato, impunha-se a construção da figura do trabalhador, o outro nesta nascente sociedade cujo imaginário pretendia-se que se consolidasse como uma dicotomia entre proprietários e trabalhadores. A construção desta modernidade abarcava não só os espaços públicos da cidade, mas foi implementada também no espaço privado, nos espaços de moradia e de convivência dos trabalhadores². Das campanhas de “higienização e moralização”, que tinham como alvo a prostituição, infere-se a família como *locus* privilegiado para a emergência deste *novo mundo civilizado*.

¹ Os estudos que têm por objeto as reformas urbanas implantadas no Rio de Janeiro demonstram que o processo de modernização em curso não se restringia a uma cidade e revelam o caráter sistêmico destas intervenções. Ver N. Sevcenko e S. Chaloub.

Para aqueles pobres que não se encaixavam ou não eram arrebanhados pelas reformas ou campanhas, e continuavam “atrapalhando” a formação deste novo corpo social e do trabalhador dócil e devoto à indústria, voltou-se a filantropia caritativa (S.Adorno, 1990). Durante o período que se estende desde o começo da República até os anos 1930, vê-se articular uma rede variada de atendimento aos *pobres*, que passa pela assistência privada interna às fábricas e de responsabilidade dos industriais; pela filantropia privada, pela permanência de instituições assistenciais do nosso passado colonial —famílias ricas cuidando dos indefesos; chegando até à filantropia sanitária (S.Adorno, 1990), que articulavam a filantropia com campanhas de saúde. Enfim, é uma rede de assistencialismo que está quase totalmente fora do Estado neste momento, mas que tem pontos de tangência com este, como por exemplo, através da troca entre isenção fiscal das indústrias por atendimento médico fabril ou através da isenção de taxas do trânsito urbano para carroças de entidades assistências e caritativas (Sposati,1998). A atuação municipal até 1989 era feita através de atividades tradicionais como “plantões de atendimento, concessão de auxílio material, encaminhamento aos recursos sociais, atendimento aos pedidos de remoção, convênios com entidades para manutenção de albergues” (Vieira et al, 1992: 139).

Este padrão estatal, vigente até a década de 1980, com forte acento caritativo e assistencialista, foi tomado como antimodelo pela nova administração do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. A equipe da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social³ reivindicava “uma leitura da assistência social pela ótica do direito” (Vieira et al, 1992: 116), contestando o campo da subordinação e do favor como *locus* de sua atuação. A reivindicação de uma atuação da assistência social “na perspectiva de realização dos direitos sociais e como estratégia para enfrentar o processo de espoliação a que estão submetidos os usuários de programas assistenciais” (Vieira et al, 1992: 116), recoloca a questão da pobreza no cenário paulistano (e quiçá brasileiro), entendendo-a não como resquício de uma natureza mas como resultado histórico de constituição de classes no país.

Desta maneira, a primeira administração de esquerda da cidade abriu espaço para, entre outras formas de participação popular na gestão pública, discutir e implementar um novo patamar de atendimento à população de rua de São Paulo, indo ao encontro das

² Ver estudo de Maria Célia Paoli, “São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)” in *Espaço & Debate*. São Paulo, n° 33, 1991.

³ O nome da Secretaria já indica que o objeto de sua ação é o *mal-estar social* —ou seja a pobreza e a desigualdade social. Sua ação, à semelhança dos antiácidos efervescentes, talvez só ataque o sintoma de empanturramento causado pela gula.

reivindicações das entidades que trabalhavam com população de rua, numa perspectiva progressista. Este modelo de atendimento a ser implantado passava também por uma nova maneira de figurar e compreender a questão da pobreza que envolvia e estabelecia o campo no qual a população de rua se situa⁴.

As discussões internas entre os técnicos da então Secretaria Municipal de Bem-Estar Social (Sebes) quanto ao tipo de intervenção e à relação institucional do órgão com as instâncias federal e estadual, no atendimento a este segmento da população, levaram a uma reorientação da assistência municipal até então prestada. As entidades que já desenvolviam trabalhos nesta área foram alçadas à posição de parceiras da administração municipal e junto com elas o programa de atendimento foi estruturado na perspectiva “da construção conjunta de um projeto político que [desse] visibilidade à condição de marginalização e exclusão em que é posta a população de rua e [acenasse] para ações de cunho participativo e organizativo, contrapondo-se a projetos discriminatórios e confinantes” (Condeixa in Rosa, 1995: 113).

Composto por representantes do poder público, educadores das entidades conveniadas com a Sebes e entidades com atuação na área, estabeleceu-se um Fórum Coordenador que se tornou o espaço de discussão e decisão das novas diretrizes municipais de atendimento. A política de atendimento se pautou, desde seu início, pelo trabalho conjunto com as entidades que estavam “na ponta” do processo, atuando diretamente junto à população de rua, mas procurando estabelecer outro caráter a este atendimento, diferente dos modelos de instituições fechadas e de confinamento nos moldes das instituições totais das quais nos conta Goffman e do atendimento até então prestado.

As propostas que se configuraram como a política social de atendimento resultaram em três serviços com orientações distintas: casas de convivências, albergues e construção de moradias, além do trabalho na área de saúde pública, das ações de publicização e organização de atividade públicas, e de incentivo às atividades produtivas. As ações municipais de apoio às cooperativas de catadores de papel, o apoio à realização do Dia de Luta do Povo de Rua, o convênio com o Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados⁵, a realização do seminário nacional sobre população de rua e a instauração do Fórum Coordenador são resultados deste redirecionamento do atendimento municipal.

A marca desta administração, no que diz respeito à ação para a população de rua, foi

⁴ Importante lembrar que é desta gestão a iniciativa de realizar a pesquisa sobre população de rua e que ali se encontra, como comentado no capítulo anterior, uma nova maneira de figurar os moradores de rua, os antigos mendigos, em relação ao trabalho.

a implantação das casas de convivência que objetivavam, principalmente, a criação de espaços de convivência onde fosse possível acolher os moradores de rua e, a partir disto, organizá-los, “na busca de soluções para seus problemas básicos pessoais e grupais, visando à recuperação do direito, do respeito e da dignidade” (C. Pedro in Rosa, 1995: 117). Nestas casas desenvolviam-se atividades ocupacionais e de socialização, serviços de guarda de pertences e documentos para os freqüentadores assíduos, atendimento de higiene e saúde e atividades profissionais. A referência para este trabalho foi a Comunidade Sofredores de Rua, ligada à OAF que, desde o começo dos anos 1980, desenvolvia um trabalho de vivência comunitária com o povo de rua nos baixos do Glicério.

A implantação destas casas fez-se através de convênios firmados entre a Sebes e sete entidades: na região Sé, Comunidade Sofredores de Rua, Casa de Convivência Porto Seguro, Casa de Convivência do Brás, Casa Metodista Povo de Rua, Casa de Convivência Nioac (Recanto do Novo Dia); na Moóca, Casa de Convivência São Martino de Lima⁶ e na Penha, a Casa de Convivência Homens de Rua, que atendiam por volta de mil pessoas diariamente (Vieira et al, 1992). Os escassos recursos para este programa social tornaram imperioso que as entidades buscassem formas alternativas de financiamento para projetos complementares. Por outro lado, a grande diversidade do perfil de quem mora ou está nas ruas tornou premente a diversificação dos tipos de abordagens e serviços prestados para que se pudessem adequar às demandas reais existentes. Os serviços oferecidos nas sete casas conveniadas, durante a gestão municipal nos anos 1989-1992, variavam de acordo com o trabalho já desenvolvido anteriormente pela entidade, mas tinham alguns pré-requisitos e condições mínimas acertadas de comum acordo nas instâncias de decisão.

Parte do programa que atenderia a demanda por moradia do povo de rua não conseguiu ser implantada. Esta linha de atuação deveria contar com a estreita colaboração da Secretaria de Habitação, mas sofreu resistências internas à administração e nada de concreto foi feito nesta seara. Os serviços de saúde não foram implementados; a orientação da gestão era utilizar a rede pública existente, afirmando seu caráter público e universal. Somente algumas ações em albergues e outros equipamentos com grande concentração populacional tiveram acompanhamento específico da Secretaria da Saúde por envolver uma dimensão de saúde pública.

Para garantir a continuidade do programa e dos serviços de atendimento ao final da

⁵ O Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados dará origem, em 1992, à Rede Rua.

⁶ A Casa São Martino prestava serviço de escrita de cartas e, na maioria das vezes, as destinatárias das correspondências eram as mães (cf Vieira et al, 1992).

referida gestão, a equipe da Sebes propôs uma mudança na estrutura orçamentária da Secretaria que incluísse recursos para esta frente de trabalho com os moradores de rua, mesmo numa administração não comprometida com a questão. Até então, os recursos utilizados para implementação das atividades junto à população de rua, inclusive os convênios das casas de convivência, estavam atrelados a uma rubrica (SERCOM – serviços comunitários), originariamente destinada a serviços e iniciativas populares. Contudo, apresentava restrições quanto ao tempo máximo de execução do serviço, limitado a dois anos, além de impossibilitar a contratação de técnicos com qualificações específicas e de dar visibilidade às atividades, uma vez que estas estavam diluídas num conjunto de outros atendimentos para segmentos populacionais diversos.

Além da questão financeira propriamente, prioritária e de suma importância, o tipo de trabalho e de público ao qual se destinava o atendimento necessitava de uma rubrica orçamentária que possibilitasse ações diversificadas e que fosse capaz de absorver mudanças conjunturais rapidamente, adequando-se à realidade da rua e, sobretudo, que garantisse a continuidade do atendimento para além das motivações das gestões municipais.

A aprovação desta mudança orçamentária garantiu nos anos posteriores que os projetos pudessem continuar. Com o término da gestão petista e a extinção do Fórum Coordenador, o documento que subsidiou esta mudança foi o ponto de partida para as discussões que deram origem ao Projeto de Lei de Atenção à População de Rua, levadas a frente pelos participantes do Fórum que, durante a gestão de Paulo Maluf (PPB, 1993-1996), rearticularam-se em torno do mandato da vereadora Aldáza Sposati (PT).

Durante os oito anos subseqüentes a esta administração, os trabalhos de atendimento à população de rua não foram completamente interrompidos, mas muito modificados em função da eleição, por dois mandatos consecutivos, de um partido de direita para o governo municipal de São Paulo. As administrações Paulo Maluf e Celso Pitta mantiveram ainda alguns convênios com entidades, mas com um volume de recursos muito menor e com orientação do trabalho diversa da anterior, o que levou algumas entidades a romperem os convênios. Além disto, a volta de ações repressivas à ocupação de lugares coletivos na cidade intensificou-se neste período, com a “limpeza” de viadutos, colocação de grades e cercas em praças e passeios públicos (a chamada arquitetura anti-mendigo), desalojamento de famílias dos seus antigos *mocós*. Enfim, uma série de ações de cunho repressivo, articuladas às práticas de confinamento estrito.

A configuração de uma política pública de atendimento à população de rua no final da década de 1980, na primeira gestão de esquerda na cidade de São Paulo, situa-se no ponto de inflexão entre o que podemos grosso modo chamar, junto com a extensa bibliografia sobre o tema, de uma experiência democrática (cujo ápice são os anos 1980) e o desmanche do estado e das políticas públicas (que podemos localizar grosseiramente nos anos 1990).

Lugar ambíguo este da constituição desta “política”, como comumente se nomeia o atendimento à população de rua. É possível perceber, no programa de atendimento construído nestes quatro anos (1989-1992), o sentido de democratização dos espaços de negociação com o Estado, e não só da questão relativa aos moradores de rua; é possível perceber também o esforço das entidades no sentido de tornar os espaços de atendimento participativos, inspirados nos ditames da Carta de Puebla, enraizada numa prática de organização comunitária; e por fim, podemos dizer que está presente na configuração do atendimento à população de rua uma maneira de pensar as políticas sociais de cunho público e universal, que se aproxima das conquistas no campo dos direitos sociais, fruto da mobilização popular e sindical dos anos 1980.

Foi justamente durante os anos 1980 que presenciamos o esforço de agentes pastorais e sociais no sentido de configurar uma questão pública/política em torno dos moradores de rua, até então entendidos como mendigos e vagabundos, objetos do assistencialismo privado —ou estatal— e da coerção. Ou seja, a experiência de “ressurgimento” da classe operária e dos movimentos sociais e de uma nova maneira de entendê-los no âmbito das ciências humanas é concomitante ao “surgimento público” daqueles que hoje são os moradores em situação de rua, para usar uma expressão politicamente correta.

É neste cenário de diálogo com os lampejos democráticos tributários da “década perdida” para os economistas, que se constituirá a política/o programa de atendimento, fundada numa prática comunitária e participativa de atuação junto à população de rua. Neste lugar ambíguo, que responde aos anos 1980, as práticas e projetos junto aos moradores de rua são uma forma de concretização/objetivação da mobilização em torno do tema, mas ao mesmo tempo, já anunciam a década que teríamos pela frente nos anos 1990 com, por exemplo, a conversão da participação na gestão pública em parcerias e do acolhimento e espaços de convivência em um superávit de vagas em albergues.

Doze anos depois desta experiência, a “cena” na qual vivemos e com a qual nos deparamos não é a mesma. Os anos 1990 no Brasil foram marcados por uma intensa

reorganização de sua base produtiva, por um violento *ajuste* do Estado, que redundou no desmanche de políticas públicas universais, seguido de uma reviravolta nas formas de representação política. É neste cenário, no final dos anos 1990, que será reabilitado e expandido o atendimento estatal à população de rua. Se é possível afirmar com alguma certeza que vimos neste período um acantonamento dos movimentos social e sindical⁷ no país, é igualmente possível apontar as inúmeras formas de um novo associativismo civil, de encontros entre sociedade civil e Estado, ações “solidárias e cidadãs” de empresas com responsabilidade social (Paoli, 2000) e, sobretudo, uma explosão de ações de combate às desigualdades sociais e à pobreza, agora nomeadas como *exclusão social*⁸ e, dentre elas, as ações voltadas à população de rua.

Aqui poderíamos perguntar com Foucault (1997), como Poder e Saber se articularam nesta rede de atendimento aos moradores de rua e, sobretudo, o que esta explosão discursiva em torno da chamada *exclusão social* pode apontar. Sem pretender esgotar as possibilidades de análise e as respostas a esta indagação, seguiremos recompondo as raízes e os desdobramentos do encontro entre sociedade civil e Estado no atendimento à população de rua na atual gestão municipal. Este encontro pode ajudar a descortinar as formas atuais de funcionamento dos programas compensatórios instituídos largamente pelos governos brasileiros na última década e seus conteúdos de exceção (Oliveira, 2003 e 2000) vivenciados nos anos 1990, no Brasil.

Gestão municipal 2001-2004 e o Programa Acolher

Em seu primeiro ato oficial à frente do governo municipal de São Paulo (2001-2004), em 2 de janeiro de 2001, a atual prefeita Marta Suplicy assinou o decreto 40.232 que regulamentou a Lei de Atenção à População de Rua, nome pelo qual ficou conhecida a Lei n.º 12.316/97 que, justamente, “cria política de atenção à população de rua”. Esta lei é resultado de uma intensa disputa travada pelos Fórum de Entidades e Fórum de População de Rua ao longo dos anos 90, como parte da luta em torno do que se entende hoje como

⁷ Para uma discussão aprofundada destes temas ver a produção de Francisco de Oliveira e José Luis Fiori e para a discussão sobre o *emudecimento* do movimento sindical nos anos 90 ver Edson Miagusko, *Greve dos Petroleiros de 1995: a construção democrática em questão*. Tese de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

⁸ O termo *exclusão social* vem sendo largamente utilizado pelas entidades da sociedade civil e por órgãos públicos, partidos políticos e mesmo por alguns intelectuais para designar o atual estágio de pobreza no qual se encontra parte considerável da população brasileira. A meu ver seu uso, carregado de sentidos do senso comum, não tem rigor nem densidade teórica que possibilite uma crítica precisa do atual quadro brasileiro.

direitos da população de rua.

Em maio de 1994, durante manifestação do Dia de Luta da População de Rua, é apresentado à Câmara Municipal de Vereadores um projeto de lei de autoria da então vereadora Aldáza Sposati (PT), fruto do trabalho coletivo do antigo Fórum Coordenador, que se rearticulou em torno do mandato da vereadora. Até sua regulamentação, em 2001, foi um longo processo: a lei tramitou na Câmara, onde foi aprovada em todas as instâncias, mas sofreu dois vetos dos prefeitos Paulo Maluf (1993-1997) e Celso Pita (1997-2000), em 1995 e 1997. Somente no ano de 2001 é homologado o decreto que regulamenta a Lei de Atenção, resultado de mais um ato no Dia de Luta, em maio de 2000, durante a campanha eleitoral à prefeitura municipal, no qual os representantes dos então candidatos e inclusive a atual prefeita, comprometeram-se com esta reivindicação dos fóruns e da própria população de rua.

Importa ressaltar que, em nenhum momento, descreve-se no escopo da Lei ou em seus considerandos, o que se entende por população de rua. A única referência à definição do que poderia ser esta população faz-se num artigo que se refere à inclusão de “homens, mulheres e crianças acompanhadas de suas famílias” no espectro de atendimento. No texto do decreto aparece apenas uma referência ao que seria esta população de rua, a qual se pretende garantir direitos sociais; esta se caracteriza, nas considerações iniciais do referido decreto, como “população em estado de abandono e marginalidade na sociedade”. A definição, largamente utilizada pelas entidades de atendimento, foi adotada implicitamente no desenvolvimento do programa e nas ações resultantes da aplicação da Lei de Atenção. Tal fato pode parecer não ter grande importância para o desenvolvimento do programa, mas demonstra a incapacidade de nomear publicamente, através de um instrumento jurídico, quem são os “objetos” de uma lei controversa como esta. O ato de nomeação dos destinatários e sujeitos de direitos desta “política” constitui mais do que uma descrição, poderia constituir-se numa nova maneira de nomear a pobreza urbana e a sua origem na desigualdade constitutiva do capitalismo, livrando-a de toda carga moral (Marx) que baliza a discussão que suscita. A não nomeação demonstra a indefinição quanto ao perfil da população de rua, na verdade este “esquecimento” demonstra mais, grita “a angústia inaugural que o marxismo localizou e exorcizou no conceito de lumpem-proletariado” (Rancière, 1995: 183), mas agora, talvez com mais uma volta em direção ao não aparecimento e à não nomeação da pobreza e do seu mundo expurgado do círculo do trabalho. Não dizer quem são os moradores ou a população de rua é ao mesmo tempo não

nomeá-los e, portanto, não estabelecer uma situação da palavra que possibilite requerer a reparação do dano, pela reivindicação de uma igualdade contingente, mas é também abrir o termo a sua própria indefinição, englobando outras parcelas da população, nublando os limites de representação dos sujeitos na cidade. Se a lei regula o que está para fora dela também, como serão entendidos aqueles que não são moradores de rua mas não foram assim nomeados?

A Lei de Atenção dispõe sobre o dever do poder público em manter programas e serviços de atendimento à população de rua, garantindo “padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e direitos de cidadania a esse segmento social”, através de programas intersetoriais que podem variar de ações emergenciais até outras “atenções” permanentes. A Lei segue definindo quais os princípios norteadores do atendimento e trabalho com esta população, bem como enumera equipamentos e serviços que deverão estar previstos na política global de atendimento, e instaura um conselho paritário para a “gestão participativa” dos programas futuros, no qual têm assento representantes do legislativo, das secretarias municipais envolvidas no trabalho, das associações que trabalham com a população e representantes da própria população. A operação dos serviços desta nova “política” de atendimento integral está a cargo direto do poder público municipal ou poderá ser feita através de convênios com entidades devidamente registradas no Conselho Municipal de Assistência Social.

É inegável que esta legislação representa um avanço para a luta que se organiza em torno dos moradores de rua, sobretudo por ser uma conquista dos fóruns de representação da população de rua propriamente dita e das entidades que trabalham em seu nome, a fim de trazer à tona uma questão até então relegada e oculta na sociedade. De alguma forma, o estabelecimento de garantias mínimas para esta população aponta uma possibilidade ou, pelo menos, a necessidade de discussão sobre o tema da pobreza, suas novas formas e sua publicização.

Mas o que é uma lei que no seu corpo garante direitos que já estão garantidos por outras legislações e que constituem o mínimo de respeito e dignidade? Por que isto não é um programa? Esta liminaridade entre lei e programa aponta para a institucionalização do estado de exceção, a regulação de uma experiência de exceção permanente, para usar a expressão de Francisco de Oliveira acerca da modernização brasileira. Esta tensão entre a regulação pela lei e a desregulação das formas de vida produzidas pelo capitalismo no Brasil, que gesta esta exceção, dá-se justamente na regulação dos mínimos vitais, na qual o

humano encontra face-a-face a “vida nua” (Agamben, 2002). Emblemático que seja neste limite que um programa de atendimento à população de rua seja implementado, numa segunda administração de esquerda, com uma década de avanço do projeto neoliberal a separá-las.

Tendo por base a Lei de Atenção e a sua regulamentação, estabeleceu-se o programa municipal de atendimento à população de rua. O *Programa Acolher: Reconstruindo Vidas* foi lançado em maio de 2001. No caderno de apresentação do programa, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Secretaria de Assistência Social (SAS) apontam a “condenável indiferença” da sociedade como a principal causa de incapacidade de “inclusão social” das pessoas de rua, causa esta que se sobrepõe no transcorrer do texto, inclusive, ao desemprego e à inexistência de políticas públicas como fatores fundamentais da existência de pessoas vivendo nas ruas. Se por um lado a análise oficial do município identifica a invisibilidade pública a qual está submetida a população de rua em face à sociedade, circunscreve-o mais uma vez aos limites do humanitarismo, através da exortação de um “desafio solidário” no tratamento e resolução da re-inserção dos moradores de rua no mundo social, desfazendo o movimento de publicização que é, pelo menos em desejo, parte da luta em torno da questão.

Apesar de estar lotado na SAS, o Programa Acolher reivindica como princípio fundamental o tratamento articulado em vários níveis do governo municipal para o atendimento aos moradores de rua através de um “conjunto de ações que deve estar voltado para a unidade governamental que contribua para uma consciência civilizatória” (SAS/PMSP, 2001: 12). As secretarias envolvidas contribuem com sua parte específica sob coordenação da SAS, conforme disposto na Lei de Atenção e no Decreto que a regulamenta. Entretanto, esta articulação entre diversas instâncias municipais na consecução dos programas, sofreu muitos revezes e dificuldades de implantação.

As linhas de atendimento definidas pelo programa são *acolhida*, *convívio* e *autonomia*. Ainda estão previstas duas ações específicas: operação inverno (albergamento emergencial nos períodos de frio intenso) e projeto Oficina Boracéa⁹. Por *acolhida* entende-se um conjunto de ações e equipamentos específicos que objetiva prover um lugar para dormir e morar provisoriamente para as pessoas em situação de rua ou sem moradia. Estão

⁹ O Projeto Oficina Boracéa fornece atendimento à população de rua, preferencialmente os catadores de material reciclável; são diversos serviços: albergue, refeitório, atendimento médico, garagem para os carrinhos, canil e tratamento para os animais de estimação dos usuários, além de oficinas profissionalizantes. Projeto modelo da Secretaria, o Boracéa funcionaria como uma “oficina de reconstrução de vidas”, englobando as três vertentes do Programa Acolher.

neste corte os albergues, os abrigos para pessoas que necessitam de cuidados especiais em período integral, a moradia provisória, a hospedagem e o projeto Boracéia que também oferece outras atividades e acompanhamentos. São ao todo vinte e seis albergues, com quatro mil, trezentas e setenta e seis vagas e nove abrigos especiais que totalizam quinhentas e sessenta e cinco vagas¹⁰. O aumento significativo de vagas em albergues¹¹ em relação às duas gestões anteriores tem sido saudado pela própria SAS como um indicador positivo da atuação estatal, ao contrário do que dizem técnicos e agentes sociais que trabalham nas entidades de atendimento.

A política de *convívio* está voltada para o estabelecimento de lugares de convivência e sociabilidade que poderiam servir como referência para que as pessoas de rua desenvolvam atividades básicas e mínimas necessárias para uma vida digna. São os centros de serviços e casas de convivência que forneceriam atendimento para higiene, alimentação, guarda de pertences. Segundo os dados da Secretaria, de fevereiro de 2004, são duas mil, duzentas e quarenta vagas em dezenove centros de serviços e mil e doze vagas distribuídas em sete casas de convivências. Somente as entidades que fornecem alimentação (almoço ou jantar) podem estabelecer convênios com a PMSP para manutenção do serviço de atendimento. Estes equipamentos são também reivindicados como espaço de construção e sedimentação de vínculos entre as pessoas de rua, o estabelecimento de identidades, a troca de experiências entre os moradores de rua, dando continuidade às ações já desenvolvidas pelas entidades e retomando uma diretriz da primeira gestão petista em São Paulo.

Os programas de qualificação profissional e núcleo de incentivo à economia solidária¹², além dos refeitórios comunitários, fazem parte do terceiro eixo de atendimento, denominado *autonomia* ou *prover*¹³. Para os serviços de qualificação profissional e incentivo à economia solidária estão abertas oitocentas e trinta vagas em quatro equipamentos e quatrocentos e dez vagas em outros quatro equipamentos, respectivamente. Esta seria a *porta* de um possível reingresso no mercado de trabalho, a possibilidade de

¹⁰ Estes dados e os que seguem são de documento interno da Secretaria de Assistência Social, disponibilizado pela assistente social Ana Cotic, coordenadora do Programa acolher, em fevereiro de 2004.

¹¹ Conforme dados da SAS, no liberto publicitário do Programa Acolher, no ano de 2000, antes do começo da atual gestão municipal, foram contabilizadas 2530 vagas em albergues, 170 em abrigos, 40 em abrigos especiais e 35 em moradias provisórias. Em junho de 2002 já eram 3,830 vagas em albergues, 290 em abrigos, 210 em abrigos especiais, 602 moradias provisórias, além de 265 vagas em hospedagem e 500 leitos no projeto Boracéia.

¹² Os programas voltados aos catadores de papel e suas cooperativas estão nesta linha do Programa Acolher e serão objeto de crítica mais adiante.

¹³ Em texto interno da SAS, com informações sobre o trabalho desenvolvido até 2002, a denominação de *autonomia* foi trocada por *prover* –sem mais explicações. Talvez o que explique esta mudança “súbita” seja o

garantia de autonomia para cada um dos atendidos.

Em toda caracterização dos programas e linhas de atuação da SAS, um aspecto se destaca na construção do discurso do *resgate* da cidadania e da possibilidade de *inclusão social* da população de rua: a referência constante às parcerias com a sociedade civil e ao voluntariado para a execução deste programa. A causa da existência de moradores, que podemos ver no texto, além da nossa “condenável indiferença”, diz respeito à falta de políticas públicas adequadas. A reinserção, entretanto, é remetida ao campo de uma “política pública de assistência social” que, entendida nos bons termos de garantia de direitos, contrapor-se-ia às práticas de assistencialismo e afirmaria um direito constitucional. Por este mecanismo discursivo, o aumento da população de rua pode ser imputado às questões econômicas e à inexistência de políticas públicas —portanto, referindo-se a um campo simbólico dos direitos sociais e pertencente ao campo da política—; entretanto, as formas de “resolução” da questão já não dizem respeito ao mesmo campo. Neste movimento, simbólico e real, os nexos entre a pobreza e o mundo social, para não dizer da política, dissolvem-se, encapsulando novamente os homens e mulheres de rua na redoma da assistência e não do direito. Para eles, na falta de direitos e de recursos públicos para o atendimento, mesmo aqueles da assistência social, cabe a alternativa única do caminho da boa vontade, da organização social baseada no humanitarismo, na vocação cristã para o próximo que, nos “tempos sombrios” do neoliberalismo brasileiro, corporificam-se no voluntariado e nas ações cidadãs da “sociedade civil organizada”.

As entidades de atendimento têm formas múltiplas de financiamentos, que vão desde doações de pessoas físicas até convênios com a Prefeitura. Na maior parte das vezes as entidades recebem recursos do organismo ao qual estão ligadas (igrejas, agremiações sociais beneméritas, grupos de apoio etc.), que angariam fundos junto aos seus associados. São doações de todo tipo: material de consumo diário, alimentos, remédios, roupas e calçados, peças de mobiliário, material de construção e também dinheiro. Algumas entidades recebem financiamento de agências internacionais de cooperação e os recursos são mormente usados no suporte do projeto e no pagamento de técnicos e/ou agentes sociais.

Durante os anos 1990, surgiu uma nova forma de financiamento das entidades, anunciando uma mudança qualitativa na sua atuação: o agenciamento de recursos através de doações de empresas com “responsabilidade social”, entidades de representação de

classe e mesmo ativistas sociais das novas formas de organização da sociedade civil. A responsabilização das empresas (ou seja, do capital), por ter gerado uma situação de precariedade e incapacidade de manutenção do mínimo de vida para uma parcela dos trabalhadores, que privados de trabalho e renda estão nas ruas, é o fato constatado por alguns técnicos que legitima a arrecadação de dinheiro entre estes novos protagonistas sociais do voluntariado. Falando sobre o sentido do trabalho da OAF (Organização Auxílio Fraternal) articulado com o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresarial) no projeto Associação Minha Rua, Minha Casa, um de seus coordenadores, Walter Varanda, usou a imagem de uma ponte para descrever a função do trabalho junto aos moradores de rua. Construir uma ponte religando os moradores de rua aos empresários, devolvendo-lhes o que lhes cabe por direito, mas agora através do financiamento empresarial de projetos como este, que lhes daria aquilo que deveriam ter condições de manter através de seu trabalho. A responsabilidade dos empresários pela situação de miséria e existência de população de rua se remete, nesta forma explicativa, à exploração do trabalho e ao lucro desregrado auferido por esta. Na outra ponta, a ausência de Estado e de políticas públicas que garantam direitos sedimenta esta “exclusão”.

Com a imputação de responsabilidade e a cobrança diretamente às empresas de sua responsabilidade social pela exclusão que criam, a mediação pública e política que passa pelo questionamento do papel do Estado e pela disputa de recursos e políticas públicas (direitos sociais e política de desenvolvimento nacional, por exemplo) é abortada. Abortase a possibilidade de questionamento da divisão dos recursos públicos e de sua destinação, do tipo de atuação e regulação estatal na economia, das formas institucionais de definição das medidas públicas de justiça e equidade —para não dizer de igualdade—, do justo e do injusto, daquilo que diz respeito ao conjunto da sociedade e que, portanto, deve arbitrar os rumos do país. Assim, o discurso de publicização e politização, que arma um campo de significados em torno dos moradores de rua e sua condição de partícipes da sociedade, dá um passo (e outros mais serão dados, como veremos à frente) em direção a uma armadilha perversa, o seu próprio encapsulamento no mundo da necessidade e da caridade, ainda que sob o manto da ação solidária e cidadã.

Parte significativa das entidades que hoje estão envolvidas no atendimento à população de rua têm convênio com a Prefeitura, através da SAS, para desenvolvimento do trabalho e/ou gestão dos equipamentos públicos. As sessenta e nove entidades que atuam

no município têm convênios em vigor com a Prefeitura, mas continuam a ter outras fontes não estatais de financiamento para seu trabalho. Atualmente está em implantação um convênio com a entidade Apoio —que tradicionalmente apóia os movimentos de moradia no município de São Paulo com recursos oriundos de entidades de cooperação internacional— para desenvolvimento das atividades de abordagem dos moradores de rua. Este trabalho sempre foi feito pelo poder público, através de seus técnicos lotados na assistência social, e é responsável pelo primeiro contato com indivíduos ou grupos que vivem na rua para encaminhamento aos serviços assistenciais (acolhimento, cesta básica, encaminhamento para hospital etc). Apesar desta abordagem ou do trabalho da rua também ser desenvolvido por técnicos e agentes das entidades, anteriormente não havia contratos através dos quais o poder público delegava esta tarefa.

A defesa das práticas de parcerias entre poder público e sociedade civil organizada, ainda que seja sob a forma de convênios institucionais ou projetos “independentes”, legitima-se diante das dificuldades de administração de uma cidade como São Paulo,

(...) hoje a gente tem que trabalhar em parcerias, viu, Joana. Não adianta. Neste processo de construção e reconstrução de uma cidade como São Paulo, com 10 milhões de habitantes, e com tantas interfaces, tem que se trabalhar com parcerias. As entidades são parceiras deste processo (Gilberto¹⁴),

e encontra sentido na defesa de um ideal de trabalho junto à população de rua, como podemos ver na fala de Gilberto:

Eu vejo que há muitas possibilidades de se fazer coisas em conjunto, não é? Parceria com o município, parcerias com entidades do exterior. Acho assim: de fato, o grande desafio é fazer com que tudo isto se converta para a população. Acho que este é o grande desafio. Não importa se ela está fazendo parceria com o poder público, com o governo estadual, com o federal que seja, ou com outras ongs ou com entidades do exterior, enfim, *o que importa é de fato o compromisso de fato assumido com a população em situação de rua*, com os catadores de materiais reaproveitáveis, os catadores de papel propriamente dito. Acho que é isto: você, de fato, acreditar no que está fazendo e fazer bem feito. Acho que isto é o mais importante. São pessoas que às vezes entram num determinado ramo mas, às vezes, não é isto. *O importante é o compromisso social e político na questão do atendimento.*

Contudo, poderíamos questionar se este discurso da participação na gestão pública da cidade, que parece dirigir-se mais aos anos 1980 e à luta pela democratização do Estado, não enclausura a população de rua na redoma do assistencialismo, num mecanismo perverso de desaparecimento público, sob o nome de “ação cidadã”, que parece casar muito

mais com os movimentos de desresponsabilização do Estado ao longo dos anos 90, e com o encolhimento das políticas públicas universais.

Os recursos para estes convênios são oriundos de dotação orçamentária da Secretaria, recursos de investimento. O uso do dinheiro tem sido motivo de discórdia entre as próprias entidades e a PMSP, especialmente no que diz respeito à destinação dos recursos, uma vez que os convênios são bastante restritivos e não possibilitam o remanejamento de valores para atender as necessidades concretas do trabalho cotidiano. Ainda hoje, à semelhança da gestão petista anterior, as entidades mantêm outras fontes de financiamentos dos trabalhos.

Como os moradores de rua estão concentrados nas regiões centrais da cidade, o trabalho da SAS segue esta mesma distribuição, concentra-se em poucas regiões, através dos escritórios regionais da Secretaria da Assistência Social, até o início da implantação das subprefeituras. Em função desta mudança administrativa da PMSP, está em curso a descentralização da estrutura de gestão do programa que deverá ser feita pelos técnicos das subprefeituras alocados na Diretoria de Ação Social; por este novo arranjo institucional, a SAS Central ficará responsável pela normatização dos programas e as equipes das subprefeituras pela execução, ou seja, gerenciamento dos convênios e fiscalização dos serviços. Atualmente as regionais da Sé, Mooca, Vila Mariana, Santo Amaro, Vila Prudente, Ipiranga, Penha, Santana e Pinheiros possuem algum tipo de atendimento ou serviço dirigido à população de rua, mas não necessariamente todos os itens do Programa. Todos os serviços municipais do programa têm gestão indireta viabilizados através de convênios com entidades, doze equipamentos de um total de sessenta e nove convênios são patrimônio público.

Um caminho na rua

“Digo: o real não está nem na saída nem na chegada, ele se dispõe pra gente é no meio da travessia” (Riobaldo, em *Grande Sertão : Veredas*.)

Na praça da Armênia vê-se muitos carrinhos de catadores, algumas malocas, umas barracas de ambulantes, muitos ônibus intermunicipais estacionados. À primeira vista uma situação comum que se repete cotidianamente em São Paulo. Ouve-se nos bares em volta

¹⁴ Na data da entrevista, 26 de junho de 2002, Gilberto era assessor da Secretária de Assistência Social Aldaíza Sposati. Ele trabalhou como técnico do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, atuando na formação da Coopel.

da praça, os moradores reclamarem com seus vizinhos ou com os comerciantes locais da ocupação da praça, “daqui a pouco tem barraco nesta praça”. Muxoxo que se junta às reclamações de roubos, pretensamente provocados pelos conviventes da casa Porto Seguro. Ali na praça, à noite, distribui-se comida: alimenta-se o corpo de quem vive na rua e a alma de quem, doando comida, leva ao próximo uma vida, senão digna, pelo menos sem fome. A doação de comida é uma prática condenada pelas entidades mais progressistas que trabalham com a população de rua e pela própria prefeitura, mas continua sendo muito comum e, no limite, desafoga a rede assistencial estatal e privada (se bem que é difícil distinguir uma da outra neste momento atual) de atendimento. A PMSP, mesmo sabendo da doação de comida à noite e de todos problemas gerados localmente (o libreto do programa Acolher refuta explicitamente esta prática), não intercede de maneira a acabar com esta *boca de rango* ali na Armênia e nem no restante da cidade.

Durante o dia, os moradores de rua se misturam aos ambulantes da praça e funcionam como *aviões* para o tráfico local em troca de cachaça —aqueles que não sabem muito bem o limite da vida pelo menos aí sabem para quem entregar ou não a mercadoria. Os ambulantes, cuja atividade é regulada em toda cidade pela PMSP, que nos últimos tempos não tem tido muita complacência com os irregulares —vide as inúmeras atividades de repreensão com os *rapas*—, parecem não se importar em dividir o espaço da praça com os excrementos dos seus convivas de rua; parece também que, mesmo não tendo a licença de funcionamento “em dia”, não vivem prestes a ser expulsos.

As assistentes sociais da SAS, acionadas pela AEB muitas vezes, já abordaram os moradores da praça, indicando-lhes lugar para dormir, comer, tomar banho. Mesmo diante das muitas *ofertas*, algumas em local distante e outras a menos de dois quarteirões, a rua lhes parece ser ainda uma opção melhor.

Seguindo pela rua Porto Seguro em direção à casa de convivência, tem-se a impressão de estar em um grande estacionamento dos ônibus intermunicipais em plena rua. Mesmo usando a rua como extensão de sua empresa, a companhia de ônibus intermunicipal está sob o estrito cumprimento da lei: a SPTrans (empresa municipal de transporte público) forneceu licença para esta (in)atividade. Para chegar até a Casa Porto Seguro é preciso vencer o corredor de ônibus, encontrando nas calçadas-túnel os usuários eventuais da Casa que abre para almoço ao meio-dia todos os dias. A Guarda Municipal e a Polícia Militar, muitas vezes acionadas pela vizinhança da Casa Porto Seguro, zelam pela segurança local, agindo duramente “sempre que necessário”, quando os *vagabundos* reagem a sua

abordagem.

Ali ao lado, atravessando a avenida Cruzeiro do Sul, está mais um dos equipamentos da Prefeitura, uma Central de Triagem de Resíduos ou, como dizem os politicamente incorretos, a central de lixo do Programa Coleta Seletiva Solidária. A Central da Sé, formada por cooperativas históricas de catadores (que começaram seu trabalho com a população de rua), não conseguiu estabelecer-se como uma possibilidade para os carrinheiros, que seguem usando a praça da Armênia para o trabalho de separação de material coletado no comércio das imediações e vendendo em ferros-velhos da região.

Ali tudo parece funcionar. Alguns muxoxos, um ou outro problema, mas tudo se passa sem grandes transtornos para todos que nesta praça têm seu lugar. As atividades legais e ilegais, formais ou não, o lado luminoso do trabalho e seu calcanhar de Aquiles, a pobreza, parecem articular-se ali na praça da Armênia, funcionando no registro do “puro espírito do capitalismo”, da cidade-locomotiva, que não pode parar de produzir riqueza para este país ou de abrir novas possibilidades de negócios e oportunidades para tantos quantos queiram trabalhar duro e desbravar novas fronteiras de expansão do capital (a coleta seletiva é a última delas —e diga-se, bastante rentável), incorporando neste processo aqueles que um pouco antes foram gestados como restos do seu processo produtivo; estes ali terão uma nova oportunidade, desde que saibam ser empreendedores.

“Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (Benjamin, 1994: 225). Bem ali na praça Armênia, para ver é só tomar um trem do metrô e descer na estação Ponte Pequena, a passagem custa R\$ 1,90 ou um pouco menos no comércio “flexível” na porta do metrô.

O Programa Acolher em processo: o tortuoso caminho para sair da rua

Além do libreto *Acolher: Reconstruindo Vidas*, a definição e normatização do Programa de Atendimento à população de rua é balizado por um conjunto de normas estabelecidas pela Portaria nº. 034/2003 SAS/GAB, publicadas no caderno *Instrumentos de Regulação de Parceria na Política Pública de Assistência Social*. A referida portaria descreve e especifica os serviços oferecidos pela Prefeitura sempre através de parceria com “organizações/entidades/associações sem fins lucrativos”. Para a população de rua estão previstos dois serviços não específicos, ou seja, serviços que não se dirigem somente à população de rua: abrigo para adultos sob cuidados especiais e abrigo especial para

mulheres; e três serviços especificamente voltados a esta população: moradia provisória, núcleo de serviços com albergues I e restaurante-escola.

No item *núcleo de serviços com albergues I* estão especificados os serviços que as linhas *acolhida e convívio* do Programa Acolher devem dispor. São os seguintes serviços: albergue noturno, núcleo de serviços/convivência (diurno), núcleo de serviços/convivência I (atendimento 24 horas) e II (atendimento 24 horas e atendimento de pessoas com necessidades especiais por até 18 meses). A especificação dos serviços disponíveis nestes equipamentos aparece sob o nome de *ofertas*, aglutinadas em quatro grupos: institucionais/físicas/materiais; trabalho social; trabalho sócio-educativo e aquisições do usuário. Parte das críticas das entidades que trabalham diretamente com a população de rua cristaliza-se nesta página de definição do que se entende por *acolhida e convívio*: de um lado uma proposta de *serviço para* a população de rua e de outro um *trabalho com* a população de rua. Uma sutileza lingüística ou uma real diferença?

A relação de entidades conveniadas com a SAS no item *convívio* dá uma pista importante do caráter e orientação gerais do programa municipal. Dos vinte e seis equipamentos existentes na cidade para *convívio*, dezenove são centros de serviço que, segundo a própria definição da SAS (SAS/PMSP, 2001: 27), não teriam um caráter sócio-educativo, são apenas centros de oferta de serviços de “alimentação, higiene, lavagem de roupas e guarda de pertences, com portas abertas, frequência livre e serviços referência na cidade”. Para estes serviços estava estipulada uma meta de abertura de mil vagas; hoje são duas mil, duzentas e cinquenta vagas nos dezenove equipamentos da cidade. Em contrapartida, são mil e doze vagas em casas de convivência que agregariam ao trabalho dos centros de serviços estímulo ao “trabalho sócio-educativo, socialização e organização em grupo”. A julgar pelo desempenho numérico, o trabalho de *oferta* parece ser prioritário em relação ao trabalho com vistas à autonomia.

Os limites deste trabalho sócio-educativo, de ressocialização dos indivíduos em situação de rua, de orientação participativa estão postos não somente na orientação municipal do Programa Acolher. Seus limites podem sentir-se na própria execução do trabalho que lida com uma população protegida por uma lei que perversamente a localiza na fronteira entre direito e assistência social, resultado da mescla que é sua constituição, entre política pública e programa compensatório. De qualquer modo, é preciso ver em cena o que acontece.

Seguindo pela rua-estacionamento Porto Seguro, chega-se à Casa de Convivência

Porto Seguro que atende cento e quarenta pessoas diariamente. Deste total, setenta homens e mulheres são usuários regulares, participam das atividades sócio-educativas propostas pela Casa, ademais de extrapolar o atendimento contratado entre a SAS e a entidade mantenedora da Casa. À semelhança do que acontece em outras casas de convivência, as atividades de manutenção da casa são feitas pelos próprios conviventes, dentre elas os cuidados com jardim; plantio e cuidado com a horta comunitária que serve verduras e temperos para a cozinha também comunitária; a limpeza dos banheiros e dependências; a feitura do pão e das massas consumidos, do sabão de soda e dos sabonetes de glicerina. Todos os dias de manhã são distribuídas as tarefas entre os conviventes, através de sorteio. Além destas atividades de manutenção, os usuários da Casa que possuem o cartão azul¹⁵, podem ter aulas de alfabetização, curso de informática e inglês e freqüentar o grupo de reflexão. Os trabalhos são desenvolvidos por educadores contratados e com a orientação de, segundo Mabel, coordenadora da Casa, integrar e capacitar as pessoas que ali freqüentam, a fim de restituir-lhes auto-estima e autonomia, através da participação ativa dos moradores de rua em todo o processo de realização das tarefas e atividades. Há no quadro de técnicos também uma assistente social que faz o acompanhamento individualizado dos freqüentadores do equipamento. Ali na Porto Seguro, ainda segundo Mabel, não há *oferta de serviços* como está descrito nos cadernos e normas da SAS; há um trabalho sócio-educativo que se faz junto com os moradores de rua, não para eles. As questões de ordem geral e de funcionamento interno do equipamento são tratadas e discutidas nas assembléias mensais realizadas com os usuários da Casa.

Talvez aqui apareça o ponto de maior tensão neste trabalho das casas de convivência que situa a população de rua entre a autonomia (pretendida) e a rede de assistência (existente). A normatização dos serviços da Secretaria da Assistência Social, que não se limita à população de rua, aponta como “ofertas” os trabalhos que deverão ser desenvolvidos pelas entidades, inclusive aqueles pretensamente de corte comunitário e participativo. O discurso que articula e embasa a proposta de trabalho com a população de rua através de parceiras com as entidades justificava-se pela possibilidade de ação mais próxima à realidade da rua e numa perspectiva de construção conjunta de uma saída da rua e de respeito a mínimos vitais para esta população. As divergências apontadas pelos técnicos e agentes sociais “da ponta”, em relação à atual orientação da ação municipal,

¹⁵ Os conviventes freqüentes recebem cartão azul e estão aptos a participar de atividades sócio-educativas, durante todo o dia. Os outros usuários cadastrados utilizam a casa somente a partir da hora do almoço, quando entram para receber refeição.

dizem respeito ao enfoque do trabalho convertido prioritariamente numa ação de acolhimento e albergamento como tradicionalmente era entendida: um serviço prestado pelo município sem a participação ativa dos usuários. A perspectiva defendida por parte das entidades históricas de utilizar o acolhimento como o primeiro momento para estabelecimento de um vínculo já orientado por uma estratégia que colocaria o morador de rua como agente neste “serviço”, foi suplantada pela orientação estatal de ampliar e melhorar o atendimento municipal prestado, uma vez que isto se constituiu como “direito da população de rua”.

Se é possível imputar à Prefeitura uma orientação que privilegia o atendimento e não um trabalho orientado pela construção de um horizonte de autonomia para os da rua, é também possível questionar a efetividade deste discurso de autonomia. Olhando para dentro das entidades é possível também perceber que o embate autonomia *versus* heteronomia está presente diuturnamente no seu trabalho, seja no estabelecimento de regras de conduta e de funcionamento que aproximam os trabalhos das entidades aos clássicos atendimentos das instituições fechadas, seja no trabalho cotidiano com pessoas que, em tese, precisariam de tutela permanente (os doentes mentais ou os idosos sem família), seja ainda nas normas de conduta que visam re-socializar os indivíduos tornando-os aptos ao retorno da convivência social (dependentes químicos, por exemplo).

A tensão autonomia-heteronomia está presente não somente nesta casa de convivência e nas outras visitadas durante a pesquisa, ela constitui o próprio atendimento. Mesmo procurando afastar-se do imaginário e das práticas das instituições fechadas, os lugares onde acontecem os trabalhos continuam a ter regras e normas de conduta que, por vezes, acabam tornando-se essenciais ao desenvolvimento (e manutenção) do trabalho: moldar o novo homem autônomo continua sendo em certa medida moldar seu corpo.

Na linha de atuação de *autonomia* estão as iniciativas que têm por objetivo gerar trabalho e renda para os moradores de rua e, desta maneira, constituir uma saída da rua para estas pessoas. Os projetos e linhas de atendimento hoje contemplam iniciativas e projetos de capacitação profissional e incentivo a formas autogestionárias de trabalho, além de encaminhamento para os programas redistributivos municipais. Hoje, no renda cidadã, estão setecentas pessoas encaminhadas pelo serviço de atendimento da SAS ou dos equipamentos, e mil pessoas encaixadas no programa Operação Trabalho.

O programa de Locação Social, cuja primeira leva de apartamentos será entregue em agosto de 2004, resultado da urbanização da favela do Gato às margens da foz do rio

Tamanduateí, não comportará vagas para população de rua como inicialmente divulgado pela Secretaria de Habitação —numa parceria com a SAS. Mas continua prevista (e em andamento) a instalação de uma central de triagem de material reciclado na área do novo conjunto habitacional, do Programa de Coleta Seletiva Solidária, da Secretaria de Serviços e Obras.

Em parceria com a Secretaria da Saúde, e sob a rubrica de *autonomia* da SAS, está em implantação uma “república terapêutica”. Desde dezembro de 2003, em Parelheiros, zona sul de São Paulo, funciona a Comunidade Agrícola Viva Verde, um projeto de recuperação de dependência química que atende trinta pessoas por um período de até seis meses.

Todos estes projetos e iniciativas cruzam-se e sobrepõem-se nas ruas de São Paulo e os limites deste tipo de programa explicitam-se mais ainda. A orientação da ação municipal revela não somente uma perspectiva conjuntural do enfrentamento da pobreza e da desigualdade social causadas pela marcha do capitalismo no Brasil, mas aponta para uma indefinição de quem vem a ser realmente o destinatário de um programa como este. Além de anunciar que a experiência de pobreza e da miséria não está circunscrita à população de rua, revela que a orientação da ação pública parece ter-se deslocado de uma perspectiva de ampliação do caráter público e universal das políticas públicas para a ação focalizada e compensatória dos programas sociais, como mais uma volta —lá na ponta—do “ajuste do Estado” para o capital mundializado.

Um passeio pela rua com os olhos da Rede Rua de Comunicação

A Rede Rua conhece há dez anos a experiência da vida marginalizada, captada nas ruas de São Paulo e transmitida através de imagens e reportagens pela equipe jornalística da entidade, que agora se lança na coordenação de outros “atendimentos” dentro do Programa Acolher.

A Rede é herdeira da experiência do Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados (CDCM), que tinha como proposta central a “comunicação a partir dos excluídos”¹⁶. O CDCM expandiu-se para outros projetos e este conjunto de projetos passou a chamar-se Fraternidade Povo de Rua. É da Fraternidade que surge a Rede Rua, com a intenção de consolidar um espaço de comunicação entre os diversos projetos para/com o

¹⁶ Texto do sítio eletrônico (www.rederua.org.br).

povo de rua e também dos próprios moradores de rua com entidades e movimentos. A origem do trabalho, entretanto, está nos anos 1980, em 1982 precisamente, e se deu pelo contato do grupo que forma hoje a Rede com a OAF, que neste momento já trabalhava com a população de rua, fazendo a sopa comunitária embaixo do viaduto do Glicério. Neste momento as sopas e trabalhos de atendimento à população de rua se misturavam com os ares e as experiências de uma prática que se reivindicava libertadora, nos moldes das idéias de Paulo Freire e da Teologia da Libertação, que tanto inspiraram os trabalhos com os movimentos sociais daquele período.

A Rede Rua surge da crença de “que é possível trabalhar a organização das pessoas” (Alderón Costa¹⁷). Esta experiência da Rede institucionalizou-se nos anos 90, durante a administração municipal petista (1989-1992), através de convênio com a Prefeitura de São Paulo para documentação fotográfica e em vídeo da vida dos marginalizados, especialmente daqueles que viviam nas ruas da cidade. Também neste período, o jornal *O Trecheiro*, já editado pela Rede, começa a circular em uma tiragem de cinco mil exemplares nas ruas da cidade e em papel jornal, saltando das antigas cem cópias em sulfite.

Em setembro de 2002, *O Trecheiro* chegou a sua centésima edição. De lá para cá são onze anos de trabalho voluntário de jornalistas, fotógrafos e editores empenhados em produzir um jornal para divulgar os projetos e iniciativas de interesse específico deste conjunto de pessoas, as marchas e gritos dos excluídos, os congressos de catadores de papel; discutir temas da pauta nacional e internacional; denunciar violações de direitos e violências e, sobretudo, documentar a vida de pessoas que não aparecem na grande mídia, divulgar as histórias de vida dos marginalizados, povo de rua, presidiários, sem-terra, conferindo alguma visibilidade a esta gente e ao que eles significam.

Hoje a Rede Rua gerencia outros projetos com a população de rua, projetos propostos à Rede pela Prefeitura Municipal durante a atual administração. Além de editar *O Trecheiro*, a entidade mantém o refeitório comunitário Pena Forte Mendes, o albergue Pousada da Esperança, o Núcleo Santo Dias, a moradia coletiva e contribui com a Revista Ocas, esta sem vínculo com a PMSP. Estes atendimentos ganharam uma nova orientação desde que gerenciados pela Rede Rua, que buscou implementar uma prática mais participativa, com vistas à construção de autonomia das pessoas atendidas pelos serviços. O refeitório, o albergue, o núcleo e a moradia coletiva formam um conjunto de

¹⁷ Alderón Costa é editor do jornal *O Trecheiro*, produzido pela Rede Rua, da qual é também coordenador.

atendimentos diferenciados, nos quais os moradores de rua, todos homens, são encaixados de acordo com sua situação de vida e seu grau de autonomia. A idéia é que, através das atividades que se desenvolvem nos projetos, os homens de rua possam retomar progressivamente a sua vida “normal” e construir a saída da rua —num percurso que poderia ser exemplar.

Entretanto, o caminho de “saída da rua” é um pouco mais tortuoso do que supõe este conjunto de ações. Apesar de enfatizar a importância de um trabalho que tenha como perspectiva a construção de uma vida autônoma para os que estão nas ruas, a fala sem esperança do fotógrafo e editor d’*O Trecheiro*, Alderon Costa, aponta a impossibilidade de uma saída massiva das ruas através dos trabalhos em execução hoje e marca claramente os limites deste atendimento à população de rua.

E a idéia [dos trabalhos desenvolvidos pela Rede Rua] é também investir em alternativas, cooperativas de papelão, a possibilidade das pessoas também venderem as revistas [Ocas], descobrir outras formas. Vão começar oficinas internas também pra aprender a fazer faixas, velas, cerâmica, nesta linha também de criar. Porque hoje não adianta querer esperar emprego. (...) Hoje saiu no jornal que tá chegando a 20% da população economicamente ativa que está desempregada, então, é impossível pensar numa saída por aí, se não for uma alternativa. (...) Então, esta é a diferença do albergue tradicional que as pessoas são acomodadas, recebem tudo de graça, não fazem nada. A gente acha que está se criando uma população inerte, uma população que vai ficar dependendo da prefeitura a vida inteira, né.

A necessidade de uma política de geração de emprego e renda voltada para a população de rua, e não somente albergues e casas de acolhimento, ganha força e reabre a questão dos moradores de rua para sua possível dimensão pública, quando Alderon (e não só ele) invoca a presença e o protagonismo do Estado na discussão e implantação de um projeto de desenvolvimento econômico, como a única maneira de reinserir a população de rua no mundo social.

Ou o Brasil melhora ou não vamos ter saída, vamos ter só albergues. Esta infelizmente é... eu pessoalmente tô vendo assim. Se a gente não conseguir que o Brasil realmente cresça, tenha um crescimento anual maior do que os 2% que estão esperando, não tem, não tem saída para estas pessoas. Vai ter pra um ou outro que vai para família, mas na massa não vai ter, na massa não vai ter. Na massa vai ficar um grupo aí de desempregados, de miseráveis porque o Estado não tem condições de arcar com a questão social, no mínimo o que estão dando é albergue que é a pior coisa que tem. Pior coisa que tem, são cadeias semi-abertas: o cara entra a noite, dorme, de manhã sai e se faltar um ou dois dias, perde a vaga. Então, no fundo é uma estrutura meio viciada, então, é difícil.

Deste ponto de partida, os programas de atendimento revelam-se perversos e gestam justamente o contrário do que propaga o discurso oficial do Programa Acolher e da Secretaria de Assistência Social: escondem a miséria, invisibilizando, no sentido forte, quem é *vítima* destes programas. Esta talvez não seja uma prerrogativa dos programas de

atenção à população de rua. Trilham o mesmo caminho os programas compensatórios desenraizados do campo dos direitos e propalados pelos governos atuais, à direita e à esquerda, como políticas sociais “inclusivas”. O que quero chamar atenção com esta aproximação é que tanto os programas de atenção à população de rua quanto os programas sociais de inclusão parecem ter o mesmo mote de funcionamento e organizam um campo de significados no qual não há espaço para a construção de sujeitos públicos e nem da política.

Lá e aqui, estes programas criam bolsões de atendimento, que funcionam como os guetos, com regras próprias de sociabilidade e pertencimento, sem relação com o mundo a sua volta. Dentro destes guetos, garantida a vida, a sobrevivência estrita, a existência perde o sentido de compartilhamento com os outros, o mundo deixa de ser plural e passamos a viver entre a diferença absoluta inscrita no corpo (todos os programas estão voltados e se justificam diante da possibilidade de morte real das pessoas) e a homogeneidade total. Entre estas duas experiências, toda e qualquer possibilidade de alteridade e, por consequência, de vida comum se esvai, o mundo perde sua plausibilidade.

O que se disputa (ou se pensa disputar) através destes programas de atendimento?

A disputa deixa de ser sobre a política pública universal, seja educacional, de saúde, de cultura ou outra, e passa a ser uma disputa pelos critérios de atendimento daqueles que ficaram para fora de uma “integração” social que se deu pelo trabalho (formal ou não). O que se instaura com os programas sociais inclusivos não é mais uma disputa pelos rumos da política econômica e, portanto, dos fundos públicos concernidos nesta disputa; disputam-se os critérios de atendimento das “políticas sociais”. Todo e qualquer horizonte de universalidade está definitivamente comprometido. Uma vez que os critérios de “merecimento” das bolsas dos programas sociais não são fruto de uma discussão pública em torno dos critérios de ordenamento social, tornam-se centro ordenador destes programas a instabilidade e a imprevisibilidade. Desta maneira, os programas sociais acabam por impossibilitar a emergência de uma questão pública a partir da experiência de desigualdade que tentam “corrigir”, uma vez que até mesmo impedem o surgimento do conflito em torno das regras e critérios que regem os programas. O cenário que se vislumbra é um amontoado de programas sociais conformando guetos cheios de pessoas que não mais interferem nem disputam a ordem das coisas. O que poderia realmente reconfigurar o mundo a partir da instauração do conflito no seu coração já está previamente estabelecido, a política econômica e os fundos públicos. É desta impossibilidade que

Alderon nos fala quando coloca em questão o programa de coleta seletiva articulado pela PMSP que tem a participação de cooperativas e grandes empresas de lixo:

Hoje a maioria da população de rua que está nos albergues, não cata papelão. (...) Inclusive é um problema para levar carrinho, o que faz com que eles se afastem. Mas também é uma saída [as centrais de reciclagem de lixo]. Só que já existe uma tendência, já detectamos uma tendência, de que a prefeitura vai passar isto pra iniciativa privada, né.

A observação de Alderon sobre os albergues públicos e seu caráter prisional desnuda sua real dimensão, e a discussão em torno da qualidade dos albergues parece uma disputa estéril e superficial que legitima o controle inerente a estas práticas de programas sociais, perpetuados agora sob a insígnia de direito da população de rua. O que se vê é uma transformação do controle. Ele deixou de ser exercido somente nos moldes da instituição total (Goffman, 1974) e se espraia na rede de atendimento, materializando-se no Cartão Acolher¹⁸, exercendo-se agora como controle de fluxo de entrada e saída dos moradores de rua nos diversos serviços espalhados na cidade. É uma somatória de matrizes discursivas que se vão sobrepondo e acabam por compor o programa de acolhimento e reinserção social do município, no qual podemos distinguir, ainda que reelaborado, inclusive o discurso sanitarista¹⁹ do começo do século XX que, ao dizer que pelo *bem comum* é preciso tirar o lixo que se avoluma pelas ruas e viadutos da cidade, retira os homens e mulheres que amontoaram aquilo tudo que conseguiram juntar, igualando-os. Não é à toa que a percepção desta sobreposição de controles e discursos seja formulada por Alderón que percorre a cidade flagrando as formas de violência vividas pelos moradores de rua:

No fundo, no fundo —eu sei que isto é duro de dizer, inclusive pra mim— me parece que qualquer administração seja ela de direita, esquerda, centro-direita, centro-esquerda, eles querem esconder esta miséria, né. Ninguém quer que esta miséria apareça. Então, não é privilégio do Pitta não querer que a população de rua fique perto da prefeitura, a prefeita atual não gosta, a secretária atual também não gosta, ninguém gosta, ninguém quer. É fácil pra mim falar que é bom que questiona o vizinho, mas se vem na minha porta me questiona também. Então, no fundo estas ações eu acho que reforçam este círculo vicioso. Os albergues são entidades realmente que reforçam, são espaços que prendem as pessoas por um tempo, você tira as pessoas da cidade por um tempo, eles tiram as pessoas de circulação à noite, à noite você vê muito menos pessoas na rua, dá uma impressão de que a cidade está um pouco melhor que não tem tanto desempregado. Então, esta questão de confinar a pobreza, assim como se faz a maquiagem no Cingapura, faz um Cingapura na frente das favelas, você olha a cidade e

¹⁸ O libreto do Programa Acolher, que traz um cartão magnético encartado, como os cartões de crédito, e a lista de entidades conveniadas de atendimento, diz na sua página inicial: *Este GUIA orienta seus passos para encontrar um lugar na cidade para sair da rua*. Mais abaixo em destaque: *Na dúvida ligue para 199*. (grifos no original).

¹⁹ O projeto piloto da antiga AR-Sé previa a requalificação de trecho do centro de São Paulo com a normatização de ambulantes, recuperação de fachadas, novos pisos, limpeza urbana regular etc. Justamente a limpeza urbana feita de madrugada, com jatos de água nos locais onde tradicionalmente havia homens de rua dormindo, criou uma polêmica entre os técnicos da prefeitura, as entidades e fóruns de população de rua e os programas da SAS.

a cidade está bonita, só que se vai olhar atrás e se olha dentro dos albergues, a cidade está horrorosa. É um problema sério. A gente tem discutido muito isto. O problema é: que outras soluções nós temos pra cidade?

As moradias provisórias poderiam constituir-se em uma saída concreta das ruas e ao mesmo tempo numa disputa pelos rumos da política habitacional. Entretanto, o projeto perde força na medida em que os técnicos envolvidos com a coordenação da *oferta* funcionam como anteparo para as reivindicações dos ex-moradores de rua ou albergados quando estes começam a organizar-se e reivindicar mudanças nas regras do programa. No condomínio situado no número 1645 da avenida Brigadeiro Luis Antônio²⁰ moram cento e dezoito pessoas, distribuídas em vinte e quatro quitinetes com cozinhas coletivas. Dos cento e dezoito inquilinos, vinte e quatro são homens sozinhos que dividem quatro apartamentos; as outras pessoas formam vinte famílias desta moradia provisória. Este é um dos treze conjuntos espalhados pela cidade, resultado do Programa Acolher, que reúne ao todo, entre adultos e crianças, quatrocentos e quarenta e oito pessoas em moradias provisórias.

Encaminhados pelos albergues ou pelos outros projetos da rede de atendimento²¹, os candidatos às vagas nas moradias provisórias precisam ter alguma renda que garanta o pagamento da taxa de condomínio, além de despesas com alimentação, cuidados da casa e outras despesas pessoais. Cada família ou indivíduo poderá ocupar os imóveis alugados diretamente pela Secretaria por no máximo um ano. Neste período, espera-se que tenham condição de reorganizar suas vidas e conseguir transferir-se para um outro lugar.

Os condomínios estão sob coordenação e supervisão de entidades conveniadas que têm a incumbência de organizar o grupo, realizar atividades de formação, encaminhar os moradores para os programas da Prefeitura ou para vagas de emprego, além de ajudar na organização da manutenção do condomínio. A Prefeitura aluga o imóvel diretamente do proprietário e paga as contas de água e luz. A manutenção cotidiana do imóvel fica a cargo da entidade conveniada que recebe recursos municipais para isto e dos moradores que executam os serviços de limpeza e manutenção geral e contribuem com uma taxa. Os

²⁰ A visita à moradia provisória na avenida Brigadeiro Luis Antônio foi feita em companhia da equipe do Centro de Estudos de População de Rua, coordenado por Cleisa Maffei Rosa. Neste dia, 8 de março de 2004, passamos a tarde no condomínio conhecendo a experiência, visitando os apartamentos e conversando com a coordenação e com os moradores do condomínio. Entretanto, as conversas não foram gravadas, as referências feitas ao longo do texto são oriundas do caderno de campo da pesquisadora.

²¹ Reencontrei Lauro (convivente do Recanto do Novo Dia do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos) nesta moradia provisória. Além disto, quase todas as pessoas com quem conversamos tinham ligações com outros trabalhos e/ou entidades na cidade. O processo de seleção dos futuros moradores dos condomínios começa a partir da indicação feita pelos técnicos dos equipamentos conveniados pelo Programa Acolher.

recursos repassados para entidades através dos convênios servem também para pagamento da equipe técnica que acompanha o trabalho.

O suprimento de mobília para uso dos moradores é de responsabilidade das entidades. Está em negociação que a Prefeitura forneça alguns equipamentos eletrodomésticos mínimos para funcionamento das casas. No condomínio da Brigadeiro, todos os apartamentos têm beliches e armários conseguidos por doações pela AEB (entidade que coordena o trabalho), e outros móveis que variam de acordo com as doações conseguidas e necessidades das famílias ou grupos de solteiros.

Na Brigadeiro, cada família paga mensalmente R\$ 40,00 e os solteiros R\$ 30,00 para despesas de condomínio. Realizam-se assembléias para discussão dos temas e questões gerais referentes ao condomínio e reuniões de acompanhamento individualizado para cada morador ou família, além de funcionarem quinzenalmente os grupos de discussão temáticos: trabalho (levanta e propõe alternativas de trabalho, coletivas e individuais), cidadania (que vem discutindo questões de saúde, principalmente DST e Aids e temas relacionados à recuperação da auto-estima), família (atendo-se às questões de convivência) e mulheres (questões de gênero e violência), além de um grupo religioso (chamado grupo de louvor) cuja participação não é obrigatória e o acompanhamento não é do grupo de agentes coordenadores-educadores do condomínio.

Os moradores da Brigadeiro estão organizando-se espontaneamente e à revelia da coordenação da AEB, numa associação. Marco Antônio, morador solteiro da casa, contou sobre a iniciativa do grupo ao comentar a necessidade de se alongar o tempo de contrato dos ex-moradores de rua/albergados com a Prefeitura. A associação dos moradores, embora não esteja regularizada juridicamente, reúne-se regularmente e no início de suas atividades não contou com a cooperação da equipe de coordenação da AEB. Inicialmente, segundo Rodrigo, psicólogo membro da equipe da entidade, os moradores reivindicaram a substituição da equipe conveniada, uma vez que entendiam que esta não era sua aliada na luta pelo alongamento do prazo de estadia no equipamento. A avaliação do educador Rodrigo, que julga inadequadas e equivocadas as razões primeiras para a organização dos moradores do condomínio, deixa transparecer a maneira como muitas vezes os técnicos e/ou agentes das entidades assumem sem crítica a posição da Prefeitura na relação com os moradores de rua, funcionando na maior parte das vezes como braço da sua ação, defendendo as razões de estado em detrimento de uma posição de questionamento das regras estabelecidas nos programas e linhas de atuação. O fomento de um trabalho sócio-

educativo com vistas à autonomia —tantas vezes defendido pelos técnicos e pelo próprio poder público— não deveria apoiar iniciativas como esta de organização?

Eu acho que uma das saídas era, aos poucos, as pessoas terem esta autonomia, né, mas é complicado porque quando a pessoa tem autonomia a gente manda ela embora. (...) Porque ela começa a dar trabalho, né? É, nos albergues é assim. Você trabalha, trabalha... É a contradição que você vive. Você trabalha, trabalha com a pessoa, a pessoa consegue ajeitar a cabeça, consegue ter seu próprio pensamento, sua própria reflexão e aí ele vai exigir coisa, e aí entra em conflito com os outros poderes, né. Aí o mais forte vence e o mais forte é a instituição. Então, é um mundo complicado este. (Alderon Costa, Rede Rua)

Para além da constatação dos limites reais do discurso da autonomia, importa salientar dois aspectos: o primeiro, acima referido, é o papel importante que os técnicos e agentes sociais que trabalham diretamente com a população de rua cumprem seja no sentido de fortalecer suas lutas seja no sentido de funcionarem como anteparo para os conflitos com o poder público. O segundo aspecto: esta incipiente organização autônoma que começa a esboçar-se não tem o apoio de nenhum movimento social urbano que lhe permita formular e/ou partilhar uma reivindicação mais geral, engajando-os num campo propriamente político, no momento que questionam, por exemplo, as regras do programa de moradia provisória. Esta articulação poderia dar novos conteúdos a suas reivindicações e, quiçá, questionar a não inclusão de moradores de rua no programa de locação social da SEHAB²² —ou seja, incidir sobre os rumos da cidade.

Marco Antônio, no seu breve relato, conta sua trajetória pelos albergues da cidade e a dificuldade em conseguir um emprego sem um endereço ou quando o endereço é a marca do estigma de viver na rua: o endereço do albergue. Três meses depois de seu ingresso na moradia provisória, conseguiu “um trabalho de carteira assinada” como vigilante na sede da Bancoop (cooperativa do sindicato dos bancários), mesmo que “somente” por meio período, o que lhe rende quatrocentos reais: “se fosse o nosso piso já dava pra alguma coisa, né?”. Marco aponta ainda a imprevisibilidade na vida que resulta do tipo de trabalho conseguido aliado ao pouco tempo de permanência na moradia provisória; muitas vezes os trabalhos que conseguem são temporários, o que gera incertezas quanto a possibilidade de pagar o aluguel de um quarto ou de uma casa por um tempo maior. Os fantasmas do

²² O Programa de Locação Social deverá atender pessoas com renda de 0 a 3 salários mínimos, faixa de renda tradicionalmente não atingida pelos financiamentos públicos de habitação. Inicialmente, um acordo entre a SEHAB e a SAS disponibilizaria vagas para a população de rua. A primeira etapa de entrega do programa, entretanto, não contemplou os moradores de rua. Suponho que tal veto tenha a ver com as fontes de financiamento do programa, o BID, e sua exigência de não concessão de alta faixa de subsídio para os beneficiários do programa. Importa salientar que os recursos de financiamento do parque de locação são oriundos de convênios de cooperação com o Banco, que além disto, monitora a implantação do programa.

albergue e da rua continuam a assombrar, e deles todos ali estão correndo: “voltar pra trás [pro albergue] é a pior coisa”, como disse o companheiro de quarto de Marco Antônio. Esta articulação que Marco Antônio faz, mas não só ele, aponta-nos a necessidade (já citada anteriormente) de pensar conjuntamente uma política de geração de emprego consistente articulada à política habitacional para diferentes extratos renda, incluindo-se aí a população de rua.

Diante da pergunta sobre qual a cidade que se quer, e da perplexidade da constatação do caráter de confinamento que a atual “política” de atendimento à população de rua acaba delineando ao priorizar o albergamento, a experiência das moradias provisórias e a negação de vagas de locação social para moradores de rua reacendem a polêmica em torno da disputa por fatias do fundo público municipal e do papel fundamental que as políticas públicas cumprem na vida e na representação dos sujeitos públicos. Importa lembrar que o movimento de moradia em São Paulo, articulado na UMM, à época da gestão de Luiza Erundina, teve um grande salto de organização em função do estabelecimento de uma política habitacional que privilegiou a construção de conjuntos habitacionais através de mutirões autogestionários. Não se trata, é claro, da mesma situação: no final da década de 1980, tratava-se de um movimento popular propriamente dito que, em função de sua organização e lutas anteriores, garantiu um programa que se adequava também a sua pauta de reivindicações. A questão é: as políticas públicas têm sim papel determinante na dinâmica social e política da cidade, mas parece que este peso não é objeto de disputa, sucumbimos diante da “fatalidade” da desigualdade e da pobreza, como se estas fossem pura natureza.

É nesta cidade que está a repor a pobreza no seu lugar de sempre, de natureza e mácula no processo de modernização brasileiro, que estão em construção duas experiências que podem ajudar a entender e a problematizar a rua e o programa de atendimento à população que nela vive, iluminando aspectos e trazendo à tona elementos para pensar criticamente a trajetória das classes oprimidas ou daqueles que se reivindicam trabalhadores no Brasil. São essas: a coleta seletiva de lixo em curso e sua interface com as cooperativas de catadores de papel e a experiência de assentamentos rurais do MST com população de rua.

Delas nos ocuparemos a seguir.

Capítulo 4 - Duas experiências no espelho da autonomia: o Programa de Coleta Seletiva Solidária e o assentamento de reforma agrária D. Tomás Balduino

Pequena nota sobre a linha *autonomia* do Programa Acolher

A linha denominada *autonomia* do Programa Acolher além de contar com atividades/programas de moradia provisória, de atendimento à saúde (comunidade terapêutica) e com o atendimento dos restaurantes populares, desenvolveu parceria com a Secretaria do Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade (SDTS) para encaminhamento de moradores de rua e/ou albergados para os programas sociais municipais. São, segundo os dados oficiais de novembro de 2003, mil vagas preenchidas por moradores de rua no programa Operação Trabalho e setecentas pessoas atendidas através do Renda Cidadã.

Contraditando a formulação inicial do programa Acolher, os programas sociais não estão inseridos articuladamente no atendimento prestado pela SAS à população que vive nas ruas ou que utiliza os serviços de acolhimento de maneira circunstancial. Nas moradias provisórias, por exemplo, não há uma ação sistemática de encaminhamento dos moradores/inquilinos a nenhum destes programas, não há na normatização do programa nenhuma cláusula que vincule o morador dos condomínios a qualquer destes programas sociais. Mesmo internamente à Secretaria do Trabalho não há disposição das instâncias responsáveis em estabelecer regras próprias para o acesso aos programas pelos moradores de rua atendidos por outras iniciativas estatais; o cidadão que quiser candidatar-se a uma bolsa qualquer deverá necessariamente passar por todo o processo de habilitação definido para cada uma destas linhas de financiamento.

A Secretaria de Assistência Social mantém na linha *autonomia* outro programa denominado Núcleo de Incentivo à Economia Solidária/Capacitação Profissional, que atualmente dispõe de nove equipamentos espalhados pela cidade, atendendo a novecentas e vinte pessoas. Através de convênios com as entidades de atendimento são repassados recursos para desenvolvimento de atividades de capacitação profissional e atividades de reforço às iniciativas de cooperativas e/ou geração de renda. Através dos convênios são pagos os custos de infra-estrutura e de pessoal para desenvolvimento de atividades de oficinas, com as quais se espera capacitar os moradores de rua (nesta perspectiva, tomados como trabalhadores desempregados e necessitados de requalificação profissional) para reingresso no mercado de trabalho ou, com um pouco mais de realismo, possibilitar que

desenvolvam alguma atividade que lhes gere renda. Os convênios em vigor são firmados com as entidades que desenvolvem trabalho com as cooperativas de catadores como a Coopel, que relatarei em seguida.

Da rua para o trabalho: a história de uma cooperativa de catadores de papel

—E se pela última vez
me permite perguntar:
não existe outro trabalho
pra mim neste lugar?

—Como aqui a morte é tanta
só é possível trabalhar
nessas profissões que fazem
da morte ofício ou bazar.

(diálogo entre Severino e a mulher na janela,
em *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto)

A Coopel é uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis ligada ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Juridicamente a Coopel é uma associação e não uma cooperativa, em função das dificuldades do trabalho e da gestão autônoma, exercida pelos catadores¹. A formação do grupo de trabalho do Gaspar Garcia tem raízes na pastoral da moradia: um grupo de pessoas que atuava na arquidiocese de São Paulo, com o grupo mais progressista da Igreja Católica, “ach[ou] que era importante se institucionalizar, e criar mais raízes não tão ligadas à questão da igreja, da Cúria” (René²), abrindo espaço para um trabalho voltado para a questão da moradia, sobretudo para as populações encortçadas no centro da cidade. Desde o início de sua formação, o Gaspar Garcia contou com o auxílio de entidades de cooperação internacional, que colaboravam com recursos para a manutenção das atividades. Neste grupo inicial de pessoas que montou o Centro, algumas estavam ligadas à OAF (Organização Auxílio Fraternal), que nesta época já atuava junto à população de rua.

A escolha de trabalho voltado aos moradores de rua foi uma decorrência quase natural, “foi um passo”, deste vínculo com a OAF. O primeiro trabalho desenvolvido foi a abertura de uma casa situada na rua Nioac, nos arredores da praça da Sé, para atendimento

¹ Esta argumentação é dos técnicos que trabalham na Coopel e no Gaspar Garcia, e será objeto de discussão mais à frente.

² René é coordenador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; os trechos aqui reproduzidos são de entrevista concedida à pesquisadora em 16 de julho de 2002.

à população de rua, “não era um atendimento assistencialista, era uma casa onde eles podiam conviver, tanto que o nome dele, hoje, chama Recanto do Novo Dia” (René). O atendimento à população de rua no Gaspar Garcia começou com o fornecimento de banho, lavanderia e lanche e, aos poucos, desdobrou-se na iniciativa de montagem de uma cooperativa de catadores de material de papelão e material reciclável. Frequentavam o Recanto alguns carrinheiros e catadores da região e, deste convívio, os técnicos e agentes sociais do Recanto tiveram a idéia de “reuni-los e tentar uma experiência de cooperativismo ou, pelo menos, de associação, até que tivessem maturidade ou um grupo forte e pudessem montar uma cooperativa” (René). Neste mesmo período estava em construção a Copamare, cooperativa de catadores organizada pela OAF, que viria a transformar-se numa importante referência, assim como a Asmare de Belo Horizonte, para o movimento de articulação nacional dos catadores de papelão.

Antes de instituir formalmente a Coorpel, em 1990, foram três anos de atuação junto aos catadores, com reuniões, abordagens nas ruas, convencimento, mais reuniões. Alemão conta o longo processo de formação da cooperativa:

Aí voltei pro mesmo depósito, morei muito tempo. Aí, foi um grupo na rua São Paulo conversar comigo, né, já me conhecia. O “Direitos Humanos” já conheço há muito tempo. Só que foi lá um grupo: Aline, foi o Gilberto lá, chegou lá, e falou comigo: ‘Alemão, vamos participar de uma reunião para abrir uma cooperativa?’. Eu disse: ‘é, vamos tentar, né, mas não deu certo como é que essa agora vai dar?’. Ele falou: ‘vamos lutar e a gente vai conseguir’. Lutamos, lutamos, muitas reuniões, sempre chamava mais catadores, sempre fazia umas comidas lá pra pegar mais gente. Era três, quatro pessoas fazendo reunião para abrir a cooperativa. Depois de uns tempos, entrou uma pessoa para ajudar a gente, né, pra ajudar a gente a formar um grupo para gente abrir uma cooperativa pra gente sair do depósito, porque a gente é muito explorado no depósito.

Depois destes anos de reuniões o Gaspar Garcia viabilizou junto à entidade inglesa *Guerra contra a miséria*, um financiamento para o pagamento dos educadores do projeto e para a compra de equipamentos, além do pagamento do aluguel da sede da nascente cooperativa. De lá para cá a Coorpel saiu da rua Nioac e foi para um espaço maior na Luz, perto do metrô, um terreno alugado da Cúria Metropolitana, onde funciona desde 1998; a entidade inglesa continua apoiando financeiramente, mas com um volume de recursos bem menor.

O trabalho da Coorpel é coordenado “pelo apoio”, nome pelo qual é chamado o grupo de técnicos e agentes sociais que organizam as tarefas cotidianas, fazem o controle dos pagamentos e recebimentos, a pesagem dos materiais e o acompanhamento dos membros e das atividades da cooperativa. Este grupo, contratado pelo Gaspar Garcia, é

composto por assistentes sociais, educadores, motorista, pessoas com trajetórias diversas, sendo que alguns nunca tinham trabalhado anteriormente com a população de rua. O atual convênio com a prefeitura, dentro do Programa Acolher (como citado anteriormente), viabilizou a contratação de mais pessoas para “o apoio”.

O grupo de catadores é composto por pessoas que vivem nas ruas, ex-moradores de rua que atualmente moram em pensões, moradores de albergues, ex-presidiários, pessoas que perderam o emprego. A grande maioria dos que trabalham ali é homem, alguns poucos casais fazem parte da cooperativa e trabalham juntos; as mulheres fazem os trabalhos internos. René aponta para o fato de que os catadores são muito mais “articulados” do que os moradores de rua atendidos no Recanto do Novo Dia, outra casa mantida pelo Gaspar Garcia, mas sem convênio com a SAS. Exemplo disto é que continuam mantendo vínculos com familiares e amigos, têm uma situação habitacional definida e mais definitiva, estabelecem vínculos com o grupo mais facilmente e mantêm estes vínculos. Essas diferenças que podemos perceber internamente à Coopel, inclusive de trajetória de emprego —muitos trabalham com a reciclagem por falta de outro trabalho—, são motivo de vários problemas e dificuldades no desenvolvimento do trabalho na cooperativa. Apesar do público atendido neste projeto não ser exclusivamente composto por moradores de rua, há ligações muito estreitas com o mundo da rua, até mesmo pela origem do trabalho e também pelo reflexo das trajetórias de vida que acabam conformando esta quase coincidência entre moradores de rua e catadores de papel. Atente-se para o fato de representantes da Coopel participarem de fóruns de reciclagem e das discussões sobre população de rua, além de participarem ativamente das mobilizações do Dia de Luta.

Compõe o corpo de associados um grupo que varia entre vinte e trinta pessoas. Mesmo sendo um público flutuante, um grupo mais orgânico está constituído e seus membros são os mais antigos da cooperativa ou seus fundadores. O ingresso no projeto é feito por indicação de um dos cooperativados, por convite dos técnicos ou por disposição voluntária dos carrinheiros ou carroceiros que resolvem “pedir um lugar” na cooperativa. Depois de indicado, o novo cooperativado “fica na experiência” durante um tempo: é um tempo de conhecimento, no qual a cooperativa avalia o desempenho do novo membro, sua produção, seu comportamento, enfim, “eles [o apoio] fazem uma experiência, igual à firma, que tem três meses, não tem?” (Marli); experiência que depois será discutida na reunião com o conjunto dos associados para a integração definitiva (ou não) do novo catador à Coopel.

Cada um dos catadores tem um box na sede da Coopel onde guarda o material

coletado na rua e o separa por tipo, antes da pesagem. Se o catador não tem seu próprio carrinho (ou carroça, eles falam dos dois modos), poderá usar um carrinho emprestado da cooperativa e quando tiver condições financeiras irá comprá-lo da cooperativa ou fazer o seu próprio. À medida que a cooperativa cresce, há mais problemas com este procedimento, uma vez que isto é um acordo verbal e que sempre há entendimentos diferentes e divergentes do que significa “ter condições de pagar pelo carrinho”.

Cada cooperativado pode trabalhar sozinho na catação e separação do material ou, se preferir, poderá ter outras pessoas trabalhando com ele. É comum que o catador saia para pegar o material ou nos pontos já agendados anteriormente ou “fazendo sacaria” (que consiste em pegar saco de lixo aleatoriamente para ver se há material reaproveitável) e tenha uma pessoa para separar o material. Este separador trabalha na sede da cooperativa, no box ou na mesa de separação, e recebe por dia ou por um percentual do que foi pesado, diretamente do catador que lhe contratou.

Neste trabalho de separação as mulheres são maioria, ao contrário do trabalho de coleta na rua, majoritariamente masculino. Na Coorpel somente Marli trabalha com o carrinho na rua. Muitos dos que trabalham na separação do lixo são moradores de rua que os catadores conhecem que, precisando de trabalho “pra ganhar uns trocos”, começam a trabalhar ali³.

Além deste trabalho individual de cada catador, a Coorpel tem um grupo de coleta seletiva. Este grupo inicialmente funcionava com alguns catadores voluntários, o material coletado nos pontos era dividido entre os dois catadores que fossem buscá-lo. Para buscar este material utilizava-se uma perua do Gaspar Garcia, mas a perua tinha poucas saídas. A separação do material era feita também por quem tivesse coletado com a ajuda de duas senhoras, uma delas inclusive fazia serviços de limpeza na sede da Coorpel. Durante algum tempo, a maior parte do material coletado foi vidro e garrafas *pet*, o que não garantia um bom rendimento para aqueles que ali trabalhavam. Depois de idas e vindas, reformulações, saídas e entradas de catadores, a coleta seletiva hoje conta com um grupo grande de pessoas e com um funcionamento paralelo à catação individual, mas apenas dois catadores antigos continuam na seletiva: d. Maria Sílvia e Alemão. Houve de certo modo uma reconversão do trabalho da seletiva e, com os novos contratados pelo convênio com a SAS, pode haver um acompanhamento mais sistemático desse trabalho. Hoje, por haver um carro e um motorista à disposição da coleta seletiva para buscar material, por se haver

³ Encontrei pessoas que trabalhavam na sacaria da Coorpel em outros serviços de atendimento à população de rua, o que confirma a impressão inicial de constituição de uma rede de atendimento, solidariedade e sobrevivência na rua, que passa também pelas cooperativas ou projetos de geração de renda.

desenvolvido uma “cultura” na sociedade de separação do lixo reciclável e pela garantia de pontos fixos de coleta foi possível aumentar o volume de material arrecadado, garantindo alguma regularidade no trabalho e no rendimento daqueles que estão na coleta seletiva. Os catadores ingressantes são alocados na seletiva como uma experiência de integração ao grupo e, sobretudo, como uma maneira de começar a trabalhar e juntar algum dinheiro para aqueles que não têm carrinho, nem pontos de papel na rua. Atualmente, a maior parte desses catadores é muito jovem, aparentam não ter mais do que vinte e cinco anos. O dinheiro arrecadado com a venda do material reciclável selecionado é dividido igualmente entre os que participam do trabalho da coleta seletiva. A Cooprel também participa do Programa Coleta Seletiva e Solidária, fazendo parte da Central Sé junto com a Cooparame e Recifran⁴.

A sede da cooperativa abre de segunda à sexta, das 7 às 22 horas, e aos sábados, somente pela manhã. Nestes períodos os catadores podem chegar com suas carroças a qualquer momento. Depois dos horários estipulados não é permitido descarregar material. Um dos catadores cumpre a função de vigia da cooperativa, dorme na sede, é responsável por abrir e fechar portões e, em certa medida, pela segurança dos carrinhos que ficam à noite na Cooprel.

A Cooprel funciona com comissões ou grupos de trabalho para acompanhar as atividades externas de discussão e representação, assim como para os trabalhos internos de acompanhamento dos assuntos de interesse coletivo. Há uma reunião semanal com o grupo todo na qual se discutem as questões pontuais a serem encaminhadas e também a reestruturação do trabalho, novas diretrizes, novos projetos, enfim, tudo o que diga respeito ao funcionamento da cooperativa. A maior parte dos temas e propostas de atividades é trazida pelo “apoio” e a coordenação da reunião está igualmente sob sua responsabilidade. As outras comissões específicas se reúnem em horários diferentes e levam para a reunião semanal os informes de sua atuação e das discussões internas e externas. A conta bancária é controlada e movimentada por um dos do “apoio”, com o acompanhamento de um grupo de catadores, bem como a negociação com os aparistas e compradores em geral do material. Nenhum dos catadores recebe por este trabalho.

Esta divisão dos trabalhos e atribuições não se faz sem tensões. Há uma luta surda (mas que às vezes torna-se bastante ruidosa) em torno do controle das decisões e diretrizes, sobre as funções administrativas e as negociações dos valores de comercialização do material coletado, enfim, sobre a gestão da cooperativa. Esta disputa reflete, a meu ver, a

⁴ Este programa será objeto de debate detalhado mais à frente.

tensão e a luta em torno do que se entende por autonomia destes catadores em relação ao seu próprio trabalho e a sua própria vida, por extensão. O que animava o trabalho desta e de outras entidades que se voltaram para os moradores de rua, no sentido largo do termo, era a possibilidade de um trabalho diferenciado em relação às práticas de assistência social, procurando estabelecer um espaço de atuação autônoma, por isso, a defesa de formas de inserção produtiva e lucrativa para estas pessoas. A questão é: o que cada um entende por autonomia? Quando estão as pessoas “prontas” para exercer o controle sobre sua vida e seus negócios?

Toda a argumentação das entidades (mesmo as progressistas) acentua a dificuldade —real sem dúvida, mas também suposta e imputada— destas pessoas em organizar-se e lidar de novo com as “coisas práticas” da vida. Há uma percepção e uma fala generalizada —não somente na Coopel— de que, em função de uma trajetória de vida de perdas e de desorganização das referências e vínculos sociais, é preciso primeiro “reconstruir os indivíduos” para que, depois de “reconstruídos”, possam assenhorar-se de si e de suas vidas. Esta forma de ver e de organizar a “reinserção”, porque é disto que se trata, reproduz, em algumas situações, divisão de trabalho e clivagens hierárquicas, limitando as possibilidades de uma atuação e uma experiência verdadeiramente autônomas, que pressupõem, inclusive, erros, desacertos, avanços e retrocessos por parte daquelas pessoas.

Por outro lado, e voltando à questão do limite da vida, as experiências de desacertos ou de retrocessos poderia significar uma *volta à rua* e, portanto, uma volta a uma vida desestruturada e que em alguns casos, significaria a própria morte das pessoas. Diante destas possibilidades, diante deste limite tênue da vida, como pensar a autonomia? Há um mínimo de “inclusão/organização/estrutura” vital suposto na autonomia? Será que nos deparamos com a discussão, com a disputa em torno da normatização da exceção?

Roberto, um catador da Coopel que seria entrevistado para esta pesquisa, cometeu suicídio em julho de 2002, decorrência de uma crise psiquiátrica. Presenciei uma conversa dele com Amélia (assistente social integrante do “apoio” da cooperativa) na qual relatava os dias que sumira da Coopel, sem saber direito quanto tempo ficara na rua, em surto. Depois de sete dias, desde sua última ida à cooperativa, Roberto reapareceu pedindo ajuda para a viabilização de seu tratamento psiquiátrico. No momento de seu suicídio, Amélia estava encaminhando sua internação na rede pública. Esta história triste nos mostra um dos aspectos e dos problemas que caracterizam a vida da população de rua: parte dela sofre de doenças mentais, algumas anteriores ao sair para a rua e outras adquiridas na rua em função de envolvimento com álcool e drogas e da situação de degradação a que são

submetidos. Mas a morte deste e outros Robertos flagra sobretudo um instante da experiência limítrofe desta população e obscurece as tentativas de definição da relação entre a *vida mesma* e a autonomia pretendida nestes atendimentos e serviços assistenciais.

O trabalho de autonomização da vida destes homens de rua passa, para os técnicos da Coorpel, por reinseri-los nos serviços e atendimentos públicos existentes na cidade. Na contramão de um movimento de incorporação de todas as dimensões da vida dentro de projetos sociais —orientação acatada, inclusive, por alguns movimentos sociais organizados como o de moradia—, os técnicos da Coorpel (e não só dela) tentam encaminhar os usuários do serviço ou do projeto, com a intenção de reinseri-los socialmente, priorizam o encaminhamento para os serviços que atendem a população em geral da cidade e não para a rede de atendimento específico à população de rua. Exemplo disto foi o esforço feito pela Coorpel de reencaminhar os catadores para a escola e para um posto de saúde para um *checkup* completo e tratamento, quando necessário. Movimento respaldado pela Lei de atenção à população de rua mas que, em certa medida, refuta a própria idéia de uma legislação específica destinada à população de rua, uma vez que reivindica um atendimento universal para ela.

Viabilizadas pelo convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo, a Coorpel vem realizando algumas atividades e oficinas. Estas oficinas de produção teriam caráter profissionalizante, uma intenção de qualificar as pessoas que delas participassem de modo que, com estes novos conhecimentos ou habilidades, pudessem desenvolver uma atividade profissional ou auferir algum rendimento através disto. Há a tentativa de conciliar uma atividade terapêutica à outra produtiva, e isto se daria através de atividades artesanais, sobretudo com materiais reaproveitáveis e recicláveis. Esta conciliação, mesmo para os técnicos que desenvolvem os projetos, não é algo imediatamente factível. As atividades desenvolvidas até agora estão majoritariamente na chave da ressocialização e a transposição deste marco não é simples e me parece, não provável, dada sua natureza e constituição.

De certa maneira, este tipo de trabalho vai ao encontro de uma diretriz de atuação que entende a necessidade de recompor o vínculo dos moradores de rua com o trabalho na chave da moralidade e não prioritariamente como uma forma de sobrevivência e de inserção no campo dos direitos sociais. Este entendimento não é recente nem restrito, ao contrário, percorre e estrutura muitos atendimentos prestados pelas entidades assistenciais⁵.

⁵ Parte desta discussão sobre o trabalho e as formas de atuação das entidades e do poder público pode ser encontrada em Vieira et ali (1992), especialmente páginas 140 a 147.

O que parece também ter acontecido é que esta visão espalhou-se para dentro dos programas oficiais. O trabalho —atividade e categoria sociológica— deslocou-se mais uma vez neste movimento das entidades de atendimento. Agora, porém, eximindo-se da possibilidade de contestação da divisão das parcelas no mundo, este trabalho não mais tem a força de instaurar uma nova cena, reivindicar igualdade dos moradores de rua, sua participação nos assuntos do mundo, tornou-se apenas labor-terapia.

Com o estabelecimento destes dois convênios com a SAS, algumas tensões adormecidas voltaram à tona na Coopel. O centro da disputa diz respeito à destinação e à divisão do dinheiro do convênio internamente. Houve questionamento dos cooperados sobre as contratações feitas com os recursos conveniados, o que revela a expectativa de que a indicação das contratações pudesse ser discutida com o conjunto dos associados e que pudesse reverter em ganhos diretos para os próprios cooperados. De alguma forma, o que os catadores estão dizendo é que se a cooperativa é deles e se o projeto é feito em seu nome, a eles pertencem, em última instância, os direitos de decisão sobre o dinheiro e sobre o destino da cooperativa e deles próprios, por decorrência direta. Desta forma, através do questionamento sobre os critérios de repartição e da condução deste convênio com a PMSP, o que se contesta é o próprio modo de funcionamento e de decisão da cooperativa. Por este mecanismo discursivo, os catadores inquiram o próprio sentido de um trabalho autônomo e os critérios internos de justiça.

As reuniões semanais da cooperativa são os momentos nos quais se discutem as formas de organização da cooperativa, a atribuição de tarefas, a divisão de responsabilidades e os critérios e normas de funcionamento da Coopel. Numa reunião que assisti explicitou-se a disputa entre os catadores e os técnicos, à semelhança do que se observa nos movimentos sociais organizados: uma luta em torno da autonomia de decisão e dos rumos do trabalho. Só que aqui o que está em pauta diz respeito à sobrevivência cotidiana destes homens e mulheres, o que agudiza a tensão, uma vez que há a percepção (verdadeira, eu acho) de que os objetos de discussão e disputa têm implicação direta sobre a quantidade de dinheiro que cada um terá como remuneração do seu trabalho e, portanto, sobre sua sobrevivência imediata.

Todas as brigas e discussões que pude presenciar ou que me relataram posteriormente diziam respeito às coisas do cotidiano. Do almoço que não corresponde às expectativas, à decisão sobre o mínimo que cada um deve catar na quinzena, o que é objeto de discussão está muito colado ao mundo das necessidades, para usar os termos de Arendt. Ainda assim, pude ver como, mesmo ali na discussão em torno da garantia da

sobrevivência, há a tentativa de alguns “apoios” e dos catadores em transcender aquele limite, trazendo para o centro da discussão algumas noções que parecem embaralhar os termos do debate sobre a pobreza e o mundo da necessidade. Quando discutiram o mínimo a ser catado por cada um, os participantes da reunião mobilizaram argumentos que traziam à tona a necessidade de valorização do trabalho daqueles que cumpriram os acordos e não da punição aos outros que não o fizeram, numa clara tentativa de fugir à forma dominante da “lei do mais forte”⁶ na qual vivem e da afirmação de uma dimensão positiva do trabalho. Traziam também, consoante a este argumento, a defesa da possibilidade de inserções diferentes de cada um dos catadores no grupo, e as regras da cooperativa não devem fechar estas possibilidades.

Mais uma vez, os catadores/moradores de rua encontraram-se numa reunião ordinária para assuntos cotidianos diante do mundo da necessidade, defrontados com o embate em torno do estabelecimento de um mínimo mundo comum que lhes permita transpor os limites de uma vida marcada pelo imperativo da sobrevivência e experimentar a possibilidade de perceber o mundo como construção, a um só tempo, individual e comum. Um mundo coalhado de ambigüidades e de avessos.

Coleta seletiva e as cooperativas

Em junho de 2001, em Brasília, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, com a participação de mil e quinhentos catadores de todo o Brasil, duzentos técnicos e agentes sociais, e a Primeira Marcha de População de Rua, com três mil presentes. Este evento marca a instauração do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a instalação de uma Comissão Nacional de Catadores. Seria mais um dos tantos encontros e eventos populares, não fosse a peculiaridade de seus participantes e membros efetivos.

A maior parte daqueles que hoje são chamados *catadores* constituíram-se, ao longo da década de 1990, como tal a partir do trabalho da Igreja Católica e de grupos de assistência de reunião e organização de pessoas que até então freqüentavam algumas entidades de atendimento à população de rua e sobreviviam nas ruas catando papelão e materiais recicláveis diversos, vendendo seu material para os ferros-velhos. Antes de ser

⁶ A figura da vida na rua como lei da selva é de Eduardo, membro da Coopel, que viveu treze anos nas ruas em São Paulo: “Às vezes por causa de um saco deste aí, o outro mete a faca, qualquer um mete a faca no outro. (...) A lei do mais forte. Pergunte pra qualquer carroceiro, que ele vai te falar isto. As ruas é a lei do

uma questão ambiental, uma questão de interesse comum da cidade, a catação de papel para posterior reciclagem tem sua origem na sobrevivência de parte da população de rua.

“Então, foi uma época que eu estava na rua e se juntando com uns colegas meus, né, aí nós pegávamos o papelão na rua pra botar embaixo e dormir, né. Aí num deste dias, a gente pegou bastante deste papelão redondo —sabe este de fazer mudança, de rolão?— e nós pegamos. Aí teve um colega que falou: ‘olha, este papelão se for aqui embaixo na Luz, ele dá pra ganhar um dinheiro com ele’. Aí nós fizemos isto, eu mais um colega fizemos isto: levamos e trocou num dois, três reais, na época. Só que não era real. Aí, como a gente não tinha nada pra fazer, nós começamos a fazer isto: juntava de noite, no centro e trazia nesta rua aqui embaixo, nesta rua aqui. Aí, via que dava pra fazer uns troquinhos., que aquele troquinho dava pra comer, dava pra beber um café, né, e continuamos fazendo. Aí conhecemos, nessa caminhada nossa a Comunidade Sofredores de Rua, né. Só que neste tempo, ninguém ligava muito pra reciclagem e levamos esta implantação, e começamos a conviver com o pessoal lá, e levamos este trabalho pra lá. E deste trabalho surgiu a ... deu o começo da Copamare, lá, né. Aí depois de uns tempos, aí a Copamare também depois que evoluiu um pouco mudou de local. Aí eu voltei a trabalhar mas não em cooperativa mas em ferro-velho.” (Avelino)

Em São Paulo duas entidades são pioneiras na organização dos moradores de rua que trabalhavam com coleta de material nas ruas, a OAF e o Centro Gaspar Garcia. O longo caminho percorrido pelas duas entidades para constituição de uma alternativa de trabalho e renda para esta população culminou na formação de duas cooperativas de catadores, ainda hoje assessoradas pelos seus “apoios”, a Coorpel, ligada ao Centro Gaspar Garcia, e a Coopamare, ligada à OAF; estas têm suas histórias entrelaçadas pela troca de experiências e informações e de técnicos e agentes pastorais. As duas experiências de organização das cooperativas mostram claramente como população de rua e catadores estão intimamente ligados, ainda que não sejam termos/categorias coincidentes. A origem comum é justamente o *ir para rua*, o *tornar-se da rua*, o processo de empobrecimento da população e as formas “alternativas” de sobrevivência desta população na rua, que aliada a outros expedientes garantem algum dinheiro. Hoje organizados em cooperativas, muitos catadores começaram sua atividade *simplesmente* para garantir sua sobrevivência, catavam papelão pelas ruas e trocavam nos depósitos da cidade.

Os catadores foram às ruas por causa da sobrevivência; os catadores, depois, alguns assumiram isto como trabalho e descobriram aí a possibilidade de um trabalho organizado e até mais, de uma categoria profissional, foi um processo que eles fizeram. E dentro desta questão, assumir não só a sobrevivência, a qualidade de vida mas também todo este conjunto que é a questão da reciclagem e a questão deste trabalho profissional que está ligada a questão ambiental, preservação ambiental, meio ambiente e tudo e esta questão mesmo da limpeza urbana da cidade. Porque ele é um profissional que presta serviço a coletividade,

primeiro, resgatando a matéria prima, resgatando a economia de energia, a questão da reciclagem propriamente; esta questão da limpeza urbana, de estar prestando um serviço ao poder público e ao mesmo desonerar o poder público de uma quantidade de material que além da prefeitura não precisar pagar pras empreiteiras recolherem, também poupa o aterro sanitário. Acho que essa descoberta eles foram fazendo e assumiram como sua. Então, este é um processo muito bonito. Antes de tudo a gente está comprometido com os catadores e a gente começa a viver, primeiro, há uma intensificação de outros atores sociais começarem investir na reciclagem. (Regina, OAF)

A escolha da fala de Regina, “apoio” da OAF, para ilustrar este processo de politização da reciclagem e mais especificamente da catação, não é de menor importância. A configuração de um trabalho coletivo dos catadores de papel passou necessariamente pelo trabalho das entidades de atendimento à população de rua, que viram nesta vereda uma saída da rua e, mais que isto, a possibilidade de um trabalho em comunidade que restabelecesse os vínculos daqueles homens que catavam material pela cidade, com o mundo social a sua volta. O que não quer dizer que os catadores não sejam/estejam realmente engajados nas suas cooperativas bem como na formação da rede nacional e latino-americana. De qualquer forma, é importante salientar que o trabalho da catação está neste lugar bifronte: para os catadores aparece como uma possibilidade entre outras na rua de auferir alguma renda e, para as entidades, como a possibilidade de recomposição de um horizonte de inserção social e pela reconstrução do laço social através da comunidade. Esta diferença de horizonte está na raiz de algumas tensões que se desenvolvem no cotidiano do trabalho, como procuro apontar.

Se os catadores nasceram do trabalho de moradores de rua na sua luta pela sobrevivência, hoje não é possível dizer mais que catadores de papel e população de rua sejam o mesmo segmento, ainda que haja uma parte significativa de catadores que ou vivem na rua ou já estiveram em situação de rua, são albergados ou se abrigam em situação de precariedade extrema, morando em favelas embaixo de viadutos e áreas de aterro sanitário⁷. Mas esta fluidez entre as duas categorias, esta permeabilidade entre o mundo da rua e a “catação” expressa a experiência de liminaridade e transitividade na pobreza e marca claramente o caráter transitório que tem, no seu início, o trabalho de catação: um bico nas horas de maior “aperto”. Transitoriedade que se afirmará como permanência e passa a ser o lugar a partir de onde parte da população de rua se reconhece como sujeito

⁷ A publicação sobre a Pastoral do Povo da Rua em Belo Horizonte faz uma distinção clara entre trecheiros, moradores de rua, moradores de viadutos e de espaços ociosos e catadores de materiais recicláveis, sob o título do capítulo “Povo de Rua: unidade e diversidade”, ver Bastos et al (2003). Outros autores também apontam distinções entre população de rua e catadores, mas igualmente indicam uma origem comum: a rua e a pobreza.

público, anunciando uma face de exceção permanente.

Duas categorias imbricam-se nesta sobreposição, trabalho e não trabalho, numa situação de exceção permanente, para retornar à expressão de Francisco de Oliveira. Aqui percebemos que as trajetórias de vida e profissional fornecem poucas garantias no transcurso da vida, função da permanente virtualidade a qual estamos submetidos no mundo do capital “globalizado”. É neste mundo do molecular-digital que é possível a extração de mais-valia de qualquer atividade, até mesmo desta, de catação do refugo das mercadorias já consumidas. Na coincidência entre os termos e as figuras dos catadores e moradores de rua vislumbra-se a extração de mais-valia sem a mediação de nenhuma forma de contrato. É algo mais radical do que o mercado informal, que ainda guardava alguma forma (forma entendida como regulação) e está em diálogo com o contrato e com o tempo de trabalho como medida para estabelecimento do valor da força de trabalho (Oliveira, 2003: 137). Aqui, na rua e na catação, não há mais medida, nenhuma expressão dela.

É como se pudéssemos ver em funcionamento o trabalho abstrato. Na rua, através do trabalho de catação, flagra-se a subjetividade humana que não se objetiva mais através do trabalho, reduziu-se à pura subjetividade, essência do trabalho abstrato, alienado de si (do produto e do processo). É esta pura subjetividade que está na base da argumentação do que Francisco de Oliveira, andando nos calcanhares de Marx, chama de plenitude do trabalho abstrato, lastreado numa imensa produtividade do trabalho, fruto da combinação perversa entre a revolução molecular-digital (ou terceira revolução industrial) e a mundialização do capital (Oliveira, 2003: 135). Esta coincidência espantosa escancara o sentido de profunda desigualdade sob a qual se estrutura o capitalismo no Brasil e nossas formas heterônomas de trabalho.

Vejamos em processo os catadores e o trabalho abstrato. A valorização do capital expurgou de seu ciclo produtivo a remuneração da força de trabalho. Radicalizando o argumento de Oliveira: os catadores estão nesta ponta do processo de expulsão da força de trabalho, são o resultado mesmo desta “plenitude do trabalho abstrato”. Trabalham por conta própria, sem nenhuma regulação, iniciando seu trabalho no momento de encerramento do ciclo de consumo das mercadorias; no momento que—mesmo dentro de uma lógica supostamente regulada pelo contrato e pela “mensuração do valor da força de trabalho”, com base na jornada de trabalho— o uso das mercadorias já se esgotou. Apropriam-se dos restos do consumo das mercadorias na sua atividade de catação como carrinheiros (puxando carroças de até 500 quilos, sendo a própria tração do carrinho),

servindo de elo entre os restos “inúteis” do consumo e outra ponta rentável de um novo ramo da indústria: a reciclagem de material⁸. Sublinhe-se: este *link* (para usar a terminologia do mundo digital) entre lixo e indústria supõe nenhuma regulação deste trabalho, é a articulação mesma entre o “arcaico” e “moderno” no centro do capitalismo no Brasil, no processo de apropriação dos fundos públicos.

É neste lugar de uma exceção que se tornou permanente —ou poderíamos dizer, adiantando a tese central: uma exceção constitutiva desta ordem— que será montado o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em disputa, procuraremos evidenciar, mais do que os sentidos do trabalho dos catadores.

O Programa de Coleta Seletiva Solidária e a política municipal de resíduos sólidos

Sob coordenação da Secretaria de Serviços e Obras (SSO) e com participação das Secretarias de Assistência Social, da Saúde, do Meio Ambiente, das Subprefeituras, do Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade e da Educação, montou-se o grupo de trabalho em parceria com a sociedade civil organizada, representada pelo Comitê Metropolitano dos Catadores, Fórum Recicla São Paulo, Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste⁹, para discussão e implantação das diretrizes de deposição de lixo na cidade.

A elaboração da política de deposição de resíduos e, mais especificamente, a definição da inserção dos catadores, entidades e fóruns ambientalistas no sistema de limpeza urbana, iniciou-se com a pressão dos fóruns organizados que desembocou em reuniões com o poder público municipal, seminários, debates para amadurecimento da questão e formatação de uma proposta. A Prefeita reiterou, em audiência pública no início da gestão, seu compromisso da com “o segmento dos catadores”, o que estaria expresso na sua integração ao sistema de limpeza urbana como agentes ativos.

⁸ Uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de 4 de abril de 2003, relata a importância da reciclagem na crescente economia chinesa. Atualmente a China é o maior importador de sucata do mundo, o que vem “mudando a configuração do mercado internacional de commodities não agrícolas, causando escassez e uma explosão nos últimos meses”. A variação do preço da sucata fundida é de 152% entre julho de 2003 e março de 2004 (fonte citada: metalprices.com). Segundo a reportagem, no Brasil são “empregados” na reciclagem 1,5 milhão de pessoas, o que equivale a 10,4% da população ocupada nas regiões metropolitanas de SP, RJ, Salvador, Recife, DF e Porto Alegre (citado do Dieese).

⁹ Nestes quatro fóruns articulam-se cento e oitenta entidades que trabalham e/ou atuam na área de meio ambiente e reciclagem. As cooperativas de catadores Coorpel (Gaspar Garcia), Copamare (OAF) e Recifran (Franciscanos) cujo trabalho originário é com a população de rua, compõem estes fóruns, especialmente o Comitê Metropolitano/Centro.

Segundo dados do Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb) são produzidas diariamente treze mil toneladas de resíduos sólidos em São Paulo, das quais dez mil são resíduos domiciliares. Deste total, 14% do lixo domiciliar vai para as usinas de compostagem de São Mateus e Vila Leopoldina, mas tem baixa utilização por causa da qualidade do lixo coletado, e cerca de metade do material que chega às usinas vai para aterros, como os outros 86% do resíduo sólido coletado. Metade dos resíduos domiciliares é de material orgânico, ou seja, é passível de reciclagem, o que poderia gerar alívio sobre os aterros, cuja vida útil está estimada em quatro anos. São produzidas duas mil e seiscentas toneladas de material reciclável por dia na cidade, segundo o Fórum Recicla São Paulo, seiscentas e dez toneladas de resíduos recicláveis vão para os aterros municipais mensalmente.

Os catadores de papelão ou de matérias recicláveis (como são chamados hoje em dia) estão presentes em 67% das capitais brasileiras, em 64% das cidades com mais de 50 mil habitantes, e em 32% das demais cidades no país, segundo dados de pesquisa feita pela ONG Água e Vida, em 1998. Segundo o UNICEF, no ano de 2000, existiam catadores em três mil e oitocentos municípios brasileiros, que processavam entre 10 e 20% do resíduo sólido das cidades (citado em Oliveira, M.V, 2001).

Na cidade de São Paulo, estima-se que os catadores organizados em cooperativas movimentam até três toneladas de material reciclável por mês, o que geraria uma média de R\$ 300,00 de remuneração mensal para cada catador. Segundo projeção da PMSP, o material reciclável coletado misturado ao lixo da cidade poderia gerar setenta e nove toneladas de material comercializável mensalmente, o que equivale a uma média de vinte e sete mil postos de trabalho (com remunerações de 300 reais, sem vínculo empregatício, direitos trabalhistas e benefícios previdenciários) (PMSP/SSO, 2003: 8). Dos setenta e quatro grupos de catadores identificados na cidade, quarenta e quatro já foram cadastrados pelo Fórum Recicla São Paulo e movimentam seiscentas e dez toneladas por mês. Importante salientar que nem todos os grupos e/ou associações da sociedade civil ligados à questão da reciclagem são grupos que têm vínculos com os catadores históricos (portanto ligados à população de rua) e nem mesmo a grupos populares.

No início da atual administração municipal, estava em atividade o programa de coleta seletiva remanescente da administração Luiza Erundina. Na usina de Leopoldina (zona oeste) funcionava o centro de triagem do material coletado em vinte e um circuitos residenciais e dezessete PEVs (pontos de entrega voluntária). Em valores atuais, este sistema custava à PMSP aproximadamente R\$ 27 mil, recuperando para reciclagem apenas

0,03% do coletado, ou seja, 4,5 toneladas diariamente (PMSP/SSO, 2003: 11). Os profissionais envolvidos neste sistema pertenciam ao quadro do funcionalismo municipal, com administração do sistema feita pela empresa Vega, que disponibilizava doze vagas para ex-presidiários no âmbito da política municipal de reinserção produtiva. É sobre esta estrutura estatal não muito extensa que se montará o novo sistema de coleta seletiva.

“A [atual] Política [Municipal de Resíduos Sólidos] pressupõe e se propõe à minimização dos resíduos sólidos, do problema do desemprego e da exclusão social na cidade de São Paulo, e está em consonância com as diretrizes do Plano Diretor da cidade de São Paulo, instituído pelo Decreto 42.290 de 15 de agosto de 2002” (PMSP/SSO, 2003: 6). A coleta seletiva visa, no interior da proposta municipal, reduzir os gastos públicos com disposição de resíduos sólidos e introduzir a lógica de não aterrar matéria prima evitando “o desperdício do ponto de vista ambiental, cultural e econômico”. Esta formulação, que articula o combate à “exclusão social” a objetivos gerais do sistema de limpeza urbana, somente é possível porque gravita em torno da coleta seletiva *informal*¹⁰, o trabalho dos catadores de papelão. Este trabalho, grosso modo, é executado nos moldes do trabalho da Coorpel (descrita e problematizada no item anterior) e em situações mais precárias ainda pelos catadores “autônomos”, ou seja, não organizados em cooperativas ou associações, que na maior parte das vezes continuam sujeitados às normas dos ferros-velhos, presos a um círculo de dependência. É notório que os donos dos depósitos muitas vezes “pagam” parte do material coletado pelos carroceiros com bebidas ou disponibilizando um quarto dentro de suas instalações para que o catador more só ou com sua família. Somente no centro de São Paulo, em 2003, existiam duzentos e trinta e seis ferros-velhos irregulares em funcionamento, segundo informação da ex-coordenadora do Programa de Coleta Seletiva Solidária, Maria Inês Bertão. Não é de menor importância a existência de uma rede de coleta clandestina de lixo que alimenta esta “indústria” da reciclagem.

Diante deste quadro, o Programa Coleta Seletiva propõe-se então a articular elementos que possibilitem a superação desta situação degradante de trabalho, tomando e tornando os catadores e suas organizações como agentes ativos do sistema de limpeza urbano, estimulando, através da implantação do sistema de nucleação, a organização dos outros muitos catadores “autônomos”. O Programa reivindica a articulação de várias

¹⁰ Os documentos oficiais nomeiam como informal a coleta de material feita pelas cooperativas e associações de catadores pela cidade, bem como algumas empresas privadas. A rigor elas não são informais, estão dentro das linhas gerais do cooperativismo, muitas estão regularizadas juridicamente. Também são chamados *informais* ou *autônomos* os catadores que trabalham sozinhos ou com suas famílias recolhendo material e vendendo diretamente aos depósitos. O documento aponta para a falta de vínculo deste trabalho com o sistema público de limpeza urbana.

dimensões no seu escopo: o reconhecimento do trabalho dos catadores, seu significado e sua importância para o conjunto da cidade; a diminuição dos gastos da Prefeitura com limpeza urbana; e a otimização do trabalho dos catadores através do “trabalho solidário com maior equidade”. Reconhecendo esta coleta seletiva informal feita pelos catadores, a Prefeitura pretende “fortalecer e potencializar essas iniciativas de maneira a estruturar um sistema público, coordenado pelos órgãos de governo direta ou indiretamente envolvidos, em gestão compartilhada com a sociedade civil” (PMSP/SSO, 2003: 13). O sistema proposto (e em implantação) está assentado na implantação de trinta e uma centrais de triagem, geridas por cooperativas autogestionárias. Cada central articulava núcleos regionais ou abrigaria grupos organizados de catadores, formando uma rede, “um dos pilares do sistema de coleta seletiva.”

Para funcionamento deste sistema os instrumentos jurídicos estabelecidos foram o decreto 42.290/2002 (que institui o Programa Sócio-ambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável), as diretrizes estabelecidas pela SSO e os convênios celebrados entre a PMSP e as cooperativas. É deste rol de normativas que saem as instruções para funcionamento do Programa de Coleta Seletiva Solidária e, mais especificamente, para o estabelecimento e funcionamento das centrais de triagem

Os equipamentos para funcionamento das centrais são comprados pela Prefeitura: esteiras, balanças e prensas, caminhões gaiola e munque. A PMSP é responsável pelo pagamento de aluguel ou cessão de uso de imóvel para funcionamento da Central e, através das subprefeituras, é responsável pela manutenção do prédio (reforma inicial, inclusive). Cabe ainda à PMSP o pagamento das contas de água e luz da Central, manutenção dos equipamentos pelo período de dois anos, além do fornecimento de uniformes, material e equipamento de segurança do trabalho para os cooperados.

Estas e outras normas para funcionamento da Central estão estabelecidas no Termo de Convênio que regula a relação entre cooperativas e prefeitura, peça chave na montagem do sistema e da regulação entre a prefeitura e as cooperativas *parceiras*. Neste convênio, assinado pela Secretaria de Serviços e Obras com duração de dois anos, prorrogáveis por mais dois, também estão previstos os mecanismos de coleta do material a ser triado e beneficiado nas centrais, que são: coleta porta a porta, coleta em PEVs, coleta em postos de entrega de entulho e coleta móvel (de caráter eventual e associada a atividades de educação ambiental).

Como o Programa propõe-se a ser um instrumento de “inclusão social” está em seus objetivos e diretrizes, bem como no convênio firmado com as cooperativas, a

responsabilidade do poder público municipal em fornecer formação e capacitação para os catadores, através do programa Oportunidade Solidária.

Montado o esqueleto do programa é preciso perguntar sobre o seu efetivo desenvolvimento. A primeira questão diz respeito à orientação do programa.

É um processo lento de organização. Ficamos dois anos construindo, conseguimos construir três cooperativas porque é este trabalho longo de você querer envolver todos os catadores organizados ou não da região. Então a proposta era você ir implantando gradativa e regionalmente os programas na cidade. Aí teve um momento, que apareceu a taxa de lixo. Então para minimizar a impopularidade da taxa, vamos acelerar este processo. Acelerar este processo significou atropelar o processo de organização social, incluindo as empresas de lixo na coleta. (Maria Inês Bertão)

O que poderia ser apenas uma mudança de ritmo de implantação de um sistema municipal ganha novos contornos quando é contraposto ao pano de fundo da reorganização de todo o sistema de coleta e deposição de lixo da cidade, que envolve mensalmente um volume aproximado de trinta e sete milhões de reais¹¹. A instauração do sistema de coleta seletiva tinha inicialmente sido pensada, fruto da discussão com as organizações e das cooperativas de catadores, de maneira a estruturar ao mesmo tempo os núcleos e grupos de base, que possibilitasse por um lado, a formação de uma rede nos moldes da economia solidária e, por outro, um sistema municipal ancorado numa gestão articulada e sustentada por esta rede.

A discussão sobre o restante do sistema, principalmente a polêmica criação da taxa do lixo para pagamento da construção dos novos aterros sanitários previstos na remodelação do sistema, precipitou internamente à Prefeitura a decisão de instalação das centrais como resposta política à população. O argumento lançado aos munícipes pela Prefeitura para remodelação do sistema de deposição de lixo na cidade incluía como ponto fundamental a instalação imediata do programa de coleta seletiva. Neste processo, o fomento, a nucleação e o acompanhamento da formação aos núcleos foram atropelados pelo prazo exíguo para implantação da coleta seletiva, dos pontos e do sistema de coleta porta a porta e da campanha publicitária sobre o programa que, em tese, deveria ser uma campanha de educação ambiental.

Assim, entrou em cena um outro componente: as empresas de coleta de lixo na cidade começaram a participar também da coleta seletiva fazendo o recolhimento do material nos PEVs e entregando em cada central, para ampliar e agilizar a implantação da

¹¹ Este valor de trinta e sete milhões é resultado da divisão dos recursos invertidos na coleta e disposição de lixo na cidade que constam no edital de concorrência nº 19/SSO/03 para concessão dos serviços: nove bilhões para os próximos vinte anos.

coleta seletiva no município. Inicialmente houve rejeição da entrada das empresas pelo fato de que o material coletado por elas chegava às centrais compactado, inviabilizando a separação e o beneficiamento inicial feito na central de triagem. Sanado este problema (os compactadores internos dos caminhões foram retirados), as cooperativas — e mais especificamente os cooperativados e não “os apoios” de cada entidade — consideraram resolvida a questão. Além de poupar uma grande quantidade de trabalho (a coleta nas ruas), a entrega de material pelas empresas aumentava espantosamente a quantidade de material que chegava às centrais e, conseqüentemente, aumentava os valores comercializados e depois divididos entre os membros de cada grupo.

É importante frisar que nesta disputa entre PMSP e centrais não houve discussões sobre o caráter do trabalho desenvolvido e o papel de cada “peça” no sistema de limpeza urbana. Assim, a chance de questionamento dos rumos de uma política pública e dos recursos envolvidos não conseguiu deslocar-se da disputa midiática em torno da cobrança ou não da “taxa do lixo” ou dos aspectos técnicos sobre a coleta e o processo de beneficiamento do material e, portanto, não se tornou fio condutor para uma discussão ampla sobre a apropriação dos recursos municipais.

Esta opacidade é da mesma cepa da impossibilidade de trazer à luz a questão da limpeza pública e a relação da cidade com os seus *homens gabirus*, tornando-a restrita ao círculo de um programa de inclusão social e não uma questão pública propriamente.

O trabalho de organização com e destes *homens gabirus* está no centro das discussões sobre coleta seletiva e reciclagem, preservação ambiental e limpeza urbana, temas relevantes para a sociedade, mas sua raiz não está ali, está na sobrevivência. Na tentativa de publicização, operada pelas entidades e pelos catadores, vislumbra-se um espaço para a organização efetiva de setores muito vulneráveis da sociedade, como os moradores de rua e abre espaço para um uníssono sobre o trabalho dos catadores como a “grande saída” da rua.

No entanto, há algo dissonante que se faz ouvir nas longas jornadas de trabalho dos catadores puxando carroças pela cidade, na baixa remuneração, no trabalho sem garantia previdenciária e direitos sociais que este trabalho supõe e reitera. É preciso não deixar de dizer que nem mesmo as próprias entidades de apoio e nem a recente representação dos catadores têm no seu horizonte o trabalho assalariado, defendem o ideário da economia solidária e do cooperativismo.

Há hoje uma preocupação com tudo isto, a questão dos aterros, a questão do destino do lixo, né. A questão do destino do lixo é uma coisa que começou a ser discutida agora, assumida como uma política e mais uma vez equivocadamente porque começa a centrar numa política

empresarial. Quem é que pode responder a uma política do lixo numa cidade como SP? Só as empresas. Então, ela fica num enfoque puramente econômico, perde-se a questão social. Então, a nossa briga sempre foi de coleta seletiva com os catadores. Sempre fomos de acordo com a coleta seletiva, sempre investimos para que houvesse isto. (...) O lixo e a questão do transporte que são os dois grandes rios de dinheiro, não é nem fonte, porque o que estas empresas de ônibus ganham e o que estas empresas de lixo ganham, nós, reles mortais, não temos nem condição de saber. Porque você imagina 12 mil toneladas de lixo, diário. (...) E aí o que acontece, há uma briga interna, a mesma briga pelo... tanto que tudo virou página policial, lixo e transporte. Então, você não pode pensar nos trabalhos deslocados destas categorias aí, desta conjuntura. Tem sido uma briga permanente – não sei quanto você tem acompanhado esta questão da licitação do lixo - e neste bojo está a questão da coleta seletiva. E quem é que quer pegar a coleta seletiva? (...) As empresas.(...)

E a gente tem batido nisto. Aí a prefeitura não pode fugir disto porque como é que ela vai fazer coleta sem os próprios catadores, dentro do seu discurso social, dentro de seu discurso de Partido dos Trabalhadores? Então, também tem esta questão. Mas tem uma briga interna muito grande. Há também um desconhecimento prático do que significa isto. Quem são os catadores? É uma população que a princípio são desorganizados. As cooperativas são frágeis, você imagina os catadores. Então, pra fazer coleta seletiva com os catadores você precisa investir nisto; não basta você dar uma área, dois caminhões rodando a cidade catando material reciclável e três prensas funcionando. Isso é fundamental mas é muito pouco porque isto é um trabalho social. Aí sim de inclusão, é a única possibilidade de inclusão. (...) A coleta seletiva no centro de SP, isto também todo mundo olha. E há uma torcida organizada para que não dê certo. [Pra empresas poderem assumir] porque aí não deu certo. (Regina, OAF)

Estas duas falas de Regina nos dão o tom do que poderia estar em disputa com a implantação das centrais de reciclagem. Entretanto, a disputa pelo cerne de uma política pública de envergadura e capaz de orientar as formas de vida da população (não só de rua) está como que desaparecida deste debate suscitado pelos catadores de papel/população de rua. As reivindicações das entidades e dos catadores se remetem muito mais às discussões sobre políticas de desenvolvimento local que, a bem da verdade, são apresentados e tratados como “um emplastro (do romance de Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando no lugar bucólicas e harmônicas comunidades” (Oliveira, 2001: 13).

Mais do que mostrar os embates colocados na expansão de mais uma fronteira de acumulação do capital é importante marcar dois aspectos nesta discussão sobre a coleta seletiva e a organização dos catadores/moradores de rua. A primeira: este movimento de expansão do capital não se faz sem somas significativas de recursos públicos investidos no setor seja através de contratos de concessão de serviços públicos diretamente a empresas seja através de programas sociais que se revestem de um discurso de participação cidadã

(embora este termo não queira a rigor dizer nada) e de “inclusão social”, em detrimento da consolidação de políticas públicas universais e da discussão de um projeto de desenvolvimento econômico efetivo. Uma verdadeira troca de fatias significativas de fundos públicos por alguns programas compensatórios.

É verdade que há grande mobilização em torno dos catadores, que há o aparecimento de algumas estruturas de organização, que há avanços na legislação e nos programas de erradicação dos lixões, por exemplo, que muitas pessoas deixaram de passar fome, enfim, é necessário reconhecer que há aqui, nesta situação de liminaridade, ganhos. O que se coloca em discussão e este é o segundo ponto: há um descolamento profundo entre estas formas de organização e mobilização e as formas de representação política. Ou seja, ainda que seja possível identificar ganhos reais na arregimentação destas massas miseráveis, esta mobilização não tem conseguido traduzir-se em uma disputa efetiva nos marcos da política, extrapolando os limites da discussão para além dos critérios internos de programas específicos. Talvez porque a reivindicação de programas sociais e a montagem deste campo suponham e reafirmem no ato mesmo de sua estruturação o seu contrário, a impossibilidade de aparecimento público, presos nos limites da própria “inclusão social”.

Assentamento D. Tomás Balduino — o MST e os homens de rua

Habitar uma lama sem fundo

Como em cama de pó se deitar?

Num balanço de rede sem rede

Ver o mundo de pernas pro ar?

(*Levantados do chão*, Chico Buarque e Milton Nascimento)

O assentamento do MST Dom Tomás Balduino tem um diferencial em relação à maioria dos assentamentos rurais espalhados pelo país: os assentados são em grande parte ex-moradores de rua e ex-albergados. Muitos nunca tinham tido nenhuma experiência ou mesmo contato com a vida rural, com o trabalho na roça, com plantação, criação de animais e nem mesmo com um movimento rural. Aliás, muitos não tinham nem mesmo alguma experiência de organização anterior.

Esta experiência de recrutamento de moradores de rua para assentamentos é uma prática do MST desde 1994 e foi intensificada por volta de 1998¹². Neste ano o MST

¹² Conforme informação de Cleisa Moreno Maffei Rosa, *Vida de rua, destinos de muitos*, dissertação de

realizou dois congressos, o 1º Congresso da Rua: Reforma Agrária, uma questão de justiça e cidadania, em julho, e o 2º Congresso da Rua: Reforma Agrária e Cidadania, em novembro. A partir de 1998, o trabalho se intensificou nos albergues e casas de convivências, através de seminários e cursos de formação para discussão das questões ligadas à pobreza e à situação de vida do povo de rua, e também, à difusão da reforma agrária como uma possibilidade concreta de superação desta situação de miséria vivida nas cidades. Hoje, o trabalho de base do MST espalha-se pela Grande São Paulo:

Olha, o trabalho de base é necessário para conscientizar o ser humano, né. Muitos nos procuram, né, porque a gente não distribui o jornal só pra quem está em albergue, nós trabalhamos com o pessoal na rua que está desempregado, que procura emprego, em fila de almoço de um real, na rua, né, famílias também carentes, favelas. A gente passa nestes lugares, não é só em albergue. Nós trabalhamos em todas estas áreas. (JB, membro da direção regional do MST, assentado no Dom Tomás Balduino)

Esta prática e a possibilidade de engajamento que propicia tem sido saudada por pessoas ligadas ao trabalho com a população de rua como uma das possibilidades concretas de integração destes homens e mulheres de rua no mundo social ou em um grupo, e a partir daí tem-se vislumbrado, dentro e fora do MST, a possibilidade de uma saída concreta do mundo da rua.

A experiência do assentamento D. Tomás Balduino teve origem a partir do trabalho junto à população de rua portadora do HIV, através da organização Fraternidade Aids na Rua, ligada à Fraternidade Povo da Rua. Figura central neste percurso, o padre Navin, junto com outros trinta voluntários, realizavam junto à população de rua o trabalho de atendimento no Centro de Formação do MST, no bairro do Brás, com acolhimento e apoio a portadores de HIV que viviam nas ruas. Deste primeiro contato, os técnicos¹³ do movimento e os agentes sociais religiosos envolvidos no trabalho avaliaram que seria importante dar um salto, encontrar formas de “ensinar a pescar” que dessem maior amplitude ao atendimento.

Desde 2001, o grupo vem passando por acampamentos e despejos sucessivos, até a definitiva entrada na terra em junho de 2002. O primeiro lugar onde acamparam foi Arujá, de lá foram até a Fazenda São Roque, em Franco da Rocha, de onde foram despejados no mesmo dia, em novembro de 2002. Antes de acamparem em São Lourenço, uma estadia de

mestrado apresentada a Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, 1999. Segundo a autora entre 1994 e 1998 foram assentados 140 moradores de rua em Pontal, Sarapuí, Itapeva, São José dos Campos, Taubaté e Porto Feliz em assentamentos do MST, 2000 pessoas estiveram envolvidas neste período e 220 viveram acampadas com o Movimento.

¹³ Os técnicos do MST são profissionais diversos, educadores, agrônomos, professores e outros, que fazem parte das instâncias de decisão do movimento, têm espaço nas estruturas de decisão e importante papel na

um mês obrigou-os a ficar no Centro de Formação do MST, no Brás, de onde tinham partido. O Centro de Formação Santa Fé, no km 27 da rodovia Anhanguera, acolheu o grupo entre fevereiro e junho de 2002. O Santa Fé é um espaço da Igreja Católica, mais precisamente dos jesuítas, que além de acolher o grupo de sem-terra/moradores de rua quando do seu despejo da São Lourenço, tem sistematicamente prestado apoio e auxílio, inclusive material, a este grupo.

O assentamento Dom Tomás Balduino, nome dado em homenagem ao atual presidente da Comissão Pastoral da Terra, é um assentamento “ru-urbano”, uma modalidade de assentamento perto das grandes cidades e ligado economicamente a estas, que retoma a idéia de cinturões verdes com o objetivo de facilitar o escoamento da produção de hortifrutigranjeiros, principalmente, este ainda um dos principais problemas dos assentamentos de reforma agrária. O processo de assentamento das cento e oitenta famílias está sendo viabilizado pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), uma vez que a gleba inicialmente era de propriedade do governo do Estado. A antiga fazenda foi cedida a uma empresa pelo Estado através de um contrato de exploração de madeiras; quando da ocupação e do início do processo de reforma agrária a exploração deveria ter cessado, o que não aconteceu, gerando alguns conflitos entre os novos assentados e os antigos exploradores.

A regulação jurídica do processo de assentamento será feita por uma concessão de uso vitalício para cada um dos assentados, que garante a posse mas não a propriedade da terra. Como os assentados não terão a propriedade da terra, ela não poderá ser vendida.

Nesta fase de pré-assentamento, as famílias foram divididas em cinco grupos, e cada assentado recebeu mil metros quadrados para o plantio de subsistência e criação de animais pequenos e construção de seus barracos, enquanto aguardavam a demarcação dos lotes. Perto da fonte de água, ficaram aqueles que têm crianças e mulheres, os outros (a maioria) ficaram espalhados ao redor, organizados segundo grupos de afinidades. Os membros de alguns destes grupos, como é o caso de Paulo¹⁴, estão juntos desde a época do

formação dos líderes e coordenadores do movimento.

¹⁴ Paulo, ou Romano com ele se chama, é integrante do MST há pouco tempo. Quando trabalhava como segurança em São Paulo foi convidado a integrar com seus homens (nove rapazes, dos quais somente dois estão vivos) uma milícia de um fazendeiro no MT para fazer grilagem de terra, expulsando os posseiros. Paulo reconhece e nomeia a si mesmo como Romano, o centurião que perseguia cristãos. Romano foi perseguidor mas passou a “prcteger” os posseiros, ajudando-os a defender-se dos fazendeiros e participando de ocupações sem vínculos orgânicos com qualquer movimento sem-terra. No Mato Grosso, tomou contato com o MST, mas só viria a integrá-lo tempos depois, quando já estava de volta a SP (fugido da perseguição dos fazendeiros que colocaram sua cabeça a prêmio), através do trabalho de base feito pelo Movimento no albergue Arsenal da Esperança. Usou a imagem do exército de Brancalione para referir-se a sensação que tem quando olha para o assentamento.

acampamento na estrada, e estes cumprem um importante papel de solidificação de relações e vínculos de solidariedade:

Olha, basta dizer que de meia dúzia que se encontrou do Arsenal¹⁵, das mais variadas origens, vivemos dentro de uma casa, dividindo ali o dia-a-dia, cada um com um sistema, cada um com uma personalidade e chegar ao ponto de passar quatro meses e ninguém desistir, e hoje, estamos aqui.(...) Fizemos amizade ali [no Arsenal], de repente, “vamos lá?”, “vamos!” Roberto já tava indo; nós travamos conhecimento, e “vamos”; sempre unidos. Nós montamos o Comando Arsenal.

São poucas crianças, uma vez que o grupo é prioritariamente de homens sozinhos — o que espelha a composição da população de rua. As mulheres estão presentes em número bem reduzido, mesmo as casadas; ao todo são umas vinte famílias com crianças, algumas delas nascidas no acampamento ou já no próprio assentamento. Há problemas de saúde infantil decorrente de uso de álcool e drogas pelas mães e pais e alguns adultos são soropositivos, mas nenhum dos filhos está contaminado; alguns destes homens e mulheres já morreram vítimas de Aids, desde o começo do trabalho no Brás. As trajetórias das famílias assentadas são idênticas às de tantos outros moradores de rua, trabalhos precários, problemas com a família, drogas e álcool, desemprego, sobrevivência na rede de atendimento., não fosse o desfecho e sua integração ao MST¹⁶:

Há uma escola que alfabetiza as crianças em idade escolar e uma ciranda que atende as crianças menores, ambas geridas pelo grupo de educação do MST. Os dois barracões de lona, onde acontecem as atividades educacionais, ficam perto do ponto de captação da água, num vale do terreno. Estão em curso projetos de educação de adultos, com todos os problemas de evasão escolar já conhecidos de outros assentamentos do MST e de outros de programas de alfabetização de adultos.

No outro “centro” do pré-assentamento estão localizadas a cozinha e a farmácia comunitárias e está em construção uma sede administrativa e em breve, será construído um outro salão — todos com o trabalho “no coletivo”, através de mutirões, normalmente aos sábados, e com refeição coletiva. Há um quiosque com uma televisão coletiva e um espaço com mesas e bancos, para as festas e bailes.

O fato de estarem “recompondo” a vida através do MST, tendo uma casa,

¹⁵ O Arsenal da Esperança é um projeto de acolhimento de moradores de rua, em idade adulta, financiado e desenvolvido por um grupo italiano ligado à Igreja Católica. Presta serviços de acolhimento, alimentação e cursos profissionalizantes. Muitos dos assentados no Tomás Balduino viviam no Arsenal da Esperança.

¹⁶ Quando visitei o assentamento, irmã Lourdes e irmã Luiza, esta coordenadora do assentamento, levaram-me para conhecer os assentados. Neste passeio, conversei com muitas pessoas mas não foi possível gravar as conversas. As informações sobre as trajetórias de vida foram colhidas nas conversas e anotadas no meu caderno de campo, estão regadas com café e mil perguntas das crianças do assentamento, com direito a uma apresentação de música das crianças em homenagem a Che Guevara, algo que dizia *Che e as estrelas no céu*

- recuperando a possibilidade um trabalho remunerado, novamente reconhecendo-se como trabalhadores honrados, abriu a possibilidade para muitos dos ex-moradores de rua assentados na fazenda São Roque de retomarem o contato com seus familiares. Muitos deles falam do seu desejo de trazer sua família para o assentamento quando tiverem uma casa no seu lote definitivo e se referem ao seu esforço de construção de uma vida nova como a constituição de um lugar no mundo para darem a sua família, o que antes não podiam, e que lhes envergonhava.

Ah! Vergonha!! Porque... você sai [de casa] com a esperança que se vai vencer, de repente você chega... Eu era uma pessoa que sempre ajudava minha mãe, né, sempre mandava dinheiro quando estava pra fora, ajudava, né. Tá certo que minha mãe não está ligando tanto pra isto, né, pra este negócio de dinheiro, o importante pra ela era a presença do filho, né? Mas sempre fica meio acanhado de voltar, né? Acho que é a coisa que acontece com a maioria das pessoas que vem pra São Paulo, fica acanhado de voltar pra família, fica com vergonha de ver que não venceu, que tá desempregado, que tá na pior, então, você fica com vergonha dos familiares. Por mais bom que os familiares sejam, você fica com vergonha, né. Você acaba... Se deixar, você acaba ficando na rua, debaixo de ponte e aquele orgulho fica tomando conta de você, orgulhoso e não quer saber de voltar. (Osmarildo, coordenador de produção, assentado do Dom Tomás Balduino)

Através de imagens de São Paulo como um lugar onde as pessoas se transformaram “em robôs”, como se vivessem “(...) em outro mundo, é aquele compra-vende, vende-compra, aquele povo pra baixo e pra cima (...)”, contrapondo-se ao interior, onde era possível as pessoas se falarem, perguntando-se sobre a vida umas das outras, Osmarildo nos fala da solidão vivida nas ruas, albergues, “camas quentes” e pensões de São Paulo. Esta solidão parece encontrar um refúgio na vida coletiva que se gesta no assentamento e no reencontro com os parentes e a família.

A maioria das pessoas retomam o contato. Tem muita pessoa aqui dentro que não queria nem saber de ligar para família; depois que tava aqui, vivendo nesta comunidade assim, já começou a ter contato com a família, ligar pra família, já começou a aparecer parente. Então, quer dizer isto já é uma mudança que a gente está vendo, né. Pessoas que você fala que não tem nem irmão nem nada, de repente, a família aparece, aparece um irmão, aparece a mãe. Então é muito bom isto aí, que gente vê que o povo está mudando, entrando em contato com a família. (Osmarildo)

Nos terrenos de cada assentado há um barraco de lona e telha de amianto. A maioria fez sua plantação de feijão, milho, legumes e algumas frutas, além de manter uma pequena criação de galinhas. Os frutos da colheita garantem aos que plantaram um suplemento na alimentação, mas a base da alimentação é obtida através de doação de cestas básicas pelos jesuítas, na proporção de uma cesta por família, mensalmente. Foi também doação dos

jesuítas a lona e a cobertura dos barracos, bem como a rede de captação, armazenagem e distribuição de água que estava em execução quando da minha visita. Além dos jesuítas, outras instituições religiosas, irmandades, fraternidades, fundações e colégios, fazem doações diversas que se somam às individuais que chegam ao assentamento.

Esta “ajuda” fez com que o assentamento, em pouco tempo, seis meses mais ou menos dos “sem-terra de rua” serem transferidos definitivamente para a fazenda, contasse com uma infra-estrutura razoavelmente bem montada quando comparada a de outros assentamentos e tivesse um espaço comunitário garantido. Apesar e concomitantemente a isto, podemos ver situações bastante precárias, das quais Milton¹⁷ nos dá um exemplo, quando conta que não pode fazer os consertos no seu barraco, cuja lona está solta, por falta de dinheiro para comprar um pacote de pregos. Além da precariedade, é também bastante evidente a pouca circulação de dinheiro no assentamento¹⁸.

Esta “ajuda” dada pelos jesuítas não é vista de maneira consensual entre os assentados, sobretudo quanto ao seu “efeito educativo”. A doação funciona como argumento para os dois lados da contenda. A resistência à colaboração afirma uma postura cristã bastante difundida, não somente entre os movimentos rurais, uma forma de confirmação do merecimento através do sofrimento e da luta. Para alguns participantes do movimento, as contribuições dos jesuítas aproximam-se da rede de atendimento aos moradores de rua que se organizou na cidade através das entidades, as contribuições dos religiosos ao grupo assentado recriariam “um círculo vicioso” de acomodação dos assistidos aos esquemas filantrópicos e às formas de favor subentendidas nestes atendimentos. Romano vê com maus olhos esta “ajuda”, apontando a dimensão de acomodação que é reafirmada neste procedimento, e iluminando a falta de formação política, responsabilidade do MST, como um dos fatores principais desta maneira de relacionar-se com os atendimentos e ajudas:

Com seis meses, eu estava com terra na mão, sabe, eles com pouco mais de um ano. Eles [os assentados todos] conseguiram muito rápido e o pessoal ainda está meio cru, ainda não caiu a ficha. Então, agora nós estamos correndo atrás deste trabalho de conscientização, de estudo, de dedicação, de tudo. Porque aqui a gente gosta de privilégios, nós temos recursos, nós temos muitos recursos e o pessoal se habituou, vamos dizer, ficou mal acostumado. (...)

¹⁷ Milton tem 57 anos, trabalhou como metalúrgico ferramenteiro em São Paulo, era sindicalizado, foi despedido em 2000 e depois não conseguiu mais emprego. Ingressou neste grupo quando soube da experiência do MST através de um amigo, mas não tinha nenhuma experiência anterior de trabalho rural. Seus filhos e sua ex-mulher moram no Rio, parece não ter contato regular com eles. Não morou na rua, segundo contou, mas “passou maus-bocados”.

¹⁸ A pouca circulação de dinheiro nos assentamentos não parece ser somente uma característica do D. Tomás Balduino, em função do ciclo produtivo e das dificuldades de escoamento da produção os assentados acabam por ter muito pouco dinheiro nas mãos.

Sem-terra não tem lona, não tem telha, não recebe cesta básica CBA. Recebe? (...) É um privilégio, mas por outro lado não é que eu condene isto, de forma alguma. Pelo amor de Deus, eu só tenho que agradecer. Mas eu acho que assim o povo fica mal acostumado, ficou mal acostumado. (Paulo)

Mas por outro lado, a doação é vista como reconhecimento social do esforço de cada um dos assentados na sua luta, mas que mistura dimensões de compaixão cristã:

Eu acho que eles vieram, sentiram compaixão de nós e nos deram isto aí, né que foi com muito prazer que nós recebemos esta doação. E só Deus sabe dar uma coisa de dimensão pra eles, né, porque eles viram que nós também estávamos merecendo com nosso esforço da luta, de vingar e prosperar com as nossas famílias.(...) São entidades que crê no Movimento e crê tanto na luta do Movimento quanto das pessoas que está morando aqui. (JB)

Na verdade, é quase um duplo comando o que podemos verificar nos debates, na atuação e nos significados que emergem a partir dos moradores de rua que se encontram no MST. Toda esta estrutura de apoio e acompanhamento do assentamento continua muito fortemente impregnada por uma visão comunitarista e reproduz em certa medida as relações anteriores da rede de atendimento que os moradores de rua, agora sem-terras assentados, viviam em São Paulo. Choca-se com a construção discursiva e do campo de sentidos que o MST forja neste processo de “conscientizar o ser humano”, procura conferir sentido às tantas desventuras sofridas, inserindo a história de destituição vivida, individual e fragmentadamente, num fluxo de vida coletivo. De alguma forma, o MST recupera a dimensão política perdida ou interdita, recompondo-lhe sentidos, acende a possibilidade de reconhecimento da história de cada um como parte de um conjunto de outras histórias de perda e possibilita a construção de um futuro, não mais individual, mas agora coletivo e transformador.

Só que eu não entedia a política do Movimento, que não é uma política que quer só terra, né, é mudar também a consciência das pessoas, fazer com que nós possamos ter um Brasil melhor, né, e lutar por isto e até que o Brasil deixar de ser individualista; porque infelizmente o Brasil é muito individualista, as pessoas estão pensando em si, né, tem muita gente querendo ajudar, né, mas falta quem possa dirigir estas ajudas, né, quem possa fazer com que estas ajudas caminhem pra nós ter um Brasil melhor. Aí eu achei que o Movimento tem esta capacidade de fazer com que o Brasil possa mudar, né, que nós possamos ter um mundo melhor, um Brasil em que tudo pode ser dividido, né. Então, eu comecei a entender mais um pouco que não é só terra, que é muito mais além. Agora eu se interessei e comecei a seguir mesmo. (Osmarildo)

Este trabalho de recrutamento de moradores de rua nos albergues e outros pontos de concentração desta população tem sido saudado por técnicos e agentes sociais como a única e efetiva possibilidade de saída da rua, contemplando uma dimensão produtiva, de “reinserção” social através de um trabalho, e outra dimensão identitária e de

reconhecimento de seu pertencimento a um grupo qualquer. É impressionante como o estabelecimento de plausibilidade para a vida que levavam anteriormente ao MST é um traço marcante no discurso destes homens e mulheres encontrados no assentamento. As bandeiras penduradas em todos os barracos mostram este vínculo e sublinham os depoimentos dos assentados:

Não, não cheguei [a morar na rua], não. Mas, eu estava no ponto que se não aparecesse o movimento do MST, eu estava no ponto de sei lá... dar um jeito na vida, ir para algum lugar, ir noutra lugar, se tivesse que ficar embaixo de ponte eu ficava. Eu estava meio desse tipo, desacreditando. Já estava começando a mexer com a minha mente. Tanto tempo que você fica procurando, fica lutando. Porque dentro de você, você sabe que você é capaz, você é trabalhador e você consegue. Mas, o sistema não deixa você se mover. Então, fica difícil. (Osmarildo)

Importa também dizer que com o tempo os ex-moradores de rua deixam de referir-se como moradores de rua e passam a enfatizar a sua participação no movimento como aquilo que lhes confere identidades. Se por um lado, há neste processo uma clara interferência dos coordenadores e da rede de técnicos e agentes que o MST articula a sua volta, é interessante perceber como o discurso do movimento vai sendo elaborado e assimilado ao referencial dos agora sem-terra, as situações de destituição ganham novos contornos. É a partir deste ponto que parece que o MST se enraíza na vida dos “sem-terra de rua”:

Já, eu já tinha ido lá, já tinha freqüentado [reuniões no Pontal]. Mas naquela época, era há uns dez anos atrás, então, naquela época o serviço lá ainda era fácil, né, se você não se dava bem na cidade, trabalhava na roça mesmo, né. Então, o serviço era fácil, né, então eu não me interessei assim, né. Fui lá pra freqüentar o Movimento, fiquei lá uns três meses ou quatro mais-ou-menos acampando. Lá como a luta é muito difícil, né, que a pessoa fica dois anos, três pra conquistar a vitória que é a terra, que é o objetivo é a terra, então, aí eu pensei “eu vou pra casa trabalhar”, fiquei agoniado de ficar lá no acampamento, falei... Só que eu não entendia a política do Movimento, que não é uma política que quer só terra, né, é mudar também a consciência das pessoas, fazer com que nós possamos ter um Brasil melhor, né, e lutar por isto e até que o Brasil deixar de ser individualista; porque infelizmente o Brasil é muito individualista, as pessoas estão pensando em si, né, tem muita gente querendo ajudar, né, mas falta quem possa dirigir estas ajudas, né, quem possa fazer com que estas ajudas caminhem pra nós ter um Brasil melhor. Aí eu achei que o Movimento tem esta capacidade de fazer com que o Brasil possa mudar, né, que nós possamos ter um mundo melhor, um Brasil em que tudo pode ser dividido, né. Então, eu comecei a entender mais um pouco que não é só terra, que é muito mais além. Agora eu se interessei e comecei a seguir mesmo. (Osmarildo)

Reconhecemos, no entanto, o aspecto disciplinador presente no tipo de “formação” instruída pela coordenação do movimento aos seus militantes. Neste assentamento, especificamente, este traço é bastante evidente na conduta dos coordenadores, dos técnicos

e dos religiosos responsáveis pela organização das atividades cotidianas e mesmo de caráter mais formativo. O traço doutrinário do Movimento combina-se com uma orientação de trabalho religioso muito impregnado de uma ação “regenerativa” junto aos moradores de rua. Os técnicos e coordenadores são responsáveis pelo estabelecimento e cumprimento de regras de convivência e de trabalho no assentamento, cuja orientação estabelece como condição *sine qua non* a aceitação deste novo código, com vistas à ressocialização dos moradores de rua e daí, para a construção de uma vida fora das ruas e dentro novamente da sociedade. Estes técnicos, religiosos e coordenadores, funcionam como árbitros e juizes responsáveis pela manutenção do bom andamento da vida no assentamento, verdadeiros guardiões da ordem. A dimensão propriamente autônoma da vida destes ex-moradores de rua fica assim matizada por este traço hierárquico, ainda que os espaços de decisão funcionem e sirvam como *locus* de aprendizado e de experiência de vínculo e decisão coletivos.

É neste ponto de tensão, entre uma dimensão pública presente na visibilidade que o Movimento confere à vida destes novos militantes egressos das ruas e dos anos 1990, e as formas de estruturação, representação e decisão do Movimento, que a possibilidade de uma nova vida para estes homens e mulheres que se gesta, trazendo no seu bojo as marcas de uma vida invisível e oculta na cidade, a negação de pertencimento ao mundo público, mas a virtualidade de seu aparecimento público através da forja de uma fala política que reivindique a contagem da divisão das partes e lhes garanta a entrada na cena pública, como construção deste lugar de sua fala como sujeito coletivo, e não mais individual, amalgamando as histórias de perda de cada um destes indivíduos numa história comum.

De alguma forma, mesmo que aqui a autora assuma o risco de heroizar esta atuação do MST, vislumbra-se a possibilidade de embaralhar as peças deste imenso tabuleiro que é a história da organização dos *deserdados do mundo* no Brasil. Não é sem intenções e conseqüências a procura do MST nas entranhas da cidade, de seus parceiros para a configuração de um campo de significados e conflitos em torno da questão da *exclusão*, das formas de dominação e exploração dos pobres e marginalizados do país, subsidiária a sua luta pela reforma agrária. Esta dimensão que, sem dúvida, é heroizante no discurso do MST, acende novamente a discussão em torno da possibilidade efetiva de configuração de sujeitos públicos neste reino da pobreza e mais ainda no mundo da indeterminação, como o mundo da rua.

Interessa perguntar mais que o porquê do MST não chegar na cidade pelos organizados, o que significa reunir as suas fileiras moradores de rua, albergados,

desempregados, encortçados e favelados? O Movimento retoma constantemente a idéia de organizar este estrato da população “esquecida” e se coloca como herdeiro dos deserdados do mundo no Brasil. Mas o que pode significar uma experiência pública ou política de alguns que nem sequer eram/são vistos? Quem o MST organiza é o que nunca teve nome, forma ou representação na história¹⁹, e esta experiência mostra com toda a crueza o que poderíamos chamar de descolamento entre as palavras e as coisas, entre os sujeitos e suas representações, numa espécie de reconfiguração da estrutura de classes, uma reviravolta que tem como epicentro a extrema pauperização vivida nos anos 1990. A experiência do MST aparece como um misto de recuperação pelo trabalho na terra, trabalho duro que recupera e dá sentido à vida, reelaboração da experiência de perda na rua e inserção desta experiência no contexto brasileiro, experiência da pobreza e da destituição, talvez mais até do que experiência do trabalho e do campo de significados que os “trabalhadores” armaram em torno de si.

Desde o ano de 1994, o MST vem realizando seu trabalho de base, ou seja, a convocação de novos militantes junto à população de rua e demais inúteis do mundo, uma população pauperizada residente nas grandes cidades. Antes denominados assentamentos “ru-urbanos”, hoje Comuna da Terra, estes novos assentamentos perto das cidades destacam-se como uma possibilidade para aqueles que “viviam de esmola e da caridade, que comiam os restos do capitalismo, hoje procuram viver com autonomia pelo suor do seu trabalho na terra” (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, set/out 2002: 2). Os assentamentos caracterizam-se pelo tamanho menor do módulo produtivo, perto dos centros de consumo urbanos para os quais produziam hortifrutigranjeiros, pequenos animais, além de produtos beneficiados da agroindústria. Destaca-se neste projeto da Comuna da Terra a possibilidade de construção das casas mais próximas umas das outras, reduzindo o custo de instalação de infra-estrutura, além de favorecer a vida comunitária e as atividades de formação política, capacitação profissional e de lazer, abrindo “espaço para relações de solidariedade e cooperação”. Importa dizer que a formulação da Comuna tem significados para dentro do assentamento, mas também tem um forte assento no fato de estabelecer com as cidades uma ligação de reciprocidade, abrindo a possibilidade de englobá-las no mesmo processo de luta pela reforma agrária. Assim, as questões do campo extrapolariam os limites de suas reivindicações específicas para ganhar um conteúdo mais universal, articulando campo e cidade numa mesma dinâmica, para além da constatação do êxodo rural e do inchaço das cidades. Se a relação de mútua determinação está no passado,

¹⁹ Ver Jacques Rancière in *Políticas da escrita* ou a idéia de irrelato de Agamben in *Homo Sacer*.

sua ação projeta-se num devir transformador.

A cidade lida como ordem, subitamente está invertida nesta perspectiva, e vemos “o mundo de pernas pro ar”. A experiência da pobreza, lida muitas vezes como a sombra da modernização brasileira, ganha agora novo fôlego no sentido de questionar os lugares predeterminados e as articulações entre os termos cidade, trabalho, ordem, desordem e pobreza na formação da sociedade brasileira.

Considerações Finais

Talvez não fosse preciso dizer, mas é sempre bom reafirmar: estas considerações finais não se pretendem definitivas, espelham um momento do processo de investigação e abrem as portas para outras questões, mesmo para algumas que apenas tangenciei ao longo do curso e da pesquisa. Assim, devem ser lidas como interrogações.

Começemos pelo final: por quê ordenar o texto de modo a finalizar a dissertação com o relato da experiência dos moradores de rua no/do MST?

Finalizar este trabalho com uma narração (uma narração possível entre tantas outras) sobre este duplo imbróglio, para a teoria e para a luta social, que me parece ser a convocação dos moradores de rua, párias urbanos, às colunas de um movimento rural como o MST, tem como primeiro objetivo apontar o sentido de possibilidades abertas ao longo da história mesmo nas situações mais precárias, como a dizer que há sempre *possíveis* gestados pelos próprios dominados. Evidentemente, trata-se de possibilidades e que estas não necessariamente se concretizam. De alguma maneira estas possibilidades abrem uma frente de questionamento sobre a experiência política brasileira, muitas e tantas vezes lida como impossibilidade. Estes possíveis que aparecem não só no MST mas também nas formas novas de nomear a pobreza urbana, não mais no registro da mendicância e sim da do apartamento do trabalho, ou ainda na tentativa de organização das cooperativas pelos moradores de rua e sua reivindicação como parte de um fluxo social, apontam para a inscrição de uma outra maneira de figurar a si e ao mundo, a abertura para um possível: trabalhar e pertencer, ser igual.

Ler os possíveis, ler nas ruínas aquilo que não chegou a ser. Ler os possíveis *da/na* história, uma história subterrânea —para usar a expressão de Heloísa Starling, referindo-se à fundação na narrativa de Riobaldo, “feita de momentos evanescentes, fugidios, lampejando, de súbito, ‘nas asas do instante’ (GSV: 462) para trazer à superfície das manifestações políticas do presente fragmentos arruinados dos eventos e de experiências políticas do passado, dissolvidos e mineralizados em novas formas e figurações de sentido” (Starling em Bignotto, 2000: 174). Este é o sentido da leitura de um objeto aparentemente tão pouco sociológico como os homens e mulheres de rua e que rigorosamente pode dar-nos pistas inclusive para questionar a própria produção sociológica sobre a nossa suposta incompletude.

De certa forma o aparecimento público que o MST proporciona a estes *novos camponeses egressos da cidade* questiona inclusive as filiações que estabelecemos na

leitura destes fenômenos sociais e políticos. Trazer a mostra esta experiência imediatamente nos interpela sobre a tradição a qual filiar o assentamento “ru-urbano” Dom Tomás Balduino: a uma história do movimento rural ou aos movimentos sociais urbanos? Parece que as pedras embaralhadas neste tabuleiro anunciam, senão uma dissolução das barreiras e clivagens acadêmicas, ao menos uma certa indeterminação teórica quanto as categorias que usamos para explicar o *mundo misturado* da rua, da cidade e do campo. Questionamento, aliás, não só acadêmico, mas que se lança sobre a experiência concreta e as formas de pensar e organizar a transformação social no Brasil.

Para quem os trabalhadores rurais sem-terra falam quando aparecem como herdeiros dos negros, dos índios, dos mortos em Canudos, dos quilombolas, dos trabalhadores? Ou quando se auto-enunciam como possibilidade de libertação da opressão e da desigualdade vivenciadas pelos *excluídos*? Para quem fala a mística da elaboração de um passado coletivo de perda, que tanto dá sentido às experiências de vida dos trabalhadores rurais “clássicos” quanto a dos trabalhadores urbanos como Milton¹ que nunca havia plantado e se maravilha quando suas pequenas melancias nascem e ele pode finalmente reencontrar a família?

Esta nova nomeação que o MST abre como possibilidade aos moradores de rua fala também para uma gente que viveu a mesma experiência dúplice de trabalho e pobreza. Esta experiência se desenvolve diferentemente nas cidades e no campo mas funda-se sob a mesma e profunda desigualdade que estrutura o capitalismo. Neste sentido, a experiência de um assentamento rural de moradores de rua cobra a invisibilidade vivenciada na vida cotidiana pelos oprimidos e na produção teórica sobre Brasil sob o nome de pobreza nas cidades.

Lida como incompletude, como sombra do processo de modernização brasileira, a pobreza está no registro daquilo que seria superado pela modernização econômica. A pobreza, assim, segue neste lugar invisível: como passado a ser superado não estabelece o solo a partir de onde se conformem novos sentidos que questionem a contagem das partes (Rancière), não tem existência, não pode ser simbolizada a não ser pelo negativo e por sua futura superação. Este lugar da pobreza, tornado vazio, não foi completado por uma experiência social de apartamento do trabalho. Ao contrário, a experiência vivida pelos oprimidos-trabalhadores brasileiros é a experiência da pobreza e do trabalho, dado o nível de desigualdade sócio-econômica e política engendrado pelo capitalismo no Brasil. Esta experiência, que poderíamos chamar com Chico de Oliveira, de exceção permanente é

¹ Milton é um dos assentados do Dom Tomás Balduino (ver capítulo 4).

constitutiva do capitalismo; a esperança benjaminiana, entretanto, está presente: sua superação é também a superação do capitalismo.

O questionamento da opressão vivida e a instauração de uma nova cena, transformadora, libertária, supõem o verdadeiro estado de exceção (Benjamin), ou seja, supõem a violência pura dos oprimidos, o contrapor-se à ordem do mundo e à articulação de novos sentidos a vida e a cena pública, a produção de uma nova maneira de viver entre os homens. A violência pura dos oprimidos como motor da política, esta entendida como contraposição à *fortuna*, ao estado das coisas, às formas de opressão. Este lugar de fundação, entretanto, não pode ser ocupado por ninguém, é múltiplo e plural, entretecido pelos vários sentidos que lhe são imputados e pela disputa em torno deles. Lugar da ação humana.

Numa sociedade assentada em tamanha desigualdade o que significa a reivindicação da igualdade contingente? Por onde se constrói a experiência de liberdade, não como expressão de pura vontade mas como possibilidade e capacidade humana de mudar parcial ou completamente o mundo em que se vive?

O primeiro texto que minha orientadora Maria Célia sugeriu que eu lesse, antes do meu ingresso no mestrado, foi um conto de Guimarães Rosa, “O Recado do Morro”. “O recado do morro” é a história de uma canção que vai sendo construída pelo caminho que percorrem os personagens de Rosa, no Sertão, durante uma expedição e que primeiramente é contada/contada por Gorgulho, um homem que vivia retirado da companhia de outros homens. Chegando ao final do mestrado, escrevendo as últimas páginas desta dissertação voltei a “O Recado do Morro”. Acho que procurava o fim da canção, como se houvesse, uma maneira de cantar e dar sentido a tudo que vi e que ouvi nestes caminhos da rua.

Procurar os sentidos de uma experiência de liberdade, o lugar onde se construiu uma experiência política de igualdade num país tão desigual quanto este, cobra de nós abrir os ouvidos e escutar outras histórias, histórias como aquelas contadas por Riobaldo, de uma vida que “é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...” Talvez assim possamos entender os caminhos da construção uma experiência pública neste sertão chamado Brasil.

Referências Bibliográficas

Bibliografia geral

- ABENSOUR, Miguel. O heroísmo e o enigma revolucionário. In NOVAES, A (org). *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- _____. *A democracia contra o Estado. Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In *Educação e Amancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. Educação após Auschwitz. In *Educação e Amancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. A educação contra a barbárie. In *Educação e Amancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. In *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 2, abr/maio de 1990.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ARAÚJO, Maria Neyára de O. *A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- ⊗ ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ⊗ ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____. *A condição Humana*, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____ *As origens do totalitarismo*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

ARRIGUCI JR., Davi. O mundo misturado, romance e experiência em Guimarães Rosa. *Novos Estudos CEBRAP* São Paulo, n. 40, novembro de 1994, p. 7-29.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas – volume 1*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____ Crítica da Violência – Crítica do Poder. In *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos*. (Seleção e apresentação Wille Bolle). São Paulo: Cultix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____ Pensamentos e Visões de um Decapitado. In *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos*. (Seleção e apresentação Wille Bolle). São Paulo: Cultix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____ *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERGER, Peter. *El dossel sagrado: elementos para uma sociologia de la religion*. Buenos Aires: Amorrout editores, 1971.

BIGNOTTO, Newton. O Renascimento das Liberdades. In NOVAES, A (org). *O Avesso da Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____ (org). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____ *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BOLLE, Willi. A liberdade de inventar. In NOVAES, A (org). *O Avesso da Liberdade*. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

_____ Diadorim – a paixão como medium-de-reflexão. In DUARTE, L. (org) *Outras margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2001.

_____ O pacto no Grande Sertão - Esoterismo ou lei fundadora? In *Revista USP*, São Paulo, v. 36, p. 26-45, dez-fev/1997-1998.

_____ Grande Sertão: Cidades. In *Revista USP*, São Paulo, v. 24, p. 80-93, dez-fev/1994-1995.

BOURDIEU, Pierre (coord). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o Projeto das Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

❖ CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In *Tese e Antítese*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

CASSIN, Barbara. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

❖ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social - Uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

COHN, Gabriel. Vocação e exceção: Nota sobre Weber e Schmitt. In DOTTI, Jorge (org) *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

❖ DYMETMAN, Annie. *Uma arquitetura da indiferenç a: A República de Weimar*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

❖ FINAZZI-AGR , Ettore. A forç a e o abandono. Violência e marginalidade na obra de Guimarães Rosa. In HARDMAN, F. *Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento dos rastros*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

FORTER, Ricardo. El Estado de Excepci n: Benjamin e Schmitt como pensadores Del riesgo. In DOTTI, Jorge (org) *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2002.

- FOUCALUT, Michel. Ariadne enforcou-se. In *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____ A Vida: a Experiência e a Ciência. In *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____ *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.
- _____ *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- _____ *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GALVÃO, Walnice. *As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão : Veredas*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma, Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- _____ *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LEON, Anderson; SNOW, David. *Desafortunados*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- MARX, Karl. *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____ *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 3ª edição, 1988.
- _____ *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Ed. Avante, 1975.
- _____ *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Editora Escrava, 1968.
- _____ & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MATOS, Olgária C.F. *Os arcanos do inteiramente outro: A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In SILVA, F. et al. (org). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep,

2003. (a)

_____ *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

(b)

_____ O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, 2003. (c)

_____ *Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis/EAESP/FGV, 2001.

_____ Paisagem na neblina. In OLIVEIRA, F. et al. *Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____ Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (org). *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____ *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. (a)

_____ Entre a Terra e o Céu: Mensurando a Utopia? In *Democracia Viva*, Rio de Janeiro: Ibase, n. 3, jul./1998. (b)

_____ *Totalitarismo e Exclusão: A Formação de um Espaço Anti-Público*. Texto base para conferência no Simpósio Internacional “Espaços Públicos e Exclusão Social: práticas urbanas”, FAUUSP, São Paulo, nov.98. (mimeo) (c)

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, movimentos republicanos? In SILVA, F. et al. (org). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

_____ *Habitar a cidade de São Paulo: experiências e julgamentos*. Relatório parcial (2001-2002) para projeto temático do Cenedic para Fapesp. São Paulo, 2002. (mimeo)

_____ *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania*. São Paulo, dez 2000. (mimeo)

_____ São Paulo operária e suas imagens (1900-1940). In *Espaço&Debate*. São Paulo, n. 33, 1994.

_____ Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In *Cultura & Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Editora UFRJ, 1987.

_____ *Desenvolvimento e Marginalidade*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974.

_____ & SADER, Eder. Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro. In *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

PINTO, Jorge. La evolución del concepto de Presidente Plebiscitario del Reich de Wewber y Schmitt. In DOTTI, Jorge (org) *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____ *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____ *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

_____ *Noite dos Proletários: Arquivos do sonho operário*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

- o RIZEK, Cibele S. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 161-165, 2003.

_____ *Os sentidos da cidade na sociologia brasileira: da civilidade ao seu avesso*. Relatório parcial (2001-2002) para projeto temático do Cenedic para Fapesp. São Paulo, 2002. (mimeo)

_____ *Da civilidade ao seu avesso – apontamentos de pesquisa*. Relatório de pesquisa ao CNPq. São Paulo, junho de 2001. (mimeo)

_____ Interrogações a um campo teórico em crise. In *Tempo Social-Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 147-179, junho de 1995.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____ *No Urubuquaquá, no Pinhém*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

ROSSELO, Diego. Políticas de la excepción: Heidegger y Schmitt. In DOTTI, Jorge (org)

Carl Schmitt: su época y su pensamiento. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2002.

RODRÍGUEZ, Gabriela. Carl Schmitt e su outro: um recorrido por el mundo intelectual de la República de Weimar. In DOTTI, Jorge (org) *Carl Schmitt: su época y su pensamiento.* Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2002.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

- SPOSATI, Aldaíza. *Vida urbana e gestão da pobreza.* São Paulo: Editora Cortez, 1988.

STARLING, Heloísa M. M. *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas.* Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1999.

- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania.* São Paulo: Editora 34/USP, 2001.

_____ *A modernização vista de baixo: precarização e violência na cidade de São Paulo (versão preliminar).* São Paulo, 2000. (mimeo)

_____ *Direitos Sociais: Afinal de que se trata?* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

_____ *No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil.* São Paulo, 1998. (mimeo)

_____ *A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas.* In *São Paulo em Perspectiva.* São Paulo, v. 4, n. 2, abr/jun, 1990.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum.* São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____ *La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases Sin Clases?* In *Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase.* Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

Bibliografia específica

- ALVES, Maria Magdalena. "Homens de rua: aqueles que não moram." In *Moradia e Cidadania. Tempo e Presença.* (Publicação do CEDI) São Paulo, n. 267, ano 15, jan./fev de 1993.

ARANHA, Valmir. Os albergues dos migrantes no interior do Estado de São Paulo: Programas de ação social ou políticas de circulação de população? *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo, ano IX, n. 25, maio-ago/96.

ASSIS, Carlos Donbosco de. *A reforma agrária no vale do Paraíba*. São Paulo: CPV, 2000.

BASTOS, C.M.; TOSELI, C.; AQUINO Jr, F.; BOVE, M.C.; OLIVEIRA, M.V.; MANOEL, R.M. *Pastoral do Povo da Rua: Vida e Missão*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

• BURSZTYN, Marcel (org). *No meio da rua - nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CATADORES DE VIDA–Publicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua. Edição 1, 2003.

• DOMINGUES JR, Paulo L. População de rua, cooperativa e construção da cidadania. In *Revista Leopoldianum*, ano 25, n. 72, p. 159-184, s.d.

FRENETTE, Marco. As histórias de quem vive do lixo. *Revista dos Bancários*. São Paulo, nº 71, outubro de 2001, p. 24-27.

Grito pela Vida - Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, set.-out./2002.

LIXO E CIDADANIA. Boletim do Fórum Nacional Lixo e Cidadania. São Paulo, ano 1, n. 1, março de 2001.

• MATA, Adriana; MUÑOZ, Jorge (org). *População de Rua: que cidadania?* Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2003.

NASSER, Ana Cristina Arantes. *“Sair para o mundo” - trabalho, família e lazer: relação e representação na vida dos excluídos*. Tese (Doutoramento em Sociologia) FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

NENUCA. *Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria!* São Paulo: Edições Paulina, 1985.

• NICOLAU, Stella Maris. *Trabalho e processos de exclusão/inclusão social: um estudo*

com os assistidos- trabalhadores de um centro de triagem de materiais recicláveis implantado por uma instituição assistencial na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia-USP, São Paulo, 2003.

NOVA Pesquisa e assessoria em Educação & Fórum de Estudos sobre População de Rua. *Textos em debates 3 – Fórum de Estudos sobre População de Rua: Avanços e Desafios.* Rio de Janeiro: NOVA, 1998.

OAF (Organização Auxílio Fraternal) *Somos um povo que quer viver.* São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

OLIVEIRA, Maria Vany. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte.* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PUC-MG, Belo Horizonte, 2001.

O TRECHEIRO – Notícias do Povo da Rua. São Paulo: Rede Rua de Comunicação.

PATURY, Felipe; BRASIL, Sandra. O lixo que é um verdadeiro luxo. *Revista Veja*, 24 de março de 2004, p. 50-51.

RECICLAGEM é saída para o lixo de São Paulo. *PT em Movimento* - Publicação do Diretório Municipal/SP do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, ano V, n. 125, 16 a 30 de abril de 2003.

RELATÓRIO do I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e da I Marcha Nacional da População de Rua. Mimeo, s/data.

REVISTA OCAS'' – Saindo das ruas. São Paulo: Organização Civil de Ação Social. [exemplares consultados: n. 1, julho de 2002 até n. 20, março de 2004.]

ROSA, Cleisa M. M. (org). *População de Rua: Brasil e Canadá.* São Paulo: Hucitec, 1995.

_____ *Vidas de rua, destinos de muitos.* Dissertação (Mestrado em Serviço Social) PUC-SP, São Paulo, 1999.

_____ *Vidas de rua, destinos de muitos. Pesquisa em jornais e revistas sobre temas relativos a população de rua na cidade de São Paulo: 1970-1998.* São Paulo: IEE/PUC-SP, 1999. (CD-Rom)

SANTOS, Marcelo; NASCIMENTO, Telma. *“Da rua para a terra”, O MST como conquista da cidadania*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). PUC-SP, São Paulo, 2000.

SÃO PAULO ganha centrais de coleta seletiva. *SP Você*. Informativo da Prefeitura Municipal de São Paulo e Secretaria da Comunicação e Informação Social. Edição 15, abril de 2003.

SCHOR, Silvia. Censo dos moradores de rua da cidade São Paulo. In *Informe FIPE*, p. 26-29, outubro de 2000.

_____ & ARTES, Rinaldo. Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados. In *Revista Economia Aplicada*, v. 5, n. 4, p. 861-883, 2001.

SHIMABUKURO, Patrícia. *A cooperação como alternativa à situação de rua: Análise da experiência do MST*. Relatório Final de Iniciação Científica. (Faculdade de Serviço Social). PUC-SP, São Paulo, 2003.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Moradores de Rua*. Revista Pólis. São Paulo, Pólis Publicações, n. 7, 1992.

VARANDA, Walter. *Do direito a vida à vida como direito: Sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Faculdade de Saúde Pública-USP, São Paulo, 2003.

VIEIRA, Maria Antonieta da C. *Expedição Trecheiros e Pardais – Relato de Viagem*. São Paulo, mimeo, fevereiro de 1998.

_____ & ROSA, Cleisa M.M.; BEZERRA, Eneida M.R.; (orgs). *População de Rua: Quem são? Como vivem? Como são vistos?* São Paulo: Hucitec, 1992.

Documentos

CARTA de Compromisso e de princípio para comercialização coletiva e solidária entre as

Centrais.

CARTA da CooperAção – Cooperativa Regional de Coleta Seletiva da Região Oeste ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

DECRETO nº 42.290, de 15 de agosto de 2002. Publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, 16 de agosto de 2002.

PMSP/SAS - Secretaria Municipal do Bem-Estar Social. *Relação dos serviços, entidades e número de vagas do serviços do Programa Acolher*. São Paulo, mimeo, fevereiro de 2004.

_____ *Instrumentos de Regulação de Parceria na Política Pública de Assistência Social*. São Paulo, PMSP/SAS, 2004.

_____ *Subsídios para padrões de qualidade dos serviços de assistência social*. São Paulo, PMSP/SAS, 2003.

_____ *Avaliação 2003: Programa Acolher – reconstruindo vidas*. São Paulo, mimeo, dezembro de 2003.

_____ *Relatório Final: Estimativa do número de moradores de rua e estudo dos resultados obtidos com o SIS Rua*. São Paulo: PMSP/SAS-FIPE, outubro de 2003.

_____ *Coordenadoria de População de Rua*. São Paulo, mimeo, [2002].

_____ *Acolher: reconstruindo vidas*. São Paulo, [2001].

_____ *Proposta de criação de dotação orçamentária – População de Rua*. São Paulo, mimeo, abril de 1992.

_____ *Acolher: reconstruindo vidas – Guia de Serviços*. São Paulo, s/data.

PMSP/SSO – Secretaria de Serviços e Obras. [*Comparativo da Coleta Seletiva*.] São Paulo, [janeiro de 2004].

_____ *Seminário de Avaliação do Programa Coleta Seletiva Solidária*. São Paulo, s/data. (recebido em janeiro de 2004)

_____ *Caderno de Licitação. Processo nº. 2003.0.055.178-5. Concorrência nº. 19/SSO/03. Concessão dos Serviços Divisíveis de Limpeza Urbana. Ago/2003. (CD-Rom)*

_____ *Coleta Seletiva Solidária (caderno de apresentação)*. São Paulo, fevereiro de 2003.

População de Rua tem seus direitos garantidos. (Publicação do gabinete da Vereadora Aldáiza Sposati) São Paulo, janeiro de 2001 e dezembro de 1999.

TERMO DE CONVÊNIO nº 001/SSO/03. Convênio firmado entre Prefeitura do Município de São Paulo e CooperAção – Cooperativa Regional de Coleta Seletiva da Região Oeste. São Paulo, 24 de junho de 2003. (mimeo)